

LUCIENE CHAVES DE AQUINO

A INSTITUCIONALIZAÇÃO
E O DESENVOLVIMENTO
DA ESCOLA NORMAL DE NATAL
1908-1938



**A institucionalização e o desenvolvimento da
Escola Normal de Natal
(1908-1938)**



REITORA

Ângela Maria Paiva Cruz

VICE-REITOR

José Daniel Diniz Melo

DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA EDUFRRN

Luis Álvaro Sgadari Passeggi (Diretor)
Wilson Fernandes de Araújo Filho (Diretor Adjunto)
Bruno Francisco Xavier (Secretário)

CONSELHO EDITORIAL

Luis Álvaro Sgadari Passeggi (Presidente)	Katia Aily Franco de Camargo
Judithe da Costa Leite Albuquerque (Secretária)	Luciene da Silva Santos
Alexandre Reche e Silva	Magnólia Fernandes Florêncio
Amanda Duarte Gondim	Márcia Maria de Cruz Castro
Ana Karla Pessoa Peixoto Bezerra	Márcio Zikan Cardoso
Anna Cecília Queiroz de Medeiros	Marcos Aurelio Felipe
Anna Emanuella Nelson dos Santos Cavalcanti da Rocha	Maria de Jesus Goncalves
Arrilton Araujo de Souza	Maria Jalila Vieira de Figueiredo Leite
Cândida de Souza	Marta Maria de Araújo
Carolina Todesco	Mauricio Roberto C. de Macedo
Christianne Medeiros Cavalcante	Paulo Ricardo Porfírio do Nascimento
Daniel Nelson Maciel	Paulo Roberto Medeiros de Azevedo
Eduardo Jose Sande e Oliveira dos Santos Souza	Richardson Naves Leão
Euzébia Maria de Pontes Targino Muniz	Roberval Edson Pinheiro de Lima
Francisco Dutra de Macedo Filho	Samuel Anderson de Oliveira Lima
Francisco Welson Lima da Silva	Sebastião Faustino Pereira Filho
Francisco Wildson Confessor	Sérgio Ricardo Fernandes de Araújo
Gilberto Corso	Sibele Berenice Castella Pergher
Glória Regina de Góis Monteiro	Tarciso André Ferreira Velho
Heather Dea Jennings	Tercia Maria Souza de Moura Marques
Izabel Augusta Hazin Pires	Tiago Rocha Pinto
Jorge Tarcísio da Rocha Falcão	Wilson Fernandes de Araújo Filho
Julliane Tamara Araújo de Melo	

EDITORIAÇÃO

Kamyla Álvares (Editora)
Isabelly Araújo (Colaboradora)
Vitória Belo (Colaboradora)

REVISÃO

Wildson Confessor (Coordenador)
Cecília Oliveira (Colaboradora)
Cíntia Oliveira (Colaboradora)
Renata Coutinho (Colaboradora)

DESIGN EDITORIAL

Michele de Oliveira Mourão Holanda (Capa)
Julia Ahmed | Tikinet (Miolo)

Imagem da capa: Cedita pela Fundação José Augusto (2006). Edifício inaugurado em 12 de maio de 1923, para instalação do Grupo Escolar Antônio de Souza, pertencia à Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APRN). Tornou-se sede da Escola Normal de Natal de 1937 a 1941. Está situado no bairro de Tirol, na rua Jundiá nº 641, onde atualmente funciona a Fundação José Augusto.

Luciene Chaves de Aquino

A institucionalização e o desenvolvimento da Escola Normal de Natal (1908-1938)



Coordenadoria de Processos Técnicos
Catalogação da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Aquino, Luciene Chaves de.

A institucionalização e o desenvolvimento da Escola Normal de Natal (1908- 1938)
[recurso eletrônico] / Luciene Chaves de Aquino. – Natal, RN : EDUFRN, 2019.
134 p. : il., PDF ; 3.711 Kb.

Modo de acesso: <http://repositorio.ufrn.br>

ISBN 978-85-425-0850-5

Versão atualizada da dissertação de mestrado intitulada “A Escola Normal de Natal (1908-1938)” defendida em agosto de 2002, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1. Escola Normal – Natal (RN) – 1908-1938. 2. Professores – Formação – Natal (RN).
I. Título.

RN/UF/BCZM

2019/01

CDD 370
CDU 377.8(813.2)

Elaborado por Márcia Valéria Alves – CRB-15/509

Todos os direitos desta edição reservados à EDUFRN – Editora da UFRN
Av. Senador Salgado Filho, 3000 | Campus Universitário
Lagoa Nova | 59.078-970 | Natal/RN | Brasil
e-mail: contato@editora.ufrn.br | www.editora.ufrn.br
Telefone: 84 3342 2221

Prefácio

Neste livro, Luciene Chaves de Aquino apresenta 30 anos de história de uma instituição escolar fundamental para a sociedade potiguar: a Escola Normal de Natal, formadora de professores e intelectuais atuantes nas primeiras décadas republicanas do país.

A cidade de Natal, que se urbanizava e expressava em sua face as ideias de modernidade e progresso, estampava em seu espaço público mais nobre os prédios suntuosos, as avenidas largas, as praças planejadas e enfeitadas, e destinava um lugar para a educação dos seus cidadãos no primeiro Grupo Escolar do Rio Grande do Norte, Augusto Severo, endereço da Escola Normal desde 1910.

Luciene Chaves de Aquino, a partir de uma primorosa pesquisa empírica em decretos, leis, regulamentos, relatórios, mensagens governamentais, jornais e atas da Congregação da Escola Normal de Natal, nos conta a história dessa instituição. Transitando entre memória e história, explica o estabelecimento da Escola Normal natalense relacionando-a ao contexto social e político-econômico dos primeiros anos do século XX, trazendo-nos ideias e concepções que se materializaram em práticas na escola recém-fundada.

No meio dos debates educacionais da época e das reformas estaduais que eram implementadas nas unidades da federação para se ajustar o ensino ao novo regime republicano, a Escola Normal de Natal é instituída juntamente com o restabelecimento da Diretoria Geral da Instrução Pública e da criação dos Grupos Escolares no Rio Grande do Norte.

A autora tece, a partir de então, os caminhos e descaminhos que a instituição percorre até a Reforma de 1938, já em outro regime, o do Estado Novo. Passando pelas diretrizes para o ensino normal, os métodos de aprendizagem, as mudanças curriculares, as direções instituídas, a organização e a fiscalização da escola, relata um período da história da Escola Normal de Natal e contribui para a compreensão do sistema de educação que se instalava no país.

Para além dos muros escolares, Luciene Chaves de Aquino nos apresenta o papel importante que essa instituição manteve na sociedade potiguar como um

espaço de irradiação e convergência das discussões referentes à educação, especialmente pela atuação da Associação dos Professores do Rio Grande do Norte (APRN), fundada em 1920, no seio da Escola Normal. A autora teve também o cuidado de mostrar as dificuldades pelas quais passou a Escola Normal de Natal, em função da Reforma de 1938, quando as medidas de centralização do poder executivo federal, permeadas por um discurso nacionalista-autoritário, deflagraram uma crise sem precedentes no ensino normal do estado.

Parte preciosa do texto é vista quando aqueles que fizeram e viveram a instituição ganham vida por meio dos apontamentos das atas da Congregação de Lentes da Escola Normal natalense. O espaço escolar aparece vívido, com seus alunos e professores, seus protestos e suas reivindicações, suas posturas e posições ideológicas, a minúcia do dia a dia, a escola funcionando.

Faz parte igualmente dessa história, a feminização do magistério e os diversos prédios onde a escola funcionou nesses anos: no Atheneu, quando fundada em 1908; permanecendo no edifício do Grupo Escolar Augusto Severo de 1910 a 1937, parte nobre da cidade; passando para o estabelecimento do Grupo Escolar Antônio de Souza a partir de 1937, em precárias condições físicas.

Assim, Luciene Chaves de Aquino teve o mérito de escrever sobre a Escola Normal de Natal mostrando a instituição como um espaço de luta, resistência, inovação e polaridade na sociedade potiguar, contribuindo também para a escrita da história da educação norte-rio-grandense.

Natal, 26 de setembro de 2015

Maria Inês Sucupira Stamatto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Apresentação

Este livro é uma versão atualizada da dissertação de mestrado intitulada “A Escola Normal de Natal (1908-1938)” defendida em agosto de 2002, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, vinculada à base de pesquisa “Gênero, Educação e Literatura”; linha de pesquisa: “Cultura e História da Educação”. A iniciativa de publicar este trabalho, que teve sua versão original escrita há mais de uma década, advém das recorrentes solicitações de pesquisadores que investem em desvelar os caminhos trilhados para se estabelecer a formação docente no estado do Rio Grande do Norte, principiado pela instituição da Escola Normal de Natal em 1908. Conhecer os meandros dessa instituição de ensino, tão significativa e significativa para a educação norte-rio-grandense, constitui-se em uma inquietação que me conduziu e norteou também o trabalho de doutorado, e continua a inspirar tantos outros: dissertações e teses em História da Educação.

Minhas primeiras iniciativas com a pesquisa em História da Educação decorreram da participação na base de pesquisa “Educação e Sociedade”, coordenada pelo professor José Willington Germano, integrada a um projeto geral intitulado “Levantamento de fontes primárias e secundárias da Educação norte-rio-grandense nos séculos XIX e XX”. Na condição de bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), fiquei vinculada ao projeto “Educação brasileira no século XIX. Um estudo de caso: a escola primária no RN”, coordenado pela professora Maria Inês Sucupira Stamatto. Com estes e outros professores, com quem convivi, fui instigada a estudar mais e conhecer os caminhos da pesquisa em História da Educação.

Já no curso de especialização, desenvolvi o trabalho monográfico intitulado *O ensino primário no Rio Grande do Norte na Era Vargas (1930-1945)*, concluído em 1998. Seguindo os caminhos da pesquisa histórica, percebi que o desenvolvimento do ensino primário estava articulado ao desenvolvimento dos cursos de formação de professores(as), ou melhor, aos cursos normais oficiais instituídos nas capitais dos estados na passagem do século XIX para o século XX. Nesse contexto, situa-se a Escola Normal de Natal, que tomei como objeto de pesquisa no propósito de reconstituir/reconstruir a sua trajetória desde a instituição em 1908, como Escola

Normal Primária, até 1938, mediante transição a Escola Normal Secundária, observando-se alguns desdobramentos desse feito no início da década de 1940.

Ao concluir estas considerações iniciais, compartilho os créditos deste trabalho com algumas pessoas que contribuíram de forma significativa para a sua realização. À Professora Dra. Maria Inês Sucupira Stamatto, que trilhou comigo os caminhos desta construção, orientando e incentivando sempre. À Professora Dra. Marlúcia de Oliveira Paiva pela coorientação, sempre presente na minha vida acadêmica, bem como aos componentes da base de pesquisa “Educação, História, Práticas Culturais”, pelas enriquecedoras discussões nos seminários e estudos realizados. Ao Professor Dr. José Willington Germano, Coordenador da base de pesquisa “Cultura Política e Educação” e aos demais membros. Ao pessoal do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, do Arquivo Público do estado e da biblioteca do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy, onde era instalado o Museu da Escola Normal de Natal naquela época. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN, aos professores, funcionários e amigos que conquistei nesta Instituição. À minha mãe Diassis pelo incentivo constante, e aos meus filhos Victor Hugo e Vitória Lívia, a quem dedico este livro sempre na esperança de um mundo melhor.

Natal, setembro de 2015

Luciene Chaves de Aquino

Sumário

Introdução	12
Capítulo 1	
A institucionalização da Escola Normal no início do século XX: insígnia de modernização em Natal/RN (1908-1920).....	20
Tentativas e desafios para a institucionalização e o desenvolvimento da Escola Normal de Natal	20
A reorganização dos ensinos primário e normal norte-rio-grandenses a partir da reforma de 1916	28
A Escola Normal de Natal: uma incursão sobre as inovações pedagógicas a partir da Lei nº 405 de 29 de novembro de 1916	34
Um novo regulamento para a Escola Normal de Natal (1917): redefinindo programas e métodos de ensino	36
O acesso e as promoções de discentes na Escola Normal de Natal: do exame de admissão às provas periódicas	42
Capítulo 2	
A Escola Normal de Natal nos anos de 1920: novos temas, novo regulamento	48
A Escola Normal de Natal: centro dos debates educacionais do estado potiguar.....	48
As modificações na Escola Normal de Natal a partir do regulamento de 1922.....	52
Os diretores da Escola Normal de Natal (1908-1920).....	56
Capítulo 3	
A Escola Normal de Natal na década de 1930: de Escola Normal Primária a Escola Normal Secundária	59
A instituição das interventorias no estado potiguar e o fracasso da reforma do ensino normal prevista para 1931.....	59
A Escola Normal de Natal e as alterações no regulamento de 1922 no decorrer da década de 1930.....	66
O Estado Novo e a reforma do ensino normal norte-rio-grandense em 1938	69

A Escola Normal de Natal e as medidas centralizadoras a partir do Decreto nº 411 de 1938: de Escola Normal Primária a Escola Normal Secundária.....	71
A operacionalização da reforma da Escola Normal de Natal de 1938 a 1942	78
A aplicação do novo currículo na Escola Normal de Natal em 1942	82
Os diretores da Escola Normal de Natal na década de 1930	90

Capítulo 4

As práticas, os percalços, as conquistas na trajetória da

Escola Normal de Natal..... 92

A Congregação dos Lentes da Escola Normal de Natal.....	92
A Escola Normal de Natal, a APRN e a validade nacional dos diplomas do ensino normal.....	100
A Escola Normal de Natal e suas conexões com a educação feminina	105
O peso do atraso sobre a insígnia do moderno: uma escola sem edifício, um corpo sem face.....	110

Considerações finais121

Referências 124

Documentos Oficiais.....	127
Leis, Decretos e Mensagens Governamentais.....	127
Livros da Escola Normal de Natal	130
Matérias de jornais	131

Introdução

As formulações aqui empreendidas se relacionam à Escola Normal de Natal, tendo o propósito de reconstituir/reconstruir a trajetória desta instituição desde sua criação em 1908 como Escola Normal Primária de Natal, até 1938, mediante a sua transição a Escola Normal Secundária, considerando as repercussões nos anos iniciais da década de 1940.

A Escola Normal de Natal, no contexto de sua criação, constituiu-se em um símbolo de uma nova época, no anúncio de uma sociedade que se pretendia inovar, quando surgem algumas instituições educativas que demarcaram época na formação de várias gerações, e por vezes suas trajetórias caem no esquecimento, mantendo-se no limbo da história.

A preservação da memória está diretamente entrelaçada a uma correlação de forças sociais e uma imposição de valores, cujo desfecho tem como resultado a seleção entre aquilo que vai ser lembrado e o que vai ser esquecido. Nesse sentido, Le Goff (1994, p. 426) adverte que

tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Por essa razão, mostra-se imprescindível trazer à tona a memória da Escola Normal de Natal como base para a construção da história do ensino normal potiguar. Nesse processo, investiu-se em desvelar nos registros das práticas ali realizadas a sua identidade, entendendo, como Le Goff (1994, p. 477), que “era a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”.

Portanto, com o firme propósito de identificar os registros sobre a Escola Normal de Natal, deu-se a investigação nos arquivos, tal como assinala Febvre (1989, p. 19), em busca dos “vestígios do passado [...] com uma intenção precisa, um problema a resolver”. Esse implicaria em reconstituir a história desta instituição com a convicção de que é por meio da apropriação da memória que se identificam os elementos constitutivos da história.

A incessante procura nos arquivos se efetivou com o firme propósito de identificar as fontes históricas, que são “a matéria-prima básica do historiador, sobre o que se encontra disponível ou procura e utiliza para fazer história” (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 77).

Ao proceder a pesquisa foi estabelecida uma rotina sistemática de investigação nos “lugares da memória” (BITTENCOURT, 2004, p. 169), especificamente os arquivos da cidade do Natal, tais como o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte (APE-RN), Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) e o Memorial da Escola Normal de Natal, instalado na Biblioteca do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy (IESP).

Diante da diversidade das fontes primárias, foram selecionadas no APE-RN as mensagens governamentais, as leis, os decretos, os regimentos internos da Escola Normal de Natal, entre outros. No Instituto Histórico e Geográfico (IHGRN), foram pesquisadas algumas edições do jornal *A Republica*, além do acervo do arquivo do professor Nestor dos Santos Lima. Já no memorial do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy (IESP), foi possibilitado o acesso aos relatórios de ocorrência da Escola Normal de Natal, enviados anualmente para o Departamento de Educação e as atas da Congregação dos Lentes. Cabe ainda ressaltar o contato com a Fundação José Augusto, onde foi adquirida uma iconografia do Grupo Escolar Antônio de Souza.

A análise e a interpretação dos documentos propiciaram “a operação historiográfica” (CERTEAU, 1982), possibilitando as respostas que viessem a esclarecer as minhas inquietações sobre a história da Escola Normal de Natal. Os documentos produzidos na época constituíram em peças e engrenagens que, articuladas e analisadas, possibilitaram a elaboração da narrativa reflexiva que deu forma à trajetória da Escola Normal de Natal no período de 1908 a 1938.

O fazer histórico decorreu do estabelecimento de um diálogo metodológico entre a pesquisa documental e a sua análise, observando-se as estratégias de produção historiográfica. Nessa perspectiva, destaca-se a observação de Febvre (1989, p. 19), que

toda história é escolha. É-o, até devido ao acaso que aqui destruiu e ali salvou os vestígios do passado. É-o devido ao homem: quando os documentos abundam, ele resume, simplifica, põe em destaque isto, apaga aquilo. É-o, sobretudo, porque o historiador cria os seus materiais, ou se quiser, recria-os: o historiador que não vagueia ao acaso pelo passado, como um trapeiro à procura de achados, mas parte com uma intenção precisa, um problema a resolver, uma hipótese de trabalho a verificar.

Dessa forma, a pesquisa foi iniciada pelas mensagens governamentais por permitir uma visão, mesmo do ponto de vista oficial, das políticas públicas educacionais da época. Ao trabalhar com esse tipo de documento, atentou-se

que ele representaria aquilo que os governos pretendiam que fosse mostrado ou publicado, era a voz dos governos naquela época.

Ao analisar esses documentos, chegou o momento, como disse Febvre (1989, p. 19), de “ler os seus cortes e as suas preparações. Tarefa singularmente árdua; porque descrever o que se vê, ainda vá; o difícil é ver o que é preciso descrever”. Esses documentos suscitaram várias indagações, ao mesmo tempo em que apontavam caminhos para repensar o “dito” e interpretar o “não dito”. Nesse sentido, o trabalho se norteou à luz da nova história cultural, que, do ponto de vista de Chartier (1990, p. 17), “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Assim sendo, identificou-se a possibilidade de fazer uma leitura do desenvolvimento da Escola Normal de Natal relacionando-a aos acontecimentos socioeconômicos e políticos.

O uso da legislação foi preponderante e norteador à medida que apontou caminhos e possibilitou decisões. Apesar dos objetivos previamente traçados para a realização do trabalho, o achado de uma nova lei, de um novo decreto ou regulamento aplicado ao ensino normal redefinia a direção e as elaborações, até então conjecturadas.

Os relatórios da Escola Normal de Natal se constituíram em fontes históricas que permitiram uma proximidade mais ampla e intensa com o cotidiano da instituição. Do mesmo modo, a leitura e a interpretação dos livros de atas da Congregação dos Lentes possibilitaram dialogar com os docentes, pois nesses documentos estão expressas suas opiniões sobre o fazer pedagógico, mediante participação nos debates sempre presentes nas sessões. Nas atas, estão registradas as deliberações e o desenvolvimento das diversas atividades dessa instituição, as quais se destacam também pelos pronunciamentos, caracterizados pela linguagem erudita, altamente elaborados dos mestres.

Durante a leitura dos relatórios, que eram riquíssimos em detalhes, era como se estivessem sendo apresentadas as dependências da escola com suas normas e o seu fazer pedagógico. O uso desses documentos em alguns momentos exigia o ato de decifrar, considerando que as fontes, os impressos e os manuscritos, se encontravam em um processo de deterioração.

As citações extraídas dos documentos tiveram a sua forma de escrita e ortografia preservadas, conforme a época em que foi produzida a fonte primária, a fim de manter a fidelidade e a originalidade documental. Do mesmo modo ocorreu com as referências bibliográficas.

Uma vez apropriada desses documentos, foi chegado o momento de compreender o contexto histórico em que foram produzidos. Por isso, ao reconstituir a trajetória da Escola Normal de Natal, não se pode deixar de destacar os

regulamentos que nortearam essa instituição e suas progressivas modificações, a fim de adequar a Escola Normal às novas exigências pedagógicas, introduzindo também as sofisticadas formas de controle do ato educativo.

Ao privilegiar o marco temporal de 1908 a 1938, não se pretendeu fazer uma apresentação evolutiva dos fatos, mas discutir os avanços, as conquistas e os recuos por que passou a Escola Normal de Natal, em cada uma dessas décadas. Nesses termos, a renovação da legislação do ensino normal esteve relacionada às mudanças socioeconômicas, políticas e culturais. Ao mesmo tempo em que se fazia essa relação com o período histórico, tecia-se uma contextura que possibilitou construir uma narrativa reflexiva da Escola Normal de Natal expressando a sua singularidade e problematizando a sua transição de Escola Normal Primária a Escola Normal Secundária, destacando, nesse percurso, a ausência de espaço físico para este educandário no contexto estudado. Na sua composição, o trabalho ficou organizado em quatro capítulos, brevemente descritos a seguir.

O primeiro capítulo traz uma discussão sobre as primeiras tentativas, sem sucesso, de se criar uma Escola Normal em Natal ainda no contexto Imperial e no início da República. Destaca-se, sobretudo, a instituição definitiva da Escola Normal de Natal em 1908, integrada à reforma que reestabeleceu a Diretoria Geral da Instrução Pública, e, além desta escola de professores, criou os Grupos Escolares que introduziram o ensino primário seriado e graduado. Essa reforma, como proposta de modernização do ensino estadual, suscitou a necessidade de uma escola formadora de professores que iriam atuar nos Grupos Escolares, conforme os modernos métodos de ensino.

Toma destaque nesse contexto a atuação de Nestor dos Santos Lima, Professor e Diretor da Escola Normal de Natal. Um jovem intelectual, idealista e preocupado com as causas educacionais, viabilizou uma conexão do ensino norte-rio-grandense com a instrução dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, mediante viagens para observação da prática pedagógica. Aborda e discute a reforma regulada pela Lei nº 405 de novembro de 1916, implementada no Governo Ferreira Chaves (1914-1920), que reorganizou os ensinos primário, secundário e profissional (normal) do estado. Ressalta o regulamento da Escola Normal de Natal de 1917 (Decreto nº 69), que introduziu regras de funcionamento sofisticadas para esta instituição, as quais foram incorporadas pelo regulamento de 1922, que vigorou durante toda a década de 1920 e 1930.

O segundo capítulo centra-se na sintonia da Escola Normal de Natal com os discursos que circulavam no país na década de 1920. Esse momento é considerado por muitos historiadores como um período de efervescência cultural, marcado pelas reivindicações, por reformas, propugnando, inclusive, a busca de identidade da sociedade brasileira, inspirada no movimento nacionalista.

No Rio Grande do Norte, a Escola Normal de Natal se tornou um ponto de irradiação e de convergência das discussões referentes à educação, atuando francamente não só no âmbito do discurso, mas na criação de instituições de formação, como a Associação dos Professores do Rio Grande do Norte (APRN-1920), que, por sua vez, criou a *Revista Pedagogium* (1921), a qual se propôs como a voz dos professores potiguares; a Escola Normal de Mossoró (1922); e mais tarde foi criado o Departamento Estadual da Associação Brasileira de Educação (ABE-1929). Os debates sobre a importância dessas instituições nasceram no seio da Escola Normal de Natal.

Seguindo os passos da modernização, a Escola Normal de Natal teve o seu regulamento renovado por meio do Decreto nº 161, de 7 abril de 1922, o qual absorveu, na sua maioria, os dispositivos do regulamento de 1917. O diferencial maior, entre estes, incidiu na introdução da matéria Pedologia, que tinha como objetivo central o estudo do comportamento do aluno, e mais tarde se desdobrou em Psicologia Geral e Psicologia da Educação. Destaca-se aqui a apresentação dos Diretores da Escola Normal de Natal, sobretudo, a atuação e o afastamento do professor Nestor dos Santos Lima, que dirigiu a escola de 1911 até 1924.

O terceiro capítulo se refere ao desenvolvimento da Escola Normal de Natal na década de 1930. Nele, há uma relação com o contexto político nacional, quando aconteceram profundas mudanças no quadro político-administrativo no âmbito federal, mediante a instituição do Governo Vargas, e as repercussões na esfera estadual, com a destituição do Governador Juvenal Lamartine, e, consequentemente, com a instituição dos Interventores Federais. Tais modificações concorreram para o fim do projeto de reforma do ensino normal do Rio Grande do Norte previsto para 1930; no decorrer dessa década, a Escola Normal de Natal continuou a ser orientada pela Lei Geral do Ensino instituída em 1916, desdobrada no regulamento de 1922.

As modificações efetivadas nessa época ocorreram por meio de decretos avulsos com vistas a sintonizar o ensino normal ao projeto de uniformização cultural e de centralização administrativa do governo federal. Foram incorporados muitos dos elementos dos discursos e das reivindicações das diferentes agremiações, na década de 1920, encetados entre eles a busca de uma identidade nacional dos professores e a uniformização do ensino normal.

Não foi constatado um projeto norteador da política educacional, nem iniciativas plausíveis voltadas para a expansão e a popularização do ensino normal, no transcurso da década de 1930, apesar de se registrar um surto de expansão do ensino primário no estado. Contudo, destaca-se, nos seus últimos dois anos, o acirramento das medidas de centralização do governo federal, revestidas de um discurso que defendia o nacionalismo e a modernização, embora calcadas em

práticas autoritárias e tradicionais. Isso resultou na criação de mecanismos de controle da sociedade e dos sistemas de ensino por meio dos variados órgãos de censura que atuaram no controle dos livros didáticos e na definição dos programas e dos conteúdos escolares.

Como repercussão das intervenções federais no ensino potiguar, sobressai a instituição do Decreto nº 411, de 17 de janeiro de 1938, que reformou o ensino normal do estado, conferindo a transição da Escola Normal de Natal Primária à Escola Normal de Natal Secundária, exigindo-se o ensino secundário, regido por leis federais, como pré-requisito ao ingresso no curso normal. Apesar do tom autoritário, elevou o grau de exigência referente aos conhecimentos gerais, mediante nova estruturação do curso de professores, além da introdução no currículo das chamadas ciências da educação, tais como a Psicologia, a Biologia, a Sociologia e a Antropologia Educacional, como ressonância das ideias escolanovistas.

Os efeitos da operacionalização dessa reforma, ocorrida entre os anos de 1938-1940, são demonstrados por uma progressiva diminuição na matrícula de normalistas, além da discordância dos professores da Escola Normal em relação à omissão de disciplinas na formação pedagógica, como Ciências Naturais, Civismo, e às notas de comportamento.

Cabe ressaltar que a organização do ensino advinda com essa reforma (Decreto nº 411 de 1938) foi logo suplantada pela Lei Orgânica do Ensino Normal, Decreto Federal nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946 - do mesmo modo foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Primário. Esses decretos revogaram as legislações estaduais e, pela primeira vez no Brasil, foram estabelecidas as normas e diretrizes nacionais para os ensinos normal e primário.

Por último, foi abordada a atuação dos Diretores da Escola Normal de Natal nessa década, ponderando-se que não se pode separar as instituições daqueles que a dinamizam. Destacaram-se nesse período os professores Antônio Fagundes e Clementino Câmara, que exerceram significativa representatividade não só na Escola Normal, mas também para a sociedade natalense.

No quarto e último capítulo, foram enfatizadas de forma pontual as práticas, as conquistas e os percalços vivenciados na Escola Normal de Natal durante todo o período estudado, cujos temas surgiram, ora do cerne do tema investigado, ora do seu entorno, sem privilegiar uma ou outra década.

A discussão relacionada à Congregação dos professores foi tomando importância no processo de pesquisa, mediante a leitura dos livros de atas e a percepção da importância dos assuntos deliberados. No salão da Diretoria da Escola Normal de Natal, onde ocorriam as sessões da Congregação, cada membro, ao defender suas convicções, decidia o presente e o futuro da Escola

Normal. Os debates ali encetados se traduziam no pensar e repensar a escola em sua totalidade, as práticas, o cumprimento do regulamento, as condições de ensino etc. As sessões, ordinárias ou extraordinárias, incidiam no espaço de que dispunham os lentes para a manifestação de seus protestos e suas concepções educacionais e ideológicas.

Inspirado no movimento nacionalista empreendido no decorrer da década de 1920, o professor Nestor dos Santos Lima, Diretor da Escola Normal de Natal, juntamente com um grupo de intelectuais norte-rio-grandenses, criou a Associação dos Professores do Rio Grande do Norte (APRN). E, por meio desta, passaram a lutar pela unificação dos ensinos primário e normal e pela validade dos diplomas das escolas normais dos diferentes estados brasileiros. O movimento de unificação do ensino normal se configurou em uma causa abraçada também pelos intelectuais norte-rio-grandenses ligados ao ensino normal e representados pela APRN, os quais propugnavam a unificação do magistério nacional e, como consequência, a validade dos diplomas das escolas normais entre os diferentes estados da federação.

Todavia, somente em 1932 o Rio Grande do Norte passou a reconhecer os diplomas das escolas normais dos outros estados da federação por meio do Decreto estadual nº 337, de 17 de setembro do mesmo ano. A unificação dos diplomas do ensino normal se caracterizou mais como um elemento das injunções da política centralizadora do governo federal do que como uma conquista de valorização do ensino normal e da profissão docente, na qual, nesse período histórico, já se mostrava uma preponderância do universo feminino.

Ao tratar do ensino normal não se pode deixar de apontar a questão *gênero*, implicada na profissão do magistério, marcada pela pluralidade de explicações e interpretações, uma questão em debate. Essa discussão aborda o processo de feminização por que passou a profissão do magistério, e, em consequência, a formação docente. Além disso, chama atenção para a difusão da ideia de que o magistério seria uma profissão que permitia a conciliação do trabalho com as ocupações domésticas da mulher, função até mesmo fortalecida pelo ensino normal, mediante as matérias e os conteúdos destinados para esse fim; demonstra as posturas de diferentes estudiosos; alguns estabelecem uma relação direta entre a feminização e a queda do nível de qualidade do ensino e do salário; outros defendem que, apesar de as mulheres serem a grande maioria, ocupavam funções hierarquicamente inferiores; alega-se também que a feminização contribuiu para a manutenção da dimensão missionária do magistério.

Todos esses fatores se fizeram presentes na história da Escola Normal de Natal, mas não de modo a ocupar maior importância que a formação docente. Historicamente marcada pela predominância da presença feminina,

paradoxalmente, não se opôs à sociedade patriarcal. A partir dos anos de 1930, ampliou-se a atuação da mulher no mercado de trabalho, o que lhe proporcionou um espaço de luta, ou seja, o vislumbrar de novos horizontes.

Na última etapa do trabalho, sobressaiu-se a necessidade de reconstituir o itinerário da Escola Normal de Natal, enfocando os diferentes espaços onde ela foi instalada, apontando os percalços e as dificuldades implicados no ensino durante esse processo.

A Escola Normal de Natal começou funcionando como anexo no Atheneu Norte-rio-grandense em 13 de maio de 1908. Após dois anos, mudou-se para o Grupo Escolar Augusto Severo, em dezembro de 1910, permanecendo ali durante 27 anos. Em 1937, transferiu-se para o Grupo Escolar Antônio de Souza, edifício que pertencia à APRN, haja vista a explosão do número de matrículas no curso normal. Entretanto, as precárias condições físicas desse prédio causavam prejuízo ao desenvolvimento pedagógico, à medida que faltavam espaços para a instalação do laboratório, da biblioteca e até mesmo para acomodar as/os discentes. Mediante a situação exposta, a Escola Normal de Natal foi transferida novamente para o edifício do Grupo Escolar Augusto Severo em 1941.

Nesse contexto, é possível registrar algumas conquistas no campo da educação, ressaltando-se que muito ainda havia por ser feito, a começar pela falta de edifícios adequados para o funcionamento das instituições de referência nos ensinos normal e secundário do estado potiguar: a Escola Normal de Natal e o Atheneu Norte-rio-grandense.

Na sequência desse itinerário, somente em 1954 foi concluído o edifício pretendido na época para funcionar um Instituto de Educação, destinado à instalação do Atheneu Norte-rio-grandense e da Escola Normal de Natal. Contudo, essa última só funcionou nesse prédio por apenas dois anos (1954-1955); o Atheneu Norte-rio-grandense ocupa o local até os dias atuais.

Em 1956, a Escola Normal foi instalada no recém-inaugurado Instituto de Educação, prédio situado no Bairro de Petrópolis em frente à Praça Pedro Velho, hoje Praça Cívica, onde atualmente funciona a Escola Estadual Anísio Teixeira. Nele permaneceu até 1965, quando se deu a transferência para o Instituto de Educação Presidente Kennedy, situado na Rua Jaguarari em Lagoa Nova.

Nas elaborações aqui empreendidas, a Escola Normal de Natal foi concebida como um espaço de conquistas, considerando a resiliência dos sujeitos que nela atuaram, que mesmo diante de circunstâncias adversas, a exemplo da falta de um espaço apropriado, funcionando em prédios improvisados, não renunciaram às atribuições de mantê-la como instituição modelar do ensino normal no estado do Rio Grande do Norte.

Capítulo 1

A institucionalização da Escola Normal no início do século XX: insígnia de modernização em Natal/RN (1908–1920)

Tentativas e desafios para a institucionalização e o desenvolvimento da Escola Normal de Natal

As escolas normais surgiram no cenário da história da educação brasileira no século XIX, mais precisamente a partir de 1835, quando foi fundada pelo poder público a Escola Normal de Niterói, abrindo o caminho para as demais que foram instituídas nas capitais das províncias, a saber: a Escola Normal da Bahia, criada em 1836 (só veio a funcionar em 1842); a de Cuiabá, em 1842 (fechada em 1945); a do Ceará, em 1845. A Escola Normal de São Paulo foi instituída em 1846 e fechada por duas vezes (1867, 1878), após reinauguração, em 1880, manteve suas atividades ininterruptas, tornando-se uma referência para as demais, já na Primeira República. Nesse mesmo ano foi aberta a Escola Normal do Rio de Janeiro. Registram-se também a Escola Normal de Sergipe (1870), Rio Grande do Norte (1874), Piauí (1864), Goiás (1882) e a da Paraíba, em 1885 (AQUINO, 2007; AZEVEDO, 1976; FREITAS, 2002; KULESZA, 2008).

No Rio Grande do Norte, a primeira Escola Normal de Instrução Primária foi criada pela lei nº 671, de 5 de agosto de 1873, por ordem do Presidente João Capistrano Bandeira de Melo Filho ao defender a abertura de uma Escola Normal como medida de aperfeiçoamento da escola primária. Esta foi regulamentada por decreto de 12 de janeiro do mesmo ano, instalada em primeiro de março de 1874 no prédio do Atheneu Norte-rio-grandense, com matrícula de 20 alunos, cujas matérias ministradas — Português, Aritmética, Geometria, Geografia, Caligrafia e Pedagogia — concorriam para o aperfeiçoamento do trabalho docente (ARAÚJO; AQUINO; LIMA, 2008; LIMA, 1921). Nesta escola, diplomaram-se apenas três alunos, pois a mesma foi extinta por força da lei de 19 de dezembro de 1877, na presidência

de Tolentino de Carvalho, sob a justificativa de a escola não alcançar os fins previstos mediante sua instalação.

A segunda Escola Normal foi criada pelo decreto de 8 de fevereiro de 1890, já no Brasil República, no governo provisório de Adolpho Gordo, mas não chegou a ser efetivada concretamente, como expressou Lima (1921, p. 15, grifo do autor): “foi *nati-morta*, ou melhor, morreu no nascedouro”.

Em 1892, a Escola Normal foi criada pela terceira vez no Governo de Pedro Velho, por meio do decreto de 30 de abril do referido ano, sendo instalada somente em 1896. Era exclusivamente masculina e o seu curso constava das matérias ensinadas no Atheneu Norte-rio-grandense, acrescentado das disciplinas de Moral, Sociologia e Pedagogia (LIMA, 1921). Funcionou até 1901 e, após diplomar cinco alunos, deu-se a sua extinção sob a justificativa de falta de recursos e de demanda (LIMA, 1921). Presume-se, entretanto, que existiam outras questões implicadas.

Essas escolas funcionavam com programas de ensino improvisado, de modo fragmentado, na maioria delas não existia regularidade no seu funcionamento, podiam ser criadas e extintas conforme as administrações locais. Tais instituições sofreram as implicações trazidas pela descentralização do ensino, impressa no período imperial, a partir do Ato adicional de 1834, que transferiu a responsabilidade do ensino profissional, concernente à formação docente e à instrução primária, às províncias. Tal descentralização foi reafirmada na Constituição Republicana de 1891, que ratificou a tradição do Império, mantendo o ensino profissionalizante (normal) sob a tutela dos estados (AZEVEDO, 1976). Assim sendo, o ensino primário e o desenvolvimento das escolas normais ficaram sujeitos às condições econômicas e à inspiração pessoal dos governos de cada estado.

Questiona-se, então, por que as escolas normais não tiveram prosperidade no século XIX, ou seja, funcionavam enfraquecidas até se exaurirem totalmente? A falta de demanda e de financiamento foi responsável por tal fato? E, por outro lado, quais as forças que atuaram sobre elas no início do século XX que contribuíram para sua manutenção? Ora, durante o século XIX se registrou um alto índice de analfabetismo da população brasileira: no período 1822-1870, “o ensino elementar não chega a atender 10% da população escolar” (RIBEIRO, 1992, p. 53). Podemos constatar que as habilidades de ler, escrever e contar estavam restritas a uma pequena parcela da sociedade.

Nos “anos de 1872 e 1890, [os dados oficiais] apontam para o índice de ao redor de 85% de analfabetismo para a população geral” (STAMATTO, 1996, p. 14). Dessa forma, a população alfabetizada correspondia a 15%. Passados vinte anos, registra-se um aumento de apenas 5% dos brasileiros alfabetizados. Observa-se, com isso, um progresso moroso e medíocre ao longo das décadas no que se refere à instrução primária. No que diz respeito “à província do Rio Grande do Norte, os

censos de 1872 e 1880 apontavam 83% e 84,6%, respectivamente, de analfabetos sobre o total de habitantes” (STAMATTO, 1996, p. 14). Os dados mostram que durante o período imperial, até os primeiros anos da república, houve um desinteresse, traduzido em falta de investimento, por parte do poder público, em proporcionar a instrução à população, alegando falta de recursos. Por outro lado, as elites estavam voltadas para as atividades econômicas centradas na agricultura exportadora, no grande latifúndio, que por sua vez prescindia do conhecimento das primeiras letras, conforme Ribeiro (1992, p. 59):

a insuficiência de recursos para os assuntos educacionais escolares, [se deve ao fato] destes não se constituírem em assuntos importantes para uma classe representada no Estado (Sociedade Política) que tem como função construir uma nação de segunda classe.

Se, na conjuntura econômica e política daquela época, o poder público não tinha interesse em estruturar uma rede de educação escolar pública, consequentemente o seu desinteresse se acentuava em financiar e manter uma escola para formação de mestres destinados a atuar na instrução primária, pois os difusores desse saber não teriam maior importância para aquela elite econômica e política.

Assim sendo, no século XIX, os governantes norte-rio-grandenses usavam o subterfúgio da falta de recursos e de demanda para justificar a ausência de investimento destinado ao desenvolvimento do ensino normal no estado. No início do século XX, esse cenário começou a mudar, pois, nesse contexto, a instituição do ensino normal se tornou proeminente em face de uma sociedade que principiava a urbanização, trazendo como consequência a expansão da instrução primária, que alertava para a ausência de cursos de formação dos profissionais responsáveis por ministrar esse ensino.

Assim, a instalação de escolas normais acena para a perspectiva de que o país estava caminhando para a modernização, considerando que a expansão do ensino elementar já era uma realidade nos países mais desenvolvidos. No Brasil, do ponto de vista cultural, era uma necessidade crucial, pois o pessoal docente era, na sua maioria, constituído por mestres improvisados, nomeados sem nenhuma preparação específica.

A instituição de uma Escola Normal Primária em Natal finalmente ocorreu em 1908, por meio do Decreto nº 178, de 29 de abril do mesmo ano, autorizado pela Lei nº 249, de 22 de novembro de 1907, que teve por objetivo restabelecer “a Directoria Geral da Instrucção Publica, crea a Escola Normal, Grupos Escolares e Escolas mixtas” (RIO GRANDE DO NORTE, 1908a, p. 46). Tal reforma foi efetivada no Governo de Alberto Maranhão e orientada pelo então Diretor Geral da Instrução Pública, o Dr. Francisco Pinto de Abreu (RIO GRANDE DO NORTE, 1909, p. 8).

A Escola Normal Primária de Natal foi inaugurada no dia 13 de maio do mesmo ano de sua instituição, e passou a ser dirigida pelo próprio Diretor da Instrução

Pública, Pinto de Abreu (CASCUDO, 1999). Conforme o Artigo 5º do Decreto nº 178, a “Escola Normal destinava-se ao preparo do magistério de ambos os sexos, e, seria anexa ao Atheneu Norte-rio-grandense” (RIO GRANDE DO NORTE, 1908a, p. 47). Este educandário prosperou, embora instalado como anexo, sem prédio próprio, permaneceu em exercício regularmente, tornando-se pioneiro na formação docente do estado do Rio Grande do Norte, e modelar para as demais iniciativas de se instituir cursos de formação docente no estado potiguar.

A instalação da Escola Normal de Natal deu início ao processo de institucionalização da formação de professor e, portanto, a profissionalização docente, atribuindo ares de modernização ao Rio Grande do Norte, à medida que o colocava no circuito dos estados que passavam a conceber o ato de ensinar como atribuição de “um corpo de funcionários públicos encarregados de desenvolver a tarefa de transmissão de conhecimentos” (VILLELA, 2008, p. 29). A criação de escolas normais apontava para o fato de que o ato de ensinar requer treinamento, ou melhor, profissionais capacitados, ao tempo em que coloca em xeque o monopólio exercido pelos religiosos nesse campo, e pelos profissionais diversos que assumiam o magistério como segunda ocupação.

As escolas normais já se faziam presentes em vários estados e, geralmente, eram instituídas ou reformadas conjuntamente com o ensino primário, mediante as instalações dos Grupos Escolares, que muitas vezes eram caracterizados como edificações imponentes, associados à ideia de modernidade (VEIGA, 2007).

O aspecto inovador no âmbito educacional no estado não se constituiu em um caso isolado. Era parte integrante do movimento de modernização que abrangia os diversos setores sociais, como saúde, transporte, urbanização, comércio e até mesmo um princípio de industrialização, tal como afirma Araújo (1995, p. 132): “o desenvolvimento demográfico trouxe paulatinamente a intervenção de tecnologias de urbanização, modernização, higienização e disciplinamento da cidade, principalmente, a partir do segundo Governo de Alberto Maranhão”.

As mudanças porque passou a sociedade brasileira, bem como a norte-rio-grandense na época, foram decorrentes de um processo de transformação mais amplo, mundial, ou seja, o movimento de modernização das sociedades iniciado na Europa do século XVIII, com o advento da industrialização, o qual se expandiu no século XIX, e ganhou o mundo no século XX. Nas palavras de Berman (1986, p. 18), essa modernidade apresentou

uma nova paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas zonas de indústrias, prolíferas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras consequências para o ser humano, jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos de mídia, que se comunicam em escala cada vez maior; Estados Nacionais cada vez mais fortes e conglomerados multinacionais de

capital; movimentos sociais de massa que lutam contra essas modernizações de cima para baixo, contando só com seus próprios meios de modernização de baixo para cima; um mercado mundial a que tudo abarca, em crescente expansão, capaz de um estarrecedor desperdício e devastação, capaz de tudo exceto solidez e estabilidade.

Esse novo modo de vida e de organização social se expandia mundo afora e adentrava até mesmo nas sociedades consideradas periféricas, integrando-se paulatinamente aos contextos locais, sendo absorvido por poucos, e marcando a disputa entre o novo e o velho no cotidiano das pessoas nessas sociedades.

No início do século XX, as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, entre outras, despontavam como centros urbanos modernos do país, entretanto, conviviam com problemas de atraso e subdesenvolvimento. Por outro lado, existiam núcleos urbanos, que, apesar de serem considerados atrasados, também sofriam um processo de modernização, de modo que nesses núcleos eram evidentes as diferenças entre os elementos da modernidade, as novidades, e os vestígios arcaicos que permaneciam na estrutura social e cultural dessas sociedades (ARAÚJO, 1995).

No Rio Grande do Norte, alguns intelectuais estavam atentos às inovações modernistas advindas dos núcleos urbanos centrais do país, e até mesmo da Europa, assim como ressaltavam a necessidade de formação desse espírito moderno ao maior número de pessoas possível. Como exemplo, Henrique Castriciano publicava em suas crônicas ataques contundentes aos costumes que considerava arcaicos e contra o marasmo e a indolência que predominavam na sociedade natalense. Do ponto de vista de Castriciano, a mudança de comportamento se iniciaria pela educação, baseado em princípios morais (PINHEIRO, 1996).

É pertinente afirmar que havia uma mentalidade entre os intelectuais norte-rio-grandenses de que a instrução se tornaria um veículo transmissor dos conhecimentos necessários ao novo homem, um caminho para a formação de novos hábitos, e a assimilação dos padrões de convivência coletiva que a vida urbana exigiria. Para tanto, administradores juntos aos intelectuais norte-rio-grandenses, mais precisamente os ligados à educação, passaram a criar mecanismos e instituições com vistas a formar cidadãos com padrões de comportamento condizentes com os novos tempos, e entre essas instituições, destaca-se a Escola Normal de Natal.

Nesse clima de uma incipiente renovação da sociedade potiguar, emergiu uma variedade de leis e regulamentos que prescreviam as novas orientações para os ensinos primário e normal, como a já citada reforma da Instrução Pública de 1908, que criou uma escola para a formação de professores, regulamentou a edificação dos prédios escolares, com a criação dos Grupos Escolares, introduzindo no estado o ensino primário seriado e graduado.

Tais feitos se constituíram em uma inovação para a época, visto que até então a instrução primária era ministrada por meio de escolas avulsas, improvisadas,

situadas em diversos ambientes, como a própria casa do mestre ou em salões de prefeituras etc., tendo um único professor para alunos em vários estágios de adiantamento. O grupo escolar trazia a perspectiva de substituir “o velho casarão sombrio por edifícios escolares projetados” (ARAÚJO, 1995, p. 150), amplos, arejados, higiênicos, iluminados, com áreas livres e bibliotecas, os quais deveriam dispor de material pedagógico adequado em face das exigências da nova pedagogia. Quanto à sistematização do ensino, as inovações básicas dos Grupos Escolares eram “a organização das classes em séries, cada série numa sala, um professor para cada série, organização das séries em etapas sucessivas e grupos de quatro ou cinco séries reunidas no mesmo prédio” (VEIGA, 2007, p. 242).

A edificação de Grupos Escolares constituiu em um aspecto do progresso na capital do Rio Grande do Norte com o Grupo Escolar Modelo Augusto Severo (1908), seguido pelo Frei Miguelinho, e tornou-se uma das prioridades dos programas dos governos na Primeira República. Em 1909, já se contavam oito Grupos Escolares instalados nos municípios de Natal, Mossoró, Caicó, Acari, Martins, São José, Caraúbas e Serra Negra, que ministravam ensino a novecentas crianças pelos processos mais adiantados (RIO GRANDE DO NORTE, 1909).

Sendo esses Grupos Escolares instituídos subitamente, não foi possível ministrar o ensino conforme regulamento. O funcionamento deles se ressentia da pressa com que foram organizados, sendo instalados com precárias condições físicas e didáticas, faltando profissionais qualificados, conforme documento oficial que traz comentários sobre a reforma de ensino instituída em 1916 (RIO GRANDE DO NORTE, [1917?], p. 5):

uns compunham-se de duas cadeiras apenas, outro eram dirigidos e tinham suas cadeiras a cargo de mestres provisórios que, sem a necessária capacidade profissional, não podiam compreender os programas de ensino, muito menos praticá-los com a eficiência que a nova organização comportava.

Isso revela a impossibilidade de haver ensino primário moderno sem a formação adequada dos mestres. Assim, as renovações metodológicas empreendidas no ensino primário suscitaram uma nova postura docente face aos preceitos da nova pedagogia, já que esta discordava dos métodos decorativos de ensino e ressaltava a importância de desenvolver na criança as faculdades intelectuais, como a capacidade de observação e reflexão, tal como se verifica nos Artigos do Regimento do Grupo Escolar Modelo Augusto Severo (RIO GRANDE DO NORTE, 1908b, p. 84, grifo do autor):

Art. 6º [...] Os sentidos são os caminhos naturais por onde conduzem-se as explicações do mestre ao espírito dos alunos. Dentre os meios empregados para atingir esse fim, são as *lições de coisas* os que melhor resultado produzem, desenvolvendo na criança a faculdade de observação, preparando-a para refletir e ajuizar; Art. 7º O ensino, para ser proveitoso, deve ser concreto. O mestre jamais obrigará seu discípulo a decorar

mecânica e inconscientemente as regras, antes que elle conheça os factos particulares que ellas resumem [...]; Art. 8º Para iniciar com proveito e brevidade a leitura elementar, de primeira classe, o mestre ensinará o alphabeto fazendo ouvir os sons que as letras representam. Por tal modo será feita a composição das syllabas e das palavras. E' prohibido o antigo systema de solletração [...]; Art. 9º Durante a 1ª classe serão simultâneos os exercicios de leitura e escripta, fazendo a creança uso da ardósia; 10º. Os métodos e processos applicáveis a cada matéria do programa acompanharão os progressos da Pedagogia e serão prescritos detalhadamente pelo Diretor Geral.

Os Grupos Escolares institucionalizados nas primeiras décadas do século XX traziam uma nova proposta de orientação metodológica, e, em consequência disso, passaram a exigir mestres mais qualificados para o ensino. A Escola Normal, portanto, nasceu com a missão de formar o *novo mestre*, condizente com as novas exigências pedagógicas.

Os Grupos Escolares prescreviam em seus regulamentos uma prática pedagógica centrada no uso do *método intuitivo* e das *lições de coisas* que tinham os fundamentos perpetuados a partir das ideias pedagógicas de Rousseau e Pestalozzi. Segundo Veiga (2007, p. 269), tais “pensadores apresentaram a intuição como base da aprendizagem, orientada pelo desenvolvimento natural da criança [...]”. Já Herbart formalizou o procedimento pedagógico de educação pela intuição, estabelecendo o professor como o guia”.

Ainda no século XIX, ao emitir pareceres sobre a reforma do ensino primário, secundário — do município da Corte — e superior do Brasil, por via do Decreto nº. 247, de 1879, Rui Barbosa defendeu o uso do *método intuitivo* e das *lições de coisas* não como metodologia específica em uma ou outra matéria, mas como método de estudo que deveria permear todas as atividades escolares, abrangendo o programa de ensino inteiro (MACHADO, 2002). Assim sendo, caberia ao mestre superar o ensino abstrato, decorativo, e, ao mesmo tempo, aprender a ensinar de modo que estimulasse a aprendizagem do aluno a partir do uso dos sentidos, ligando as coisas/os conteúdos estudados à sua realidade.

Destinada a formar esse novo profissional, a Escola Normal de Natal tinha por objetivo “instruir candidatos ao magistério primário de ambos os sexos” (RIO GRANDE DO NORTE, 1908a, p. 70). Sem um prédio próprio, desenvolveu suas atividades por dois anos no Atheneu Norte-rio-grandense (1908-1910), sendo transferida em 02 de janeiro de 1911 para o Grupo Escolar Augusto Severo, local onde as/os normalistas efetivavam as aulas práticas.

O curso normal foi instituído com três anos de duração e compreendia a seguinte estruturação curricular, conforme dispõe o Artigo 3º do Regulamento da Escola Normal: primeiro ano: Português; Francês; Aritmética Elementar; Álgebra Elementar; Geografia Geral; Desenho Geométrico; Prática na Escola Modelo. Segundo ano: Português; Francês; Corografia do Brasil; Caligrafia Escrita e Mecânica;

Pedagogia, Instrução Moral e Cívica; Álgebra Elementar; Noções de Física e Química; Trabalhos Manuais; Exercícios Físicos; Prática na Escola Modelo. Terceiro ano: Português; Pedagogia, Economia Doméstica e Legislação Escolar; Noções de História Natural e Higiene; História do Brasil; Desenho de Ornato e Figura; Trabalhos Manuais; Exercícios Físicos; Prática na Escola Modelo (RIO GRANDE DO NORTE, 1908a).

Os programas de ensino de cada disciplina deveriam ser elaborados anualmente, a partir dessa estrutura curricular, pela Congregação dos Professores, observando “os progressos da sciencia pedagogica” (RIO GRANDE DO NORTE, 1908a, p. 71), e caberia ao Diretor Geral da Instrução Pública revisar e validar os referidos programas.

Face à estrutura curricular apresentada, torna-se perceptível a preponderância das disciplinas teóricas em prejuízos daquelas de formação docente. É possível atribuir a esse currículo da Escola Normal um caráter intelectualístico, visto que proporcionava mais uma formação enciclopédica que o estudo teórico-prático relacionado ao ato educativo, que era o seu real objetivo: formar o professor primário com base nos *métodos ativos* de aprendizagem.

Esse currículo sofreu a primeira alteração em 1910, por meio do Decreto nº 239, de 15 de dezembro, que acrescentou um ano ao curso normal, desdobrando-o nas disciplinas de Latim, Inglês, Geometria e Música. O mesmo decreto estabeleceu também o Código de Ensino que criou o cargo de Diretor da Escola Normal, antes acumulado pelo Diretor da Instrução Pública. Por meio deste, foi nomeado o professor Nestor dos Santos Lima para Diretor da Escola Normal, a partir do dia 02 de janeiro de 1911 (CASCUDO, 1999).

Em 04 de dezembro de 1910, a Escola Normal de Natal apresentou à sociedade natalense aquelas/es que deveriam se tornar as/os pioneiras/os do novo ensino primário norte-rio-grandense, ou seja, a primeira turma de normalista potiguar. A solenidade ocorreu no Salão Róseo do Palácio do Governo em cerimônia presidida pelo Governador Alberto Maranhão e paraninfada pelo professor Manuel Garcia, contando com boa parte da elite intelectual do estado (CASCUDO, 1999; OLIVEIRA, 1990)¹. Foram diplomadas/os 27 normalistas, sendo 20 mulheres e 7 homens,

1 Integraram a primeira turma de concluintes da Escola Normal de Natal: Anita de Oliveira Melo, Áurea Fernandes Barros, Beatriz Cortez, Ecila Pegado Cortez, Clara Teixeira Fagundes, Estela Vésper F. Gonçalves, Francisca Soares da Câmara, Guiomar de França, Helena Botelho, Josefa Botelho, Judite de Castro Barbosa, Maria Abigail de Mendonça, Maria Natália Seabra da Fonseca, Maria das Graças Pio, Maria da Conceição Teixeira Fagundes, Maria Julita de Oliveira, Maria Belém Câmara, Maria do Carmo Navarro, Olda Marinho, Anfilóquio Carlos S. da Câmara, Francisco Ivo Cavalcante, José Rodrigues Filho, Luiz C. S. de Araújo, Luiz Antônio dos Santos Lima, Manuel Tavares Guerreiro, e Severino Bezerra de Melo (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1910).

cujos destinos concorriam para a ocupação dos postos de diretores e professores provisórios que não tinham a formação específica.

O ensino normal do Rio Grande do Norte, no contexto de sua institucionalização, andou longe de concorrer para uma educação popular. Ao contrário, o que mais o caracterizou foi o seu aspecto seletivo, seja pelo número limitado de vagas, pelo rigor na seleção, ou ainda pelo seu currículo enciclopédico. Entretanto, muitos dos mestres formados por essa instituição ao longo de suas vidas obtiveram destaque no meio intelectual, contribuíram ativamente para o avanço educacional do estado, alguns tendo o nome marcado nos frontispícios de escolas públicas.

Os governos que se seguiram ao de Alberto Maranhão procuraram dar continuidade às reformas nas instituições sociais, no sentido de melhorar os setores que concorriam para a configuração de uma sociedade urbana. Para tanto, buscaram

ampliar o papel civilizador das práticas escolares aliadas às medidas de saúde, saneamento e de higiene sobre a cidade em remodelação, convergindo para a questão da moralização dos costumes urbanos, com o objetivo de disciplinarização abrangente da vida quotidiana das pessoas, especialmente das classes populares, compatíveis com as exigências da nova ordem que já vinha sendo implantada (ARAÚJO, 1995, p. 139).

Esse impulso renovador, de abrangência nacional, decorreu da consolidação do governo republicano ao implantar suas bases doutrinárias e intensificou-se nas duas primeiras décadas do século XX. No entender de intelectuais, como Veríssimo, citado por Kulesza (1999, p. 79), “a era republicana abria a possibilidade do Brasil – através da educação – se integrar ao movimento de evolução geral da humanidade e cumprir, assim, seu glorioso destino de se tornar uma pátria, em suas palavras, grande, poderosa e invejável”. Faz-se importante ressaltar que, pelo menos no campo do discurso, a escola é enaltecida como o principal símbolo da República.

Por isso, a educação, seguida da saúde, constituiu o foco central dos reformadores nacionais. Seguindo essa trilha, o estado potiguar efetivou as reformas educacionais em 1908 e logo em seguida já se cogitava outra que, no entender dos seus idealizadores, deveria revolucionar o ensino norte-rio-grandense, modificando-o em todos os níveis, inclusive o ensino normal.

A reorganização dos ensinos primário e normal norte-rio-grandenses a partir da reforma de 1916

A reforma de ensino instituída em 1916 já vinha sendo articulada há alguns anos, impulsionada pelo espírito renovador e envolvente dos intelectuais

norte-rio-grandenses e pela emergência da nova sociedade, que aos poucos ia mostrando sua face republicana. Entusiasta do movimento de modernização, o então Governador do Rio Grande do Norte, Alberto Maranhão (1908-1913), designou o Diretor e Professor de Pedagogia da Escola Normal de Natal, Nestor dos Santos Lima, para “observar os melhoramentos técnicos do ensino normal e primário público nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo” (LIMA, 1913, p. 4), com a finalidade de implantar as melhorias observadas no sudeste do país no ensino do estado potiguar². Estas cidades se tornaram centros de referência pedagógica para as demais unidades federadas e os núcleos irradiadores da cultura, da ciência e da técnica, visto que não existia um sistema nacional de ensino nem leis gerais para regular a educação no país.

Sobre esse encargo, Nestor dos Santos Lima elaborou um relatório que retratou o funcionamento das escolas observadas nos municípios de São Paulo/SP, Campinas/SP e Rio de Janeiro/RJ, enfatizando a organização do ensino, a estrutura, o método empregado, como também expressou suas impressões a respeito das referidas instituições.

Na cidade de São Paulo, Nestor dos Santos Lima manteve contato com autoridades relacionadas à administração e à execução do ensino primário, tais como o Diretor da Revista dos Educadores, Dr. Henrique Geenem, o Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. João Chrisóstomo Bueno dos Reis Júnior, o diretor da Escola Normal da capital paulista, o Dr. Oscar Thompson, entre outros profissionais relacionados ao campo educacional e administrativo. De volta à Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, obteve acesso às publicações pedagógicas daquela instituição (LIMA, 1913).

As visitas do professor Nestor dos Santos Lima à capital paulista lhe possibilitaram o contato com novas práticas culturais e temáticas que pontuavam a pauta das discussões educacionais metropolitanas, como também o acesso a uma nova bibliografia e, por fim, as observações de novas técnicas e novos métodos empreendidos nos ensinos primário e normal, seu maior objetivo.

Esses contatos se faziam relevantes, haja vista que as viagens para observações não se traduziam apenas na busca de um novo modelo, mas também demonstravam as inquietações de administradores e educadores potiguares. Assim, considerando o pensamento de Lima L. (s.d., p. 129), o ensino normal era a “única área em que se discutia, até então, as ciências da educação e onde atuavam os pedagogos nacionais, isto é, os grandes nomes nacionais da área de educação são encontrados sempre envolvidos com o ensino normal e com o ensino

2 O professor Nestor dos Santos Lima já se encontrava na cidade do Rio de Janeiro, em férias, quando recebeu o telegrama do Governador Alberto Maranhão, no dia 29 de janeiro de 1913, que o designava para tal missão (LIMA, N., 1913).

primário”. Portanto, Nestor dos Santos Lima investiu em uma interlocução com esses pedagogos nacionais que circulavam nos grandes centros do país.

Em suas observações, Nestor dos Santos Lima (1913) relatou sobre a edificação e a higienização dos prédios escolares no que diz respeito ao material didático, à mobília, à ornamentação, à jardinagem, à iluminação e à ventilação. Entretanto, foi dada ênfase à estrutura e ao funcionamento do ensino, à organização dos programas das matérias e, sobretudo, aos métodos de ensino, não só no seu aspecto global, mas observando-se os passos que neles se processavam, enfatizando cada um em particular.

O sistema de ensino paulista liderava entre os mais avançados do país, compreendia modalidades de ensino diferenciadas para se adequar às situações específicas do estado, a saber: Jardim de Infância, Escolas Preliminares Modelo, anexas às Normais; Grupos Escolares em todos os municípios do Estado; Escolas Isoladas em todos os municípios; Escolas Primárias Noturnas para as crianças e os adultos operários; Escolas Normais Primárias e Escolas Normais Secundárias (LIMA, 1913). Apesar da semelhança em alguns pontos ao ensino já ministrado no nosso estado, o ensino paulista apresentava várias modalidades ainda não vislumbradas pelos potiguares, tornando-se inspirador para a reforma de ensino que estava por vir, inaugurando um novo tipo de escola: a escola isolada.

Nestor dos Santos Lima observou os procedimentos pedagógicos nas diferentes modalidades de escolas primárias e normais, em todas as séries, e nos três períodos do Jardim de Infância, descrevendo-os e interpretando-os meticulosamente. Destaca que entre as instituições observadas, a que lhe causou melhor impressão foi a Escola Normal de São Paulo, que tinha anexos a Escola Modelo Caetano Campos e o único Jardim de Infância da capital, tanto pela edificação do prédio quanto pela riqueza do material didático e pela inovação no método de leitura (LIMA, 1913).

No Jardim de Infância, ele presenciou uma prática de ensino fundamentada nos princípios da pedagogia de Friedrich Froebel, que tinha como finalidade desenvolver os dois instintos fundamentais da criança, a curiosidade e a atividade. Esses instintos eram estimulados por meio de exercícios de aprendizagens e demais atividades de ensino baseadas em experiências concretas com o uso de vários recursos didáticos, tais como os jogos, os quatro dons, os cânticos, as marchas rítmicas com música, a bandeira desfraldada, os tambores e as pandeiretas (LIMA, 1913).

Nestor dos Santos Lima centralizou suas observações no método de leitura “Analítico”, adotado pela Escola Modelo Preliminar Paulista Caetano de Campos, anexa à Escola Normal da Capital, a que mais se assemelhava às escolas elementares norte-rio-grandenses (com as turmas divididas por série e por sexo). Tal experiência o incentivou a rever os métodos de leitura aplicados no ensino potiguar. Ele também assinalou que, até bem pouco tempo, a leitura era processada

pelo método de *soletração antiga*, a qual avançou para a *moderna soletração* ou o *método fônico*, mas ainda não era o ideal, pois se fazia necessário avançar para o *método analítico*, o que melhor correspondia às condições psicológicas do aluno, cujo conhecimento se fazia no sentido de análise³. Não só o método de ensino lhe causou boas impressões, mas também a riqueza de material didático e as ótimas instalações físicas da instituição⁴ (LIMA, 1913).

Tal situação decerto iria se contrapor à realidade dos prédios escolares do nosso estado, cujas edificações se encontravam em fase incipiente em relação ao estado de São Paulo, a começar pela Escola Normal de Natal que funcionava precariamente em um estabelecimento provisório e inadequado. Tal contraste, entretanto, serviu para reforçar a convicção do ideal a ser alcançado para o nosso sistema de ensino.

Em São Paulo, Nestor dos Santos Lima observou o funcionamento da Escola Isolada Modelo de São Paulo, na qual era ministrado um curso primário de dois anos com horário e programa de ensino especiais (LIMA, 1913). Uma novidade e ao mesmo tempo um caminho para a viabilização da expansão do ensino primário norte-rio-grandense, visto que considerou a criação de escolas isoladas uma iniciativa interessante e a que mais se adequava aos setores mais afastados do Centro de Natal e aos municípios e lugares mais distantes do estado.

Quanto ao ensino normal, foram observadas em São Paulo duas modalidades: a Escola Normal Primária⁵ e a Escola Normal Secundária, existentes na capital e na cidade de Campinas. Sendo a primeira a que mais se aproximava do ensino da Escola Normal de Natal. Nestor dos Santos Lima (1913) não aprovou a organização do programa das cadeiras de Pedagogia, bem como a metodologia da Prática Escolar, desenvolvida naquela escola, pois alegava que era efetivada por meio de aulas arranjadas, artificiais, ministradas pelas normalistas, o que atualmente chamamos de simuladas, ao ressaltar que se tratava de um

3 No método fônico, partia-se do ensino do som das letras, unia-se o som das consoantes ao das vogais, pronunciando a sílaba formada. O método analítico consistia na apresentação de cartilhas com o “A B C” e gravuras (1º passo), depois eram feitas as leituras das figuras do livro (2º passo). Decorrido um certo tempo, era apresentada ao aluno uma frase para que este fizesse a decomposição em palavras (4º passo), destas em partes e sílabas (5º passo) e destas afinal em letras (6º passo) (LIMA, N., 1913).

4 Nestor dos Santos Lima ressaltou também suas impressões sobre o Grupo Escolar de Barra Funda na capital paulista, que funcionava num prédio adequado para suas finalidades, possuindo as seguintes instalações: gabinetes de diretor, professores, cirurgia dentária, portaria, 18 salas de classes, amplas galerias de comunicação, enormes pátios ao ar livre, farmácia, enfermaria de acidentados, aparelhos e lavabos aperfeiçoados e jardim (LIMA, 1913).

5 Conforme relatório, o ensino normal primário era nada mais nem menos que a transformação do antigo ensino primário complementar, acrescido das matérias profissionais respectivas (LIMA, 1913).

[...] systema, bem diverso do que praticamos aqui, não atinge o seu destino: primeiro, porque o normalista não tem diante de si, a classe viva, mas uma de suas partes. Segundo [...] Ora, a classe que serviu no exercício pratico de methodos estava justamente no 2º passo da leitura analytica e com ella própria foi feito o desenvolvimento completo dos seis passos, dentre de meia hora. 'É preferível, parece-me, o systema que vamos praticando, onde as normalistas acompanham primeiro por simples observação, depois executando por partes e afinal pelo todo, os métodos e processos adotados no ensino modelo, treinando-se através de quatro annos na classe viva, com todas as suas necessidades, exigências, maldades e bondades (LIMA, 1913, p. 28).

Tal prática não possibilitava à normalista vivenciar a rotina da sala de aula, tampouco adquirir o necessário traquejo profissional, sendo preferível a prática pedagógica empregada pela Escola Normal de Natal, mais adequada e eficiente.

Na cidade de Campinas/SP, Nestor dos Santos Lima realizou seus estudos e suas observações na Escola Normal Primária e na Escola Normal Secundária. Nessa última, relata ter presenciado o que antes só conhecia pelos compêndios sobre as teorias escolanovistas e os métodos experimentais. Referia-se às aulas de Psicologia Experimental, Pedagogia Científica e Escrituração Mercantil. Ficou tão bem impressionado que cogitou a possibilidade dessa escola se tornar Escola Normal Superior, como as suas congêneres europeias e norte-americanas destinadas à formação do pessoal docente. Nestor Lima deu continuidade às observações técnicas no estado do Rio de Janeiro, sobre o qual destacou as excelentes instalações de algumas escolas cariocas (LIMA, 2013).

Há de se considerar que se tratava de um período de solidificação das novas exigências relacionadas às edificações dos estabelecimentos de ensino, materializadas na higienização, no saneamento básico, nos atendimentos de saúde, na ventilação, na iluminação e no espaçamento adequado. Essas Exigências resultavam do processo de urbanização e modernização da sociedade brasileira, que já vinha sendo regulamentado desde o início do século XX com variação entre os estados.

Ao final das observações, Lima (1913) confrontou os processamentos técnicos e pedagógicos desenvolvidos nas diferentes modalidades e instituições de ensino das cidades visitadas (São Paulo, Campinas e Rio de Janeiro), chamando atenção para a proeminência do sistema de ensino paulista em relação ao carioca, e demonstrou convicção de que aquele seria modelar, não só para o Rio Grande do Norte, mas para todo o país. Isso não implicava afirmar que deveríamos aplicar no nosso estado tudo que se tinha observado no Sudeste, pois o ensino normal norte-rio-grandense apresentava boa organização e boa metodologia em relação às suas congêneres, como afirmou o próprio Lima, N. (1913, p. 46-53):

a Escola Normal de Natal, de modesta organização pedagógica e provisória instalação material, é me grato assegurar a V. Ex.a. que, na orientação profissional, em nada fica a dever às suas congêneres, quicá ultrapassando-a na maneira por que encara o assunto da preparação prática do magistério [...] quando tiver a sua instalação

material definitiva, constituirá no ponto de vista profissional um instituto modesto, porém, modelar para a preparação pedagógica dos mestres primários.

Entende-se com isso que a experiência do mestre Nestor dos Santos Lima não tratou apenas de observações com o fim de copiar um modelo de ensino, foi também um momento de refletir, de confrontar o que se tinha com aquilo que se queria, avaliar os avanços, reconhecer as fragilidades e buscar subsídios para superá-las, mediante análises e reinterpretações convertidas em práticas educacionais.

O mestre propôs, porém, uma renovação literária no ensino primário norte-rio-grandense, apresentando livros, cartilhas e fábulas sintonizadas com a nova orientação pedagógica, que circulava no país naquela época⁶. Da mesma forma, sugeriu a modificação no método de ensino da leitura, esboçou o programa de cada matéria com os respectivos conteúdos e objetivos de ensino e defendeu a permanência da metodologia da prática pedagógica já utilizada pela Escola Normal de Natal (LIMA, 2013).

O relatório de observações e contribuições de Nestor dos Santos Lima se constituiu em um subsídio relevante para a reforma educacional prevista para 1916 no tocante às informações referentes à higiene escolar, à fiscalização e ao controle da instrução, e, principalmente, aos processos de organização, aos métodos e aos conteúdos dos ensinos primário e normal. A reforma foi empreendida já no segundo Governo de Joaquim Ferreira Chaves (1914-1920), que, influenciado pela renovação educacional que ocorria nos grandes centros, procurou dar continuidade às reformas nas instituições sociais do estado do Rio Grande do Norte, nesse caso específico, a educação.

Seguindo a trilha da modernização, o Governador Ferreira Chaves tomou as providências necessárias para a implementação da reforma de ensino autorizada pela lei nº 382, de 18 de novembro de 1915. Esta tinha por finalidade dar uma nova organização ao ensino oficial primário, normal e profissional do estado do Rio Grande do Norte.

Para a elaboração do projeto da reforma, o Governador Ferreira Chaves nomeou uma comissão de intelectuais, composta por Henrique Castriciano, Antônio de Souza, José Augusto, Moysés Soares e o professor Manuel Dantas, que, na qualidade de Diretor da Instrução Pública, pôs-se como organizador do projeto de reforma. Porém, a organização do projeto referente à Escola Normal de Natal

6 Nestor dos Santos Lima sugeriu, para o ensino infantil: *Cartilha Analytica*, de Gomes Cardim e Francisco Vianna; *Meu Livro*, de Theodoro de Moraes; *Historietas*, de Pinto e Silva; *Leitura Intermediária*, de F. Vianna e Carneiro Junior. 1º. livro de João Kopke. Para as classes elementares 1º, 2º e 3º, livro de João Kopke, *Fabulas*, do mesmo autor, *Leituras Nacionais* e *Minha Pátria*, de Pinto e Silva (LIMA, N., 1913, p. 46, grifo do autor).

foi de autoria de Nestor dos Santos Lima. Esses educadores integravam a elite intelectual do estado e eram considerados especialistas em assuntos educacionais; foram convocados para uma tarefa ousada e renovadora, que resultou na reforma geral da Instrução Pública do Estado de 1916. O projeto elaborado foi colocado em discussão em várias sessões, que, depois de passar pelos trâmites legais, foi aprovado e sancionado, convertendo-se na Lei nº 405, de 29 de novembro de 1916 (RIO GRANDE DO NORTE, 1916, p. 6-7).

A Escola Normal de Natal: uma incursão sobre as inovações pedagógicas a partir da Lei nº 405 de 29 de novembro de 1916

A nova Lei Orgânica do Ensino Estadual manteve o ensino seriado, além de traçar novas regras para o plano geral de organização e fiscalização do ensino, criando, inclusive, novos órgãos, como os Conselhos Escolares. Com base ampla, a lei permitia ao poder executivo modificar suas metas de ações no ensino sem consultar o legislativo.

A lei nº 405, de 29 de novembro de 1916, reorganizou os ensinos primário, profissional e secundário do estado. Sobre esse último, mencionou apenas (Art. 8º) que deveria ser ministrado no Atheneu Norte-rio-grandense, sujeito a regulamento e regime especiais que o equipararam ao Colégio Pedro II. Seu conteúdo, portanto, centrou-se nas diretrizes dos ensinos primário e profissional, referindo ao ensino normal, orientado por leis especificamente estaduais (RIO GRANDE DO NORTE, 1916).

Sobre o ensino público primário do estado, a lei nº 405, de 1916, impôs uma nova organização, e, ao dispor sobre a criação de novas instituições e modalidades de escola, determinou (Art. nº 41) que o ensino público primário seria ministrado nos “jardins da infância, grupos escolares, escolas isoladas, escolas complementares, escolas nocturnas e ambulantes” (RIO GRANDE DO NORTE, 1916, p. 53). Os estabelecimentos de ensino primário (o grupo escolar e a escola isolada), por sua vez, ministravam a instrução primária materializada no curso infantil elementar, também denominado preliminar, conforme o programa adotado oficialmente (Art. nº 42). As escolas ambulantes e noturnas, porém, funcionavam com programas e horários reduzidos, de modo rudimentar, não dispunham dos mesmos recursos, nem tinham a obrigação de aplicar o ensino graduado (RIO GRANDE DO NORTE, 1916).

A Escola Isolada e o Jardim de Infância despontavam como inovações para o ensino norte-rio-grandense, introduzidas pela reforma. Conforme Art. nº 66 e 71 da Lei de 1916, a Escola Isolada deveria ocorrer em localidades que não tivessem uma população escolar que atingisse as exigências para a criação de um grupo escolar. As referidas escolas seguiam os mesmos princípios e métodos dos Grupos

Escolares, mas ficava restrito àqueles a prerrogativa de conferir os certificados de estudos primários (RIO GRANDE DO NORTE, 1916).

O Jardim de Infância era destinado à educação de crianças menores de sete anos. O primeiro do Brasil surgiu mediante iniciativa privada em 1875, ainda no contexto imperial, no Rio de Janeiro, seguido por São Paulo, em 1877. A partir daí, a temática relacionada à educação na primeira infância tomou dimensões expressivas, norteados debates em encontro de educadores ou ocupando páginas seguidas das revistas pedagógicas (KUHLMANN JR., 1998).

O Jardim de Infância previa o desenvolvimento social e intelectual da criança pequena, além de estimular a psicomotricidade. Foi difundido no Brasil no século XX, fundamentado nas teorias elaboradas por Friedrich Froebel (idealizador dos Jardins de Infância), no que se refere aos princípios pedagógicos, aos materiais e à diversidade de atividades: desenhos, brinquedos, artefatos confeccionados e trabalhados com a criança. Instituíram-se novas rotinas de trabalho, conteúdos educativos com preceitos cognitivos e morais.

Ao revisar a historiografia da educação brasileira, pode-se perceber que o Jardim de Infância Caetano de Campos – fundado em 1896, na cidade de São Paulo, anexo à Escola Normal do Estado – é situado como instituição pública pioneira e modelar (KUHLMANN JR., 1998). Este tipo de instituição de ensino se tornou emblema das políticas de *republicanização* do Brasil, difundidas entre os demais estados, embora tenha sido um processo lento e com características locais específicas.

O estado potiguar se encontrava em processo de organização da instrução pública com objetivos expressos de ampliar as instituições de ensino, a fim de contemplar a educação do indivíduo nas diferentes etapas e modalidades. Pela primeira vez, portanto, foi elaborada uma lei de caráter abrangente, e os dispositivos incluíam as múltiplas variantes compreendidas no ensino, seja nos aspectos pedagógicos ou complementares.

Nesse sentido, a Lei nº 405, de 1916, regulou a forma de criação dos estabelecimentos de ensino que deveria se estender também à instância municipal e particular. Dispôs nos Artigos nº 32 e 35, respectivamente, sobre a instituição de um Conselho Escolar em cada município, e de um Conselho Superior da Instrução Pública, que deveria funcionar como auxiliar supremo do Diretor Geral da Instrução Pública no estudo e na aplicação das leis do ensino (RIO GRANDE DO NORTE, 1916). No campo administrativo, regulou o processo de matrícula, ampliou os meios de controle dos deveres dos discentes e docentes com a introdução de mecanismos de controle do trabalho pedagógico, destacadamente com introdução do Diário de Classe.

Quanto ao ensino normal, foram-lhe atribuídas formas de controles mais aprimoradas com a incrementação dos atributos avaliativos, assim como uma

nova metodologia de ensino advinda com os Grupos Escolares, pois seria inviável a modernização do ensino sem as devidas mudanças no ensino normal, assim, sinalizado por Nagle (1974, p. 218):

a preocupação com a escola normal se inicia como resultado da simples expansão da escola primária, isto é, decorre do fenômeno do entusiasmo educacional. Portanto, seria, com efeito, inútil, senão frívolo, além de destituído de consequência e de efeitos, planejar um largo movimento de reforma no espírito, nos processos e na organização do ensino primário, sem estender e projetar o mesmo espírito de renovação ao domínio do ensino normal.

É considerada neste estudo a relação intrínseca entre o ensino normal e o primário, concebendo que é uma tarefa difícil, se não impossível, estudar o desenvolvimento do ensino normal brasileiro sem se reportar à ampliação do ensino primário. A reforma de ensino de 1916 se caracterizou não só por reordenar o sistema de ensino norte-rio-grandense, mas por imprimir uma articulação entre os ensinos primário e normal nos seus diversos aspectos, ou seja, na organização dos programas, no currículo e, principalmente, na metodologia do ensino.

Um novo regulamento para a Escola Normal de Natal (1917): redefinindo programas e métodos de ensino

Passado um ano da aprovação da nova lei que regulou a reforma do ensino no estado, foi baixado o Decreto nº 69, de 24 de novembro de 1917, que instituiu o segundo regulamento da Escola Normal de Natal em obediência às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 405, de 29 de novembro de 1916. Tal reforma foi fruto das medidas modernizadoras que já vinham se efetivando no estado, desde o início do século XX, especialmente no segundo Governo de Alberto Maranhão (1908-1913), e tomaram um novo impulso no segundo Governo de Joaquim Ferreira Chaves (1914-1920).

À medida que a sociedade norte-rio-grandense caminhava para a urbanização, em função de um surto de modernização, o seu funcionamento e o de suas instituições passaram a requerer novos elementos que melhor atendessem às novas necessidades. Nota-se, portanto, que houve uma ampliação das regras do curso normal, além de uma intensificação do controle do trabalho pedagógico na Escola Normal, a partir das normas estabelecidas pelo regulamento de 1917, instituído por meio do Decreto nº 69 de 24 de novembro de 1917.

O documento supracitado prescrevia regras para todo e qualquer procedimento da instituição, estruturados em 11 capítulos, os quais compunham um plano geral de ensino que contemplava os requisitos de funcionamento da escola, a saber: normas para matrícula e frequência; tempo letivo e regime das aulas; regras para promoções e exames; condições para a diplomação e a habilitação;

os preceitos das aulas práticas no Grupo Escolar Modelo; procedimento para o provimento das cadeiras da Escola Normal; os deveres dos alunos e a disciplina escolar; as atribuições dos professores da Escola Normal e a composição do pessoal administrativo com suas atribuições (RIO GRANDE DO NORTE, 1917). Imbricada no processo de mudanças, pelas quais vinha passando o estado, a Escola Normal de Natal se legitima ao mesmo tempo em que é impressa sofisticada sistematização nas suas normas de funcionamento.

Há de se considerar a significativa alteração no currículo da Escola Normal de Natal com a revisão dos programas das matérias já existentes, além da introdução de novas disciplinas, caracterizando o processo de ampliação e de complexidade do seu currículo. O Art. 2º do regulamento estabelecia que o curso completo da Escola Normal de Natal seria ministrado em quatro anos e compreendia as seguintes disciplinas:

I - Portuguez; II - Francez; III - Arithmetica; IV - Noções de Geometria theorica e pratica; V - Geografia geral e particular do Brasil; VI - Historia geral e Particular do Brazil; VII - Noções de physica e chimica applicadas á vida prática; VIII - Noções de Historia natural applicada á agricultura e á criação dos animaes; IX - Educação moral e cívica; X - Pedagogia, história da educação, economia e leis escolares; XI - Hygiene Escolar; XII - Desenho; XIII - Principios de Músicas e cantos escolar; XIV - Trabalhos Manuais; XV - Economia e Artes Domésticas (para o sexo feminino); XVI - Educação Física e exercícios infantis; XVII - Prática Escolar no Grupo modelo (RIO GRANDE DO NORTE, 1917, p. 81).

Essas disciplinas eram distribuídas em quatro anos. O primeiro ano compreendia o ensino de Português, Francês, Aritmética, Geometria, Geografia, História, Desenho, Música e Educação Física. O segundo consistia no desenvolvimento progressivo das matérias lecionadas no primeiro. O terceiro ano era composto por Português, Educação Moral e Cívica, História Natural, Física e Química, Pedagogia, Higiene Escolar, Música, Desenho, Trabalhos Manuais, Educação Física e Prática Escolar no Grupo Modelo. O quarto ano correspondia ao desenvolvimento progressivo das disciplinas ensinadas no terceiro ano (RIO GRANDE DO NORTE, 1917).

Entre as matérias elencadas se destacavam Pedagogia, Prática Escolar, Economia e Artes Domésticas (para o sexo feminino) e Noções de História Natural (aplicada à agricultura e à criação dos animais). As duas primeiras foram eleitas pela importância na formação docente e as duas últimas por sua significância específica no curso de professor, susceptíveis de uma justificativa dentro dos contextos econômico e social.

Sobre a cadeira de Pedagogia, história da educação, economia e leis escolares recaíam os fundamentos pedagógicos do curso normal ao incorporar variados conteúdos referentes aos processos de ensino, imprescindíveis à prática pedagógica, tal como descreve o regulamento (inciso XIV, Art. 7º, § 1º):

a Pedagogia, desembaraçada das noções preliminares de Psychologia, que competem ao estudo dessa disciplina, e de Methodologia que incumbe especialmente aos professores de cada uma das cadeiras correspondentes as do curso primario, além da systematização de todos os conhecimentos pedagogicos, destinará espaço á Historia da Educação, que será a da evolução necessaria dos methods de ensino, em suas linhas gerais e dominantes, e á economia e leis escolares, de alcance pratico immediato para o alumno (RIO GRANDE DO NORTE, 1917, p. 86).

Ministrada pelo professor Nestor dos Santos Lima nos terceiro e quarto anos, a cadeira de Pedagogia contemplava estudos da psicologia, da metodologia e da História da Educação, sendo o esteio teórico metodológico do curso normal naquela época.

A Prática Escolar era exigida nos terceiro e quarto anos e realizada nas Escolas Modelos. Na primeira etapa, as/os normalistas observavam as aulas, em seguida passavam a atuar diretamente no magistério do ensino primário, conforme o método adotado pela escola. Nesta o aluno/professor adquiria não só a prática pedagógica, mas também a incorporação das regras da vida escolar, da administração e das leis que regiam o ensino público.

A Prática Pedagógica era uma das etapas que exigia mais esforço e dedicação durante o curso, pois o/a normalista assumia o lugar do/da professor/a da escola modelo com as funções implicadas no ofício. No decorrer do quarto ano, se realizava a prática pedagógica, sendo atribuídas notas a cada bimestre, que não eram as notas finais, pois ainda haveria o exame de aptidão pedagógica. Para a realização de tal exame, seguindo as normas regulamentares de 1917 (Art. nº 55, § 1º e 2º), exigia-se que a/o aluna/o tivesse sido aprovada/o em todas as matérias do terceiro e do quarto anos.

O referido exame era presidido pelo Diretor da Escola Normal, ou por seu representante, e dirigido pelo professor da classe em que se realizava a prova. Caracterizado por normas rígidas, consistia na regência de uma aula ministrada pela normalista com duração mínima de 30 minutos. Após a aula avaliativa, a comissão examinadora daria um parecer que deveria ser apreciado pela Congregação dos Lentes, juntamente com as notas obtidas pelos alunos nas práticas escolares realizadas durante o ano, dando o desfecho final, atribuindo ao aluno nota de insuficiência pedagógica se obtivesse uma média igual ou inferior a 5,99 e de aptidão pedagógica àquele que obtivesse média entre 6 a 10 (Art. nº 56). O parágrafo único desse Artigo complementa que a nota de insuficiência pedagógica implicaria a repetição do exame no final do ano seguinte em dias designados pelo Diretor da Escola Normal. A média dos exames básicos mais a de *aptidão pedagógica* compreendia a nota final do curso normal, sendo que a última assumia o poder de indicar o futuro professor no ingresso ao magistério público de forma imediata (RIO GRANDE DO NORTE, 1917).

Percebe-se então a rigidez presente na prática pedagógica da Escola Normal de Natal, que, do ponto de vista do professor Nestor dos Santos Lima, seguia uma orientação metodológica mais eficaz que a Escola Normal de São Paulo, onde ele observou uma prática pedagógica com base em aulas simuladas.

Por meio do referido regulamento, foi introduzida no currículo da Escola Normal a disciplina Economia e Artes Domésticas, destinada às meninas, a fim de manter a sintonia com o currículo do ensino primário, sob a justificativa de que a

Economia e as Artes Domesticas educam e instruem [a mulher] no governo da casa e nas prendas necessarias da costura, do corte, da reparação, e concerto, das roupas usadas, do lavado e engommado, finalmente sem nenhuma preocupação sumptuaria de bordados e atavios para o artificio das exposições, mas endereçadas a realidades uteis da vida, ás quaes o bom gosto, a decencia e o conforto devem, entretanto, não ser extranhos (RIO GRANDE DO NORTE, 1917, p. 88).

A aprendizagem adquirida contribuía para consolidar a tradição cultural de manter a mulher vinculada às atividades relacionadas ao cuidar da família, garantindo-lhe que a sua atuação no magistério não iria desvirtuá-la das obrigações de dona de casa, considerando que a Escola Normal de Natal, desde a sua instituição em 1908, tinha uma frequência predominantemente feminina. As escolas normais se tornaram redutos de moças que buscavam o trabalho remunerado, não só no Brasil, mas também em outros países, afinal o processo de feminização do magistério foi uma tendência mundial (APPLE, 1995).

O magistério despontava como profissão que permitia uma conciliação com as funções domésticas da mulher, tradição zelada e cultivada desde a mais tenra idade, de vez que a referida matéria já se fazia presente no currículo do curso primário, abrindo precedente ou até mesmo garantindo a sua permanência no curso normal. Tendo como preocupação central formar a dona de casa prendada, conseqüentemente, seus conteúdos se distanciavam das questões referentes aos processos de ensino, embora se adequassem às expectativas de uma sociedade que relutava em perceber o novo perfil de trabalho feminino que se gerava no cerne da economia moderna.

Essa disciplina permaneceu no curso da Escola Normal de Natal até a década de 1950 com a renovação do seu regulamento que confirmou a estrutura da Lei Orgânica do Ensino Normal (AQUINO, 2007). A legislação em apreço expressava nas suas entrelinhas os valores patriarcais da época, pois, à medida que garantia o acesso das meninas à escola, determinava a diferenciação de conhecimentos entre os gêneros (masculino e feminino), tanto para os conteúdos de ensino, quanto para a formação da moral.

A Escola Normal de Natal era uma instituição de ensino mista, ou seja, admitia alunas e alunos, sendo que eram previstas disciplinas diferenciadas por

sexo. Logo, havia conhecimentos destinados a formar comportamentos masculinos por meio da disciplina Noções de História Natural Aplicadas à Agricultura e à Criação dos Animais, a qual compreendia o estudo relacionado ao campo, ou melhor, ao “[...] plantio, cultura, economia agrícola, o dos animais incluirá a zootechnia ou a criação científica dos animais domésticos, [...] do homem reunirá as noções essenciais de anatomia e physiologia necessárias ao estudo de hygiene ou das condições de saúde” (RIO GRANDE DO NORTE, 1917, p. 85). Essa disciplina destinava-se aos rapazes e fazia-se presente também no currículo do curso primário. A tendência ao estudo do trabalho campestre em um curso de formação de professor justificava-se pela própria estrutura econômica do Brasil, que, apesar de vislumbrar alguns aspectos de modernização, ainda era um país predominantemente agrário, além de formar identidades masculinas.

Fica claro, portanto, que o currículo da Escola Normal contemplava e direcionava conhecimentos a partir da divisão binária – homem/mulher –, apontando, não só para a existência, mas também para a manutenção de lugares sociais determinados a partir do gênero feminino ou masculino.

Após o término do curso primário, e mais um ano do curso complementar, ministrado somente nos Grupos Escolares, o discente poderia se candidatar ao exame de seleção para a Escola Normal ou Atheneu Norte-rio-grandense. Esse ensino, portanto, além de introduzir novos conhecimentos, teria de reforçar os conteúdos implicados no curso primário.

Estabelecido o elenco das matérias de ensino, com os respectivos conteúdos e seus fins, o regulamento de 1917 determinava (Art. 7º) que “compete ao director geral da Instrução Publica, com audiencia do director da Escola Normal, a elaboração dos programmas do ensino normal” (RIO GRANDE DO NORTE, 1917, p. 83). Esse dispositivo abriu precedentes legais para o controle da cúpula administrativa sobre os conteúdos estudados na formação docente, uma vez que lhe era atribuída a organização dos programas de ensino. Conforme a legislação anterior, esse trabalho era desenvolvido pelos docentes da Escola, mas a atual legislação legitimava a ausência do professor da disciplina no processo de elaboração dos programas de ensino, atribuindo-lhe uma função de apenas executor das aulas.

Relativo às orientações metodológicas da prática pedagógica, o novo regimento da Escola Normal de Natal (Art. 7º, § 1º, incisos I, II e III) é enfático ao instituir o uso dos métodos intuitivos e dedutivos de aprendizagem, a saber:

I- O ensino de cada matéria será feito segundo um methodo e graduações semelhantes aos de ensino primário. II- Os professores deverão, quanto possível, dar ás suas licções carácter intuitivo, pratico e deductivo, evitando que seja a memoria, em vez do raciocinio, a base do trabalho dos alumnos. III- O ensino será, tanto quanto possível, auxiliado por meios praticos e experimentaes (RIO GRANDE DO NORTE, 1917, p. 83).

Cabe ressaltar que no documento os termos *lições de caráter prático, dedutivo e experimentais de ensino*, são característicos do método intuitivo. Tal método surgiu na Alemanha, no final do século XVIII, e foi divulgado por seus discípulos no decorrer do século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, pelos discípulos de seu precursor, o educador Pestalozzi (SAVIANI, 2008). No Brasil, o método intuitivo foi pontuado nos debates educacionais, ainda no período imperial, por Rui Barbosa. Entretanto, tais ideias circularam com maior ênfase a partir das reformas de ensino ocorridas nos primeiros anos da República em vários estados brasileiros, cujas ações instituíram os Grupos Escolares, que tinham em comum o uso do método intuitivo como metodologia do trabalho pedagógico.

O método intuitivo preconizava que o ensino deveria partir de uma percepção sensível, ou melhor, “o princípio da intuição exige o oferecimento de dados sensíveis à observação e à percepção do aluno” (REIS FILHO, 1995 apud SAVIANI, 2008, p. 173). Nessa perspectiva, a aprendizagem deveria ocorrer mediante o uso de ilustrações sobre o assunto estudado, manipulação de objetos, animais, plantas e suas figuras etc. Pretendia-se superar aquele tipo de ensino calcado apenas em técnicas mnemônicas, na memorização, ao mesmo tempo em que se preconizava a aprendizagem baseada no estímulo aos atos de ver, sentir, observar, intuir, ouvir, manusear, e, a partir de tais experiências, conduzir o aluno ao conhecimento.

Apesar das exigências da nova metodologia para os ensinos primário e normal, a legislação tirava do professor a atribuição de elaborar os programas de ensino, repassando tal função ao Diretor da Instrução Pública, juntamente com o Diretor da Escola Normal. Estes, porém, poderiam ser ou não professores, pois o regimento permitia que profissionais de outras áreas ocupassem cargos administrativos na educação. Presume-se que um docente, seja na função de gestor, ou de professor, responderia melhor às questões impostas à educação, sobretudo na própria elaboração dos programas de ensino.

Há de se considerar que os responsáveis pela elaboração dos programas da Escola Normal deveriam ter um amplo domínio dos conhecimentos teórico, metodológico e administrativo concernentes ao funcionamento deste educandário, e também do curso primário, como condição essencial para aplicação adequada do método proposto pela Lei nº 405 no seu Artigo nº 42.

[...] As lições serão sobretudo práticas e concretas; os professores as encaminharão de modo que as faculdades do aluno sejam incitadas a um desenvolvimento gradual e harmônico, cumprindo ter em vista o desenvolvimento da faculdade de observação, empregando-se para isto o método intuitivo (RIO GRANDE DO NORTE, 1916, p. 53).

Conforme se pode constatar, o método intuitivo, já discutido aqui, constava como orientação metodológica nos regulamentos dos Grupos Escolares e da Escola Normal de Natal, mediante a reforma norte-rio-grandense de 1916

com desdobramentos nos regulamentos dessas instituições, a fim de responder a uma exigência do ensino primário. Existia, assim, uma simbiose no desenvolvimento do ensino primário e normal brasileiro, tal como expressa Nagle (1974, p. 219): “as novas funções atribuídas à escola primária se firmariam, se além de outras condições, fosse alterado e aperfeiçoado o curso de formação de professores primários, considerado a pedra angular para o perfeito êxito da nova escola primária”.

Percebe-se a existência de dispositivos conflitantes no novo regulamento da Escola Normal, quando se confrontam o que impõe o uso de método intuitivo, cuja aplicação requer estudo e conhecimento teórico, e o que atribui ao Diretor da Instrução e da própria Escola a organização dos programas de ensino.

Não se pode deixar de observar que o método intuitivo, ou seja, a aprendizagem a partir do uso dos sentidos, da realização de experimentos, requer uma nova formação docente para a sua efetivação, além de recursos didáticos apropriados. Entretanto, ainda predominavam na educação brasileira, mais precisamente na norte-rio-grandense, escolas precárias e improvisadas, poucos Grupos Escolares, sendo a maior parte do ensino ministrado em escolas rudimentares ou ambulantes⁷, cujo ensino era baseado na transmissão de conhecimento e na memorização de cartilhas.

Outro aspecto a ser considerado é que no estado potiguar, em 1917, a Escola Normal de Natal era a única instituição oficial de formação docente. Então, mesmo que a legislação de ensino tenha feito menção aos métodos intuitivos de ensino, não há como afirmar com propriedade que esses tenham se disseminado e concretizado nos primeiros anos de vigência da nova lei, pois não havia condições concretas no estado para tal feito.

O acesso e as promoções de discentes na Escola Normal de Natal: do exame de admissão às provas periódicas

As marcas do tradicionalismo escolar se fizeram presentes no que se refere ao acesso ao ensino normal, de modo que perdurou o caráter seletivo excludente, impondo ao candidato normas que acabariam por formar um perfil padronizado de aluno que atendesse às exigências estabelecidas (Art. nº 12) no Regulamento da Escola Normal:

para a matrícula no primeiro anno, o candidato fará sua petição ao diretor da Escola Normal, instruída com documentos que provem: a) ter de 15 a 25 annos de

7 Estas escolas eram criadas fora dos povoados, funcionavam com programas e material escolar reduzidos e em espaço físico improvisado. Conforme as necessidades, poderiam ser transferidas de um local para outro (RIO GRANDE DO NORTE, 1916, p. 58).

idade; b) ter sido vacinado, não soffrer de molestia contagiosa ou repugnante, nem ter defeito physico, particularmente da phonação, da audição e da visão, que o incompatibilise com exercicio do magisterio; c) ter pago no Thesouro do Estado a taxa annual de 20\$000 [vinte mil contos de reis]; d) ter sido approved no exame de admissão; d) ter boa conducta moral e escolar, provada por informação escripta do professor ou director do estabelecimento de ensino que houver frequentado, na falta deste, por attestado da autoridade policial do lugar onde residir (RIO GRANDE DO NORTE, 1917, p. 90).

Se no decorrer do curso fosse constatada a ausência de algum desses aspectos em determinada/o aluna/o, ou a/o estudante completasse a idade de trinta anos, seria excluído da escola. Entre todas essas barreiras que a/o candidata/o a normalista enfrentava, supõe-se que seria o Exame de Admissão o seu maior desafio tanto pela sua rigidez, como pelas suas variadas etapas a serem cumpridas.

A matrícula no primeiro ano estava condicionada à aprovação nesse exame, que constava de prova oral de Português, Aritmética, História e Geografia do Brasil, a partir de questões dos programas da escola primária e formuladas na ocasião pela comissão examinadora. Existia também a prova escrita de Português, que implicava na elaboração de uma redação versando um assunto da atualidade e seguindo um sumário levantado no momento, tendo que ser realizada em duas horas, no máximo. O exame de admissão era julgado por uma ou mais comissões examinadoras, composta por três professores cada uma, nomeados pelo Diretor Geral da Instrução Pública, após a indicação do diretor da Escola Normal (RIO GRANDE DO NORTE, 1917).

Conforme as médias alcançadas, após a realização do exame e a apuração das notas, era feita uma distribuição das/os alunas/os em uma ordem de classificação preestabelecida, segundo os dispositivos (§ 6º, Art. nº 12) do regulamento da Escola:

cada um dos membros da comissão examinadora enunciará seu juízo sobre os exames, lançando á margem das provas escriptas as notas de 0 a 10, que correspondem: de 0 a 2, má; de 3 a 5, pouco soffrível; de 6 a 7 soffrível; de 8 a 9, boa; 10, optima. Considera-se reprovado o alumno que obtiver em todas as provas a média geral até 5,99; approved simplesmente o que obtiver a média de 6 a 7,99; approved plenamente, o que obtiver a media 8 a 9,99; approved com distincção o que obtiver a média de 10 (RIO GRANDE DO NORTE, 1917, p. 91).

A referida classificação era um instrumento de exclusão e ao mesmo tempo assumia poder decisório, uma vez que só eram abertas quarenta vagas para a matrícula no primeiro ano. Essa seria a maratona de provas que o candidato à normalista teria que superar para ter acesso ao ensino normal e, uma vez incluído no processo, não deveria medir esforços para se manter na escola e se promover no curso, tendo em vista que a cada ano se intensificava o número de exames que constituíam a rotina da Escola Normal de Natal.

Além de averiguar a aprendizagem, o conjunto de provas era um mecanismo de controle de poder, considerando que

o exame combina a técnica da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados (FOUCAULT, 1987, p. 154).

Os exames orais e escritos faziam parte do cotidiano da Escola Normal de Natal, os quais se destacavam não só pela rigidez, mas pela riqueza de detalhes a serem seguidos para se chegar à média final das/os normalistas, pois “o exame é altamente ritualizado” (FOUCAULT, 1987, p. 154) e traduzem-se em elemento de disciplinamento.

A promoção das/os normalistas de um ano para o outro era constituída por uma sequência de exames, provas e notas, distribuídas semestralmente nas modalidades escrita e oral, além das notas referentes à prática de ensino. Ainda se acrescenta a essas as notas de comportamento e de frequência. Ao final do ano essas notas eram calculadas resultando em uma só nota denominada de “media de aproveitamento durante o anno” (RIO GRANDE DO NORTE, 1917, p. 96).

Uma vez realizadas as provas periódicas, durante o ano letivo a/o normalista ainda passaria por dois tipos de exames no final do ano, dependendo do estágio em que se encontrava no curso: o exame básico e o exame final. O exame básico consistia em uma prova de todas as matérias estudadas nos 1º e 2º anos, também chamado de curso de aperfeiçoamento, e era realizado no final do segundo ano, constituído somente daquelas matérias que não iriam mais constar nos 3º e 4º anos. Já o exame final era realizado no final do curso e compreendia todas as matérias estudadas durante os quatro anos do curso normal, sendo composto por duas partes, a saber: “a primeira, que [abrangia] as disciplinas leccionadas; a segunda, relativa à pratica escolar no grupo modelo” (RIO GRANDE DO NORTE, 1917, p. 97-98).

No que se refere à promoção da/o aluna/o normalista, existiam duas situações distintas: primeira, se no ano seguinte tivesse a continuação de determinada matéria, o discente seria promovido apenas pela média final obtida com os resultados avaliativos dos exames básicos (médias gerais de aproveitamento durante o ano letivo, média de comportamento e nota de frequência às aulas). Já a segunda se refere às matérias que não tivessem continuação no ano seguinte, pois além da média de aproveitamento do ano letivo, o aluno teria que passar pelo “exame básico ou final”, conforme explicado. Após a apuração das variadas modalidades de notas e exames, não seriam promovidos para o ano seguinte os discentes que obtivessem “durante o ano, média geral inferior a 6” (RIO GRANDE DO NORTE, 1917, p. 98). Para se chegar a essa média, a/o normalista passava por caminhos longos e sinuosos e, por vezes, tropeçavam nos obstáculos do regulamento. A rotina de

provas e exames da Escola Normal de Natal remete ao que afirma Foucault (1987, p. 155), que “a escola torna-se uma espécie de aparelho de exame ininterrupto que acompanha em todo o seu comprimento a operação do ensino”.

Ao término do ano letivo, havia os denominados “exames de segunda época”, que se destinavam àquelas/es normalistas que não conseguissem passar no exame final, ou àquelas/es que não o realizaram na primeira época, desde que justificassem a sua ausência perante o Diretor da Escola. Tais exames eram concedidos também a quem tivesse sido reprovado em uma única matéria durante o ano, e, simultaneamente, tenha obtido a aprovação em todas as outras disciplinas cursadas.

Ao concluir o curso normal, o aluno teria uma única nota, resultante das médias dos exames básicos e finais, que, ao lado da nota de aptidão pedagógica, seria a representação da/o normalista face à carreira docente a que se propunha (RIO GRANDE DO NORTE, 1917).

O regulamento supracitado se caracterizou por introduzir um rígido sistema de controle no funcionamento da Escola Normal de Natal. A disciplina e o rigor se ampliavam pelo excessivo número de matérias, exames e sabatinas, que compunham o cotidiano pautado pela regra, passível também de punição. É perceptível que se exigia com isso um compromisso e uma disponibilidade que nem todas/os as/os alunas/os dispunham, causando uma evasão no decorrer do curso, como verificamos nos números a seguir:

foram consecutivamente aprovados diplomados: em 1911, 2 professores e 4 professoras; em 1912, 1 professor e 4 professoras; em 1913, 1 professor e 4 professoras; em 1914, 6 professoras; em 1915, um de cada sexo; em 1916, 4 professores e 5 professoras; em 1917, um de cada sexo; em 1918, 4 professores e 13 professoras; em 1919, 4 professores e 1 professora; e em 1920, 4 professores e 12 professoras (LIMA, 1921, p. 17).

Esses dados revelam um baixo número de normalistas diplomadas/os, considerando-se que eram ofertadas quarenta vagas por ano na Escola Normal de Natal.

Presume-se que a pouca quantidade de formandos pode ser consequência do rígido sistema de seleção para o acesso à Escola Normal de Natal, cujo rigor se fortalece no decorrer do curso normal com a diversidade de provas e exames. A severidade no processo avaliativo era compreendida como um quesito da qualidade do ensino ali ministrado, e por vezes se traduzia em motivo de orgulho para alguns de seus mestres. As notas obtidas não significavam mera demonstração numérica, mas produziam valores simbólicos que passavam a representar a conduta e a competência profissional da/o normalista naquela época.

Com a ampliação e as complexidades das regras da Escola Normal de Natal, as normas para a admissão dos professores dessa instituição pública tomaram maior proporção e requinte regulamentares. Os professores da Escola Normal

eram admitidos por meio de concurso público, revestido de um excessivo rigor, materializado tanto na exposição dos atributos que iria compor o perfil do candidato, quanto nos critérios estabelecidos para os exames subdivididos em várias etapas e modalidades de provas orais e escritas. Além dessas, incluía-se a aula de aplicação no laboratório ou museu, quando versava sobre ciências físicas e naturais, execuções de músicas, trabalhos manuais e artes domésticas (RIO GRANDE DO NORTE, 1917). Concluídas todas as provas e etapas, a comissão organizadora fazia a apreciação de cada uma delas com base no regulamento (Art. nº 80) que estipulava preferências aos docentes que

a) Tiverem sido habilitados em concurso anterior; b) tiverem leccionado a materia durante tres anos em estabelecimento official, equiparado ou subvencionado pelo governo; c) tiverem exercido o magistério primario durante cinco annos, com boas notas de ensino; d) tiverem publicado sobre a materia tratado ou compendio adotado em estabelecimento de ensino official, equiparado ou subvencionado (RIO GRANDE DO NORTE, 1917, p. 108).

É oportuno frisar que, apesar de ser exigida uma larga experiência no magistério, o documento não menciona a necessidade de um curso de formação docente para atuar no magistério do ensino normal, o que nos leva a entender que a profissão de professor, naquela época, ainda estava calcada no plano da experiência. Outro aspecto que merece destaque é a prioridade pelo perfil de intelectual, advindo de diferentes áreas de atuação, dando-nos pistas do tipo de ensino ali ministrado, ou seja, o tradicional enciclopedismo.

O corpo docente da Escola Normal de Natal era constituído por três categorias de professores: lentes catedráticos, professores nomeados por concurso público e professores adjuntos. Estes últimos eram nomeados livremente pelo Governador, quando solicitado pelo Diretor Geral da Instrução Pública, ocupando qualquer uma das cadeiras da Escola Normal, mediante um excedente de aulas por semana. Sua permanência na escola dependia da necessidade e da conveniência do ensino. Existia ainda a categoria de professor interino, ou seja, o substituto de um professor efetivo da Escola Normal, caso este precisasse se afastar.

Paralelo ao corpo docente trabalhava o corpo administrativo da escola, o qual era composto pelo diretor, um secretário, um inspetor de alunos, duas inspetoras de alunas, um porteiro e dois contínuos nomeados pelo Governador. O inspetor de alunos era uma figura bastante presente e marcante na vida estudantil das/os normalistas. Conforme regulamento (Art. nº 102), o inspetor assumia a função de observar cada aluno em particular. Era atribuída a ele a função de aconselhamento, diminuição de conflitos entre as/os discentes, controle da disciplina, moralização da escola e, sobretudo, conferir “as notas de comportamento que os alunos [merecessem]” (RIO GRANDE DO NORTE, 1917, p. 115-116). Tais princípios se mostravam relevantes e primordiais para a sociedade da época.

O regulamento da Escola Normal de Natal não representava apenas uma sequência de normas, mas trazia em si uma simbologia carregada de respeito, que norteava o cotidiano desse educandário, na medida em que era frequentemente referendado nas discussões da Congregação dos Lentes nos momentos em que esta tinha que tomar uma decisão importante. O regulamento de 1917 sofreu algumas modificações, ou melhor, foi substituído em 1922 no seio dos debates educacionais e culturais que permearam a sociedade brasileira na década de 1920, incluindo o Rio Grande do Norte, que tinha a Escola Normal de Natal como ponto de irradiação e de convergência das discussões educacionais no estado potiguar.

Capítulo 2

A Escola Normal de Natal nos anos de 1920: novos temas, novo regulamento

A Escola Normal de Natal: centro dos debates educacionais do estado potiguar

A Escola Normal de Natal, no início da década de 1920, era a única instituição destinada a formar professores no Rio Grande do Norte. Assim, polarizou as discussões mais avançadas referentes ao ensino primário, à formação docente e às discussões educacionais do estado, sobretudo, quando houve uma discussão nacional pela renovação estrutural e metodológica do ensino, marcadamente pelo empenho de vários estados que efetivaram reformas observando as novas teorias educacionais.

A década de 1920 se constituiu em um período de efervescência cultural, quando foram efetivadas reformas no ensino primário e normal em vários estados brasileiros, considerando que, nas primeiras décadas da República, prevaleceu no Brasil um regime político descentralizado, que manteve a instrução também descentralizada. Portanto, ressaltando-se o ensino superior, a organização dos demais níveis de ensino era da alçada das Secretarias de Instrução de cada estado (VEIGA, 2007).

Essas reformas foram conduzidas por intelectuais que já se destacavam no meio educacional: Fernando de Azevedo, no Distrito Federal; Lourenço Filho, no Ceará; Anísio Teixeira, na Bahia. Eles eram movidos pelo movimento nacionalista que se irradiava dos setores centrais do país para os locais mais periféricos.

Quanto à reforma do Distrito Federal em 1928, Azevedo (1976, p. 163) afirma que “esta foi considerada como um ponto culminante no movimento de renovação educacional no Brasil, que se tornou o foco mais intenso de irradiação das novas ideias e técnicas pedagógicas”.

O Rio Grande do Norte também foi envolvido por essas novas ideias no decorrer da década de 1920, quando constatamos iniciativas significantes lideradas por nossos intelectuais, especialmente aqueles vinculados ao ensino normal, no sentido de inteirar e integrar o estado no âmbito das discussões educacionais que circulavam no país.

Nesse sentido, apontamos a Escola Normal de Natal como centro irradiador das discussões educacionais do estado, liderada pelo professor Nestor dos Santos Lima, que, juntamente com outros professores, implementou a criação da Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APRN), a 04 de dezembro de 1920, entidade concebida nos corredores da Escola Normal de Natal⁸. No discurso de inauguração foi enfatizada a importância de uma instituição de identidade para os professores potiguares, conforme expressa Lima (1921, p. 4, grifo do autor):

o professorado publico do Estado, oriundo da escola, que me honro de dirigir desde 10 anos, conscio do seu incontestavel merecimento na vida civil dos nossos coestadanos, reúne-se hoje aqui e funda a ASSOCIAÇÃO que tem por fito cooperar com o poder publico na grande obra da educação popular e, do mesmo modo, propugnar e defender os seus legitimos interesses, porfiando principalmente o elevamento moral e profissional da muito nobre classe a que pertence.

A associação tinha por objetivo propagar o ensino leigo e combater o analfabetismo, e, de modo particular, fazer a defesa da classe dos professores, bem como os interesses da instrução. Nascida no seio da Escola Normal de Natal, foram considerados como sócios fundadores todos os professores primários diplomados pela referida instituição desde 1910 até 1920, que declarassem por modo inequívoco o seu assentimento até 31 de janeiro de 1921 (DUARTE, 1985, p. 23). Dessa forma, a APRN passou a incorporar os debates nascidos no âmbito das instituições educacionais do estado, sobretudo da Escola Normal de Natal, entre as quais percebemos uma simbiose no que diz respeito às questões em debates.

O professor Nestor dos Santos Lima, na qualidade de Diretor da Escola Normal de Natal, liderou várias lutas junto à APRN, entre elas a unificação do magistério primário nacional, que propugnava o reconhecimento recíproco e a validade dos diplomas conferidos pelas escolas normais dos diferentes estados brasileiros.

Com o fim de observar as inovações pedagógicas, bem como articular as discussões em torno da nacionalização do ensino, Nestor dos Santos Lima realizou, em comissão do Governo do Estado, mais uma de suas viagens no ano

8 A solenidade de inauguração ocorreu no salão nobre do palácio do Governo, com a presença do próprio Governador Antônio de Souza, do diretor da Instrução Pública, o Dr. Manuel Dantas, o Diretor da Escola Normal de Natal, o professor Nestor dos Santos Lima, entre outras autoridades interessadas nos assuntos educacionais (DUARTE, 1985, p. 17).

de 1923, durante a qual visitou cinco grandes cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Montevidéu e Buenos Aires (LIMA, 1923a).

Na qualidade de estudioso dos problemas relacionados ao ensino brasileiro, e de Diretor da Escola Normal de Natal, atuou como interlocutor nos debates educacionais norte-rio-grandenses, ferrenho defensor da nacionalidade do ensino, expôs em um de seus relatos a sua percepção de que a equiparação do ensino normal era o desejo dos demais estados brasileiros, mas “encontrava fechadas as muralhas das fronteiras legais entre as profissões do ensino” (LIMA, 1923b, p. 5). O impedimento maior para a unificação dos currículos esbarrava na descentralização do ensino, à medida que cada unidade federativa legislava e organizava o seu ensino de modo específico.

Como era de se esperar, a organização do ensino normal não era diferente, “por toda a parte o professorado prepara-se analogicamente, reveste um mesmo caráter e tem um mesmo ideal: — servir à Pátria e formar brasileiros dignos do Brasil” (LIMA, 1923b, p. 5). Convicto da importância da nacionalização do ensino, Nestor dos Santos Lima se empenhou em um forte movimento que despertasse o espírito nacionalista e viesse a romper com o isolamento dos sistemas de ensino estaduais, ao mesmo tempo em que vislumbrava o surgimento do espírito de brasilidade, formando assim a categoria dos professores do Brasil, e para tanto sugeriu que

deve desaparecer a estranheza de uns por outro *systemas* escolares no Brasil! Sejam irmãos de facto e de direito, também nesse aspecto a mais, já que em tantos outros como tal nos reconhecemos, para que professores habeis que um Estado diploma passam trabalhar, na formação de dezenas de brasileiros, qualquer que seja o Estado, ou o recanto do patrio território onde estejam (LIMA, 1923b, p. 8).

As considerações empreendidas por Nestor dos Santos Lima demonstram a forma empolgante como este intelectual defendia as causas educacionais, e o seu empenho na busca do nacionalismo cultural. Nas visitas já referidas, ele adquiriu informações principalmente sobre a organização escolar e a orientação pedagógica, isto é, referentes aos métodos e técnicas relacionados aos processos de ensino.

Em Belo Horizonte/MG, Nestor dos Santos Lima observou os preparativos para a reforma de ensino orientada por Raul Soares e pelo secretário Mello Vianna. Entretanto, as cidades que lhe deixaram melhores impressões foram São Paulo/SP e Montevidéu/Uruguai. Nesta última, observou toda a organização do ensino primário e normal, expressou o zelo com que esse povo cuidava da instrução pública. Mas, foi o ensino paulista que mais o impressionou, pois,

São Paulo foi, é e será sempre o nosso *Leader*, nesse particular. A edificação e localização das suas escolas, o seu regime *technico*, o valor das suas inovações, a intensidade dos seus esforços fazem honra aos seus estadistas e aos profissionais do seu ensino. [...] Tudo quanto São Paulo realiza é modelar, principalmente em matéria de ensino (LIMA, 1923a, p. 23, grifo do autor).

No entender do educador norte-rio-grandense, o sistema de ensino paulista era inspirador para os melhoramentos da educação do estado. Apesar das observações realizadas, ele estava convicto de que o ensino do Rio Grande do Norte não precisava de uma reforma integral, mas sim de “realizar a aparelhagem de que dispomos, completando-a com os institutos de que carecemos e tornando eficiente e verdadeiro os trabalhos de nossas escolas, por meio da fiscalização imediata daquilo que já estamos fazendo desde cerca de 15 annos” (LIMA, 1923a, p. 25).

Nestor dos Santos Lima assumia uma postura diferente em relação à tradição brasileira de resolver os problemas educacionais por meio de reformas e decretos, muitas vezes elaborados por pessoas distantes da prática educacional, e, por isso mesmo, desconhecedoras dos problemas educativos na sua essência. Este educador conhecia os meandros da educação norte-rio-grandense, não somente pela sua formação teórica, mas porque o educar fazia parte de sua prática pedagógica diária.

É oportuno destacar as relações da Escola Normal de Natal com as instituições culturais criadas na década de 1920, no Rio Grande do Norte, materializadas na concepção de instituições ligadas à educação, tal como a Associação dos Professores do Rio Grande do Norte (APRN-1920) e por meio desta a criação da *Revista Pedagogium* (1921); da Escola Normal Primária de Mossoró (1922); bem como na criação do Departamento Estadual da Associação Brasileira de Educação (ABE). Tais instituições tinham suas ramificações na Escola Normal de Natal por ela concentrar os mestres mais envolvidos com os problemas educacionais, cujas discussões se articulavam ao que circulava nacionalmente, apontando as necessidades da importância e da funcionalidade dessas instituições.

A Escola Normal de Natal tornou-se referência também para a Escola Normal de Mossoró, criada pelo Decreto nº 165, de 19 de janeiro de 1922, e instalada no dia 2 de março do mesmo ano, devendo seguir os padrões de funcionamento da Escola Normal Oficial de Natal (LIMA, 1927, p. 170).

Fundada com o objetivo de qualificar o professorado primário da região oeste do estado, que até então era desprovido deste ensino, foi a primeira iniciativa de expansão do ensino normal do Rio Grande do Norte. A referida escola passou a ser a instituição de ensino mais avançada daquela região e, assim como ocorreu com a Escola Normal de Natal, passou a polarizar as discussões mais relevantes às questões educacionais.

A *Revista Pedagogium* foi fundada no dia 04 de fevereiro de 1921 pela Associação de Professores do Estado do RN (APRN), e tinha publicação bimestral com vistas a divulgar a cultura e as questões de destaque da educação norte-rio-grandense. Existiam também as publicações avulsas em face de eventos educacionais de destaque no estado (DUARTE, 1985).

É pertinente afirmar que havia interesse entre alguns intelectuais potiguares em integrar os debates educacionais no âmbito nacional. Além do Professor Nestor dos Santos Lima, como já enfatizado, destacaram-se as participações do Senador José Augusto e do Dr. Garibaldi Dantas em Congressos de Educação realizados em São Paulo. Outra iniciativa no sentido de impulsionar essa integração foi a fundação do Departamento Estadual da Associação Brasileira de Educação (ABE) em junho de 1929 por ocasião da visita do professor paulista Vicente Licínio Cardoso ao Rio Grande do Norte e em colaboração da APRN e do governo do estado (RIO GRANDE DO NORTE, MENSAGEM, 1929, p. 59).

Isso faz crer que a década de 1920 foi marcada por um entusiasmo da intelectualidade, que se esforçava para manter o estado potiguar em interlocução com os demais estados, a respeito dos debates educacionais. Tais iniciativas se materializaram na criação de instituições, de agremiações, imprensa pedagógica, participação em congressos e viagens de professores para observações pedagógicas em outros estados. Enfim, foi uma época marcada por uma série de ações em busca do novo e do moderno para a sociedade norte-rio-grandense.

As modificações na Escola Normal de Natal a partir do regulamento de 1922

Em meio a essa efervescência dos debates educacionais, a Escola Normal de Natal, como entidade de referência, caminhou rumo às reformulações que se traduziram em um novo regulamento em 1922, constituindo-se o terceiro desta instituição.

O primeiro regulamento da Escola Normal de Natal foi instituído no ato de sua criação, junto ao Decreto nº 178, de 29 de abril de 1908. Era um documento simples sem a observância dos variados critérios que envolviam o ensino, mas consistiu no ponto de partida para a formalização do ensino normal, ao mesmo tempo em que fazia alusão aos métodos modernos de aprendizagem.

O segundo regulamento da Escola Normal de Natal foi instituído em 1917, caracterizado pelo teor de complexidade das normas do ensino normal, pela abrangência dos elementos de regulação direta ou complementar ao ensino. Esse documento foi suplantado por um novo regulamento baixado pelo Decreto nº 161, de 07 de janeiro de 1922. O novo regulamento apresentou uma estrutura semelhante ao anterior, sendo necessária uma leitura minuciosa para se constatar as alterações impressas, visto que foram incorporadas muitas das prescrições do regimento de 1917.

Diante disso, faz-se necessário destacar as alterações preconizadas para o currículo e para a prática pedagógica da Escola Normal de Natal. Logo no Art.

1º, determina-se que a Escola Normal de Natal “terá anexos um grupo escolar modelo, escolas isoladas, complementares e nocturnas para a pratica escolar dos normalistas” (RIO GRANDE DO NORTE, 1922, p. 3). Percebe-se aí que há uma disposição de ampliar as modalidades de ensino destinadas às aulas de prática pedagógica das/os normalistas, sabendo-se que na legislação anterior preconizava a criação de apenas um grupo modelo para a efetivação das aulas práticas. Apesar de a lei dispor sobre a criação de diferentes espaços educativos, é necessário ressaltar que a própria Escola Normal de Natal neste contexto, e por muito tempo, não dispunha de um prédio próprio para o seu funcionamento, conforme será tratado mais adiante.

Cabe destacar, como um avanço significativo no regulamento de 1922, a garantia de os professores participarem na elaboração dos programas de ensino, ao dispor (Art. 7º) que “compete ao Diretor da Escola Normal a elaboração dos programmas do ensino, com audiência do professor de cada cadeira e aprovação do director geral da Instrucção Publica” (RIO GRANDE DO NORTE, 1922, p. 6). Isso, de certo modo, traria maior autonomia pedagógica para as/os docentes, mediante a atribuição de participar da elaboração dos programas de ensino das disciplinas que iriam ministrar.

O regulamento anterior (1917) conferia essa competência ao Diretor Geral da Instrução Pública em audiência com o Diretor da Escola Normal (RIO GRANDE DO NORTE, 1917). Esse dispositivo retirava o professor do processo de criação e planejamento do processo de ensino, tornando-o apenas executor ou transmissor de conteúdo. Percebe-se, no regulamento de 1922, um certo avanço em relação à autonomia do trabalho docente, embora os mestres da Escola Normal de Natal atuassem dentro de um campo controlado pela Legislação, envolto a normas traçadas, na maioria das vezes, por pessoas que pouco entendiam ou conheciam das necessidades da instituição.

No que concerne ao currículo, o maior diferencial incidiu na introdução da disciplina Pedologia, cujos estudos contribuíam para a compreensão do comportamento infantil, tendo a função de observar e investigar de forma sistemática o modo de ser e de aprender da criança. As primeiras noções desse conhecimento foram introduzidas na Escola Normal de Natal por iniciativa do professor de Pedagogia Nestor dos Santos Lima, a partir de suas observações na Escola Normal Secundária de Campinas em 1913, conforme expressou no relatório:

excellentes subsídios ahi colhi e me fortaleceram o desejo de introduzir na cadeira que hoje reço na Escola Normal daqui as noções pedologicas hoje assentadas como preparatorias e guias do estudo da Pedagogia. Desde muito que atravez dos tratados e das revistas, eu seguia esse desenvolvimento e cada vez mais me compadecia da necessidade de substituir as noções de psychologia geral, inapplicaveis na escola para que se formam os professores pelos conhecimentos embora rudimentares,

da sciencia da creança. E essa constatação na Escola de São Paulo decidiu-me definitivamente (LIMA, 1913, p. 36-37).

Para o educador Nestor dos Santos Lima, os estudos de Pedologia traduziam muito bem as novas teorias educacionais em circulação. Àquela época (1913), o professor se mostrava receptivo ao novo, demonstrando uma constante preocupação com a renovação da formação das/os normalistas que, conseqüentemente, seria estendida às escolas em que estas/es iriam atuar, tentando aproximar os polos teoria e prática. Os conteúdos relacionados à Pedologia já haviam sido introduzidos por iniciativa particular de Nestor dos Santos Lima, e, possivelmente, o educador procedeu a indicação desses em uma disciplina específica no currículo da Escola Normal de Natal no regulamento de 1922. Conforme prescrevia o referido documento, a Pedologia tinha por objetivo

a observação e a experiencia sobre a creança escolar, fazer conhecer-lhe a indole, mentalidade, inclinações e aptidões proprias, e transmittir as leis da sua evolução physio-psychica, realizando, ao mesmo tempo, as conquistas da Pedotechniaa sobre as crianças regulares e, mais particularmente, sobre as anormaes e retardadas (RIO GRANDE DO NORTE, 1922, p. 9).

A natureza infantil passou a ser objeto de estudo em todo o mundo, começando pela Europa, pelos Estados Unidos e, por fim, chegando às Américas no início do século XX. Na concepção de Lourenço Filho (1978, p. 21), esse interesse partiu de duas situações primordiais e não distintas: a primeira se refere à quantidade de discentes com a expansão do ensino, por meio da qual “a escola passava a admitir clientela da mais variada procedência, condições de saúde, diversidade de tendências e aspirações”. A segunda acena para a diversidade discente, apontando também para um novo problema, ou seja, a necessidade de renovação dos procedimentos didáticos, pois “os procedimentos didáticos, que logravam êxito com certo número de crianças, de igual modo não serviam a outra” (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 21).

Isso sinalizou para a necessidade de os cursos de formação docente proporcionarem conhecimentos que possibilitassem aos mestres uma melhor compreensão do comportamento infantil. Nesse sentido, “concebeu-se a princípio uma ciência unitária da criança, a *Pedologia*, que aos aspectos biológicos, psicológicos e educativos procurava considerar num só conjunto” (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 21-22, grifo do autor). O referido autor esclarece ainda que, após um estudo mais aprofundado, a disciplina se desmembraria em dois campos: a antropologia pedagógica, mais tarde a biologia educacional, e a psicopedagogia, psicologia da educação, ou psicologia educacional (LOURENÇO FILHO, 1978).

Num contexto de busca de novas formas de compreender o processo de aprendizagem e o comportamento infantil, o estudo da Pedologia apontava para o rompimento de uma prática de ensino que tratava as/os alunas/os e as crianças enquanto seres uniformes. Nesse mesmo processo, abriam-se precedentes para a

observância de que a aprendizagem ocorre no interior de um processo dinâmico e de multiplicidade de comportamentos dos seres compreendidos no processo de ensino.

Num momento em que o ensino normal seguia a melodia entoada pelo moderno, outras matérias sofreram alterações tanto na sua nomenclatura como nos conteúdos e objetivos. As cadeiras de Pedagogia, Metodologia, História da Educação, Economia e Leis Escolares se apresentaram no regulamento de 1922 ampliadas pelos estudos da Metodologia, porém, desincumbidas dos estudos de Psicologia, que passaram a ser ministrados na recém-criada cadeira de Pedologia. Destacam-se ainda pequenas alterações nas disciplinas de Aritmética, na qual foram acrescentados os estudos de noções de Álgebra, e na de Música, que foi complementada com os princípios de solfejo (RIO GRANDE DO NORTE, 1922).

Não se pode deixar de ressaltar que, em meados da década de 1920, os estudos relativos ao comportamento passaram a compreender as disciplinas Psicologia Geral e Aplicada à Educação e Psicologia Humana (LOURENÇO FILHO, 2001). A Concepção de Pedologia, que foi instituída no currículo da Escola Normal de Natal, paulatinamente já vinha sendo substituída em vários cursos normais pelas proposições científicas da Psicologia para compreensão do comportamento infantil.

Ao que se refere à orientação metodológica, foi mantido no regulamento de 1922 (RIO GRANDE DO NORTE, 1922) o uso do método intuitivo prático e dedutivo (Art. 7º, inciso II), quando já se disseminavam no Brasil as teorias da escola nova e do método ativo. Nesse contexto, o método intuitivo já era alvo de fortes críticas por parte dos educadores da escola ativa ao alegarem que esse se baseava em uma concepção de aluno passivo, enfatizando os procedimentos direcionados, ou seja, de governo em prejuízo do autogoverno. Ao final da década de 1920, já predominavam no Brasil as discussões sobre as teorias da escola nova e os métodos ativos de aprendizagem no meio educacional, na imprensa pedagógica e nas associações de educadores.

Integravam essas discussões os estudos da Psicologia juntamente com a Biologia, a Sociologia e a Metodologia aplicada, compondo as chamadas Ciências da Educação (VEIGA, 2007). Presumia-se, portanto, que os novos métodos promoveriam o autoconhecimento do discente e a aproximação da realidade vivida por ele, e assim seria possível efetivar uma educação de dentro para fora. É nesse aspecto que a escola ativa pretendia ultrapassar o método intuitivo.

No Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, houve significativa divulgação das inovações advindas da escola nova e do método ativo. Essas inovações foram introduzidas pelas sucessivas reformas educacionais estaduais no decorrer de 1920, como também por meio de uma ampla circulação de material impresso destinado à divulgação, tais como livros, revistas, boletins, artigos de jornais destinados a professores e alunos das escolas normais. No Rio Grande do Norte,

não constatamos reforma dos ensinos primário e normal nos anos 1920. Desse modo, as novas perspectivas educativas não tiveram a sua propagação na mesma proporção nos vários estados brasileiros.

O currículo acima citado norteou o ensino da Escola Normal de Natal a partir de 1922 e toda a década de 1930. Convém ressaltar, no entanto, que, mesmo surgindo como algo novo, deixou de contemplar inovações educacionais que já se faziam presentes no ensino normal em outros estados, ficando aquém das mudanças empreendidas naquele contexto.

Ao rememorar a década de 1920, é possível apontar certos avanços na educação norte-rio-grandense, tendo a Escola Normal de Natal como instituição de referência nos debates educacionais. Influenciada pelo movimento reformista nacional, a instituição chegou ao final dessa década almejando uma reforma de ensino, para a qual foi elaborado e analisado, pelo Departamento de Educação, um anteprojeto de reforma do ensino normal no Rio Grande do Norte. Esse projeto ruiu com a destituição de Juvenal Lamartine do Governo em 1930 e a implantação de uma nova política tanto local como nacional.

Os diretores da Escola Normal de Natal (1908-1920)

Ao ser instituída, a Escola Normal de Natal passou a ser dirigida pelo próprio Diretor da Instrução Pública, o professor Francisco Pinto de Abreu (1908-1910). Com a instituição do Código de Ensino em dezembro 1910, foi criado o cargo de Diretor da Escola Normal, para o qual foi designado Nestor dos Santos Lima, que permaneceu no cargo até 1924 (CASCUDO, 1999). Nessa instituição, acumulou a função de direção com a de professor da disciplina de Pedagogia. Intelectual renomado, ocupava lugar de destaque no círculo cultural do estado e mantinha relações expressivas com intelectuais das diferentes regiões brasileiras, especialmente aqueles ligados à educação. Articulado politicamente e conhecedor dos problemas norte-rio-grandenses, especialmente os educacionais, defendia com convicção a causa educacional e a valorização do profissional do magistério. Sua vida pedagógica se confundia com a história da Escola Normal de Natal nas duas primeiras décadas de seu funcionamento.

Dada a relevância da informação, é oportuno proceder a uma digressão a fim de discutir a relação existente entre a ocupação da direção da Escola Normal de Natal e o Departamento de Instrução Pública do Estado. Nessa incursão, destaca-se a atuação do Dr. Nestor dos Santos Lima, que se desligou da direção da Escola Normal, mediante nomeação, para dirigir o Departamento de Instrução Pública, em 02 de janeiro de 1924, a convite do Governador José Augusto Bezerra de Medeiros, líder do grupo oligárquico da região do Seridó norte-rio-grandense, hegemônico na década de 1920. José Augusto, como era conhecido, mantinha

relações políticas entre os intelectuais da época, que frequentemente assumiam funções administrativas no setor público.

Assim como na Escola Normal, a sua administração foi marcada por grandes feitos e realizações, como a reorganização da “Instrução Pública e a criação do Conselho de Educação junto ao Departamento de Educação através de Lei nº 595 de 05 de dezembro 1924” (RIO GRANDE DO NORTE, 1925, p. 33)⁹.

O Conselho de Educação foi criado com a finalidade de controlar o desenvolvimento do ensino estadual, conforme determinava seu regimento (Art. 1º). Era da competência desse órgão analisar e selecionar os livros didáticos adotados no ensino oficial do estado, propor ao Governador reformas ou melhoramentos para o ensino, organizar o regimento interno dos cursos normais oficiais e profissionais, entre outras. Era formado por educadores renomados do estado, entre estes, os diretores das instituições de referência, tais como o Departamento de Educação (presidente), a Escola Normal de Natal, a Escola de Farmácia, do Atheneu Norte-rio-grandense, e um dos Grupos Escolares da capital e de mais quatro membros, todos nomeados exclusivamente pelo Governador, para o período de quatro anos. O Conselho de Educação tinha como objetivo central unificar as práticas pedagógicas da escola: conteúdos, métodos, livros didáticos, além de homogeneizar o funcionamento das instituições, observando os respectivos regimentos internos (RIO GRANDE DO NORTE, 1925).

Nestor dos Santos Lima permaneceu na Diretoria do Departamento de Educação até 25 de fevereiro de 1929, quando foi substituído pelo Dr. Christovam Bezerra Dantas, que atuou no cargo interinamente durante cinco meses, sendo destituído em 02 de agosto do mesmo ano. No mesmo dia, foi nomeado o Dr. Francisco Ivo Cavalcante Filho para em comissão assumir o cargo de Diretor do Departamento de Educação. Percebe-se, nesse contexto, uma rotatividade na direção do Departamento de Educação norte-rio-grandense, possivelmente em consequência das trepidações políticas e administrativas ocorridas na passagem da década de 1920/1930. Nestor dos Santos Lima se afastou de suas funções públicas por seis meses, inclusive da disciplina de Pedologia da Escola Normal de Natal, mediante licença sem vencimentos.

Referente à direção da Escola Normal de Natal, com o afastamento de Nestor dos Santos Lima em 1924, a Escola passou a ser administrada pelo Dr. Teodulo Soares Raposo da Câmara, cuja atuação perdurou até 1930 (RIO GRANDE DO NORTE, 1930c). Ainda nesse período, atuaram na direção da Escola Normal, mesmo que de forma interina, os professores Luiz Antônio dos Santos de Lima (1928) e o Dr. Pinto da Câmara (1930). Parece conveniente afirmar que nesse período houve uma certa

9 O Departamento de Instrução Pública foi transformado em Departamento de Educação por meio da reforma administrativa estadual do Governo José Augusto B. de Medeiros, por meio do Decreto 239, de 30 de junho de 1924 (ARAÚJO, 1995).

instabilidade referente à administração da escola, que há quase duas décadas era comandada pelo professor Nestor dos Santos Lima. A direção da Escola Normal era um cargo de relevância e prestígio na educação potiguar à medida que essa função garantia a ocupação em outros setores, tais como na Presidência de Honra da APRN – Associação dos Professores do Rio Grande do Norte –, no Conselho de Educação, bem como a possibilidade de substituir o Diretor Geral do Departamento de Educação na sua ausência.

Capítulo 3

A Escola Normal de Natal na década de 1930: de Escola Normal Primária a Escola Normal Secundária

As questões e decisões no campo da educação estão intrinsecamente relacionadas à dinâmica econômica, social e política. Nesse sentido, cabe aqui uma ligeira incursão pela política norte-rio-grandense para compreender os meandros das medidas na educação, e, em consequência, nas instituições de ensino nos anos de 1930, sobretudo na Escola Normal de Natal.

A instituição das interventorias no estado potiguar e o fracasso da reforma do ensino normal prevista para 1931

Na passagem das décadas de 1920 a 1930, o Rio Grande do Norte era governado por Juvenal Lamartine (1928-1930), a última investida da chamada política dos governadores, controlada pelos grupos oligárquicos durante toda a Primeira República no Brasil (1891-1930). Essa política foi interrompida pela chamada revolução de 03 de outubro de 1930, liderada por Getúlio Vargas, auxiliado pelo Exército e alguns outros grupos da classe média, que estavam insatisfeitos com a ordem política e econômica vigente (SPINELLI, 1996).

O movimento de outubro de 1930 se constituiu no ápice de uma série de levantes que eclodiram no decorrer da década de 1920. Movimentos esses que se organizavam em busca de uma *identidade nacional*, um idealismo que se contrapôs à fragmentação política, econômica e cultural empreendida pela política oligárquica, ou a chamada *política dos governadores*. Esta afastava a classe média urbana, assim como a grande maioria, das decisões político-administrativas, causando inquietação, principalmente, nos setores médios e emergentes da sociedade, particularmente àqueles ligados à indústria em ascensão no Brasil.

Nesse sentido, é possível registrar várias rebeliões ocorridas na década de 1920, resultantes da insatisfação com a política administrativa e o funcionamento

das instituições republicanas, tal como a do Forte de Copacabana em julho de 1922, revoltas tenentistas em São Paulo em 1924 e a Coluna Prestes que percorreu o país entre 1925 e 1927. Esses movimentos eram diferentes entre si, mas tinham como ponto comum o fato de “não contarem com base popular (embora se pronunciassem em nome do povo), e seu aspecto marcadamente militarista” (COSTA, 1995, p. 21). Assim sendo, o movimento tenentista de outubro de 1930, empreendido pela Aliança Liberal, liderado por Getúlio Vargas e o Exército, foi o coroamento dos levantes tenentistas ocorridos na década de 1920, dando início à derrocada do domínio oligárquico vigente.

Entre as inúmeras mudanças por que passou o país com a tomada de poder em 1930, destacamos como ponto de partida a destituição dos Presidentes de Estados (os governadores dos estados) e a instituição de interventorias federais. No advento da Revolução de 1930, o Rio Grande do Norte era governado por Juvenal Lamartine, desde 1928, que compunha o grupo político de José Augusto e por ele indicado. Seu governo consistiu em uma certa continuidade do projeto político da oligarquia do Seridó (SPINELLI, 1996). De certo modo, o Governo José Augusto (1924-1928) empreendeu metas de modernização na economia, na saúde e na educação, contribuindo para a expansão do número de escolas, ampliando assim as oportunidades de ensino, bem como se preocupou com as condições ambientais do estado (ARAÚJO, 1995).

Paradoxalmente à figura do político empreendedor e modernizador, Juvenal Lamartine “governava o Estado com mão de ferro, notabilizou-se pela violência com que reprimia as tentativas de organização e de manifestação dos trabalhadores” (FERREIRA, 1997, p. 64). De posse do controle político do estado, Lamartine deu início à reorganização do Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte com vistas a manter a hegemonia de sua oligarquia nas eleições que ocorreriam em 1931.

Mas, a 5 de outubro de 1930, a união de forças do Exército de Natal, com o Coronel Dinarte Mariz e Café Filho, fatalmente levou à destituição o Governador Lamartine, sem resistência (SPINELLI, 1996). Em 1930, os sindicatos operários norte-rio-grandenses estavam fechados, a imprensa oposicionista proibida, os setores de resistência enfraquecidos e silenciados por Lamartine. De certo modo, existia um ambiente propício para a instalação do governo revolucionário, que encontrou nas oligarquias a sua maior oposição. Mesmo assim, o movimento revolucionário de 1930 destituiu os governadores dos estados, dando novos rumos à política brasileira.

Com a interrupção do Governo de Juvenal Lamartine no Rio Grande do Norte, ruíu o seu projeto político administrativo, que incluía a reforma do ensino normal do estado, prevista para o ano de 1931 em caráter de urgência, conforme exposta em mensagem governamental: “não pode o ensino normal continuar no estado de estagnação em que se encontra, quando novos horizontes se abrem e o

professor primário precisa de ser orientado no sentido de fazer de sua escola um elemento dinamico” (RIO GRANDE DO NORTE, 1930c, p. 54).

A referida reforma pretendia mudar os pressupostos do ensino normal, tal como se encontrava na Lei nº 405, de 29 de novembro de 1916, que organizava o ensino normal em quatro anos, e, conforme o anteprojeto mencionado em mensagem governamental, o curso passaria a ter uma duração de sete anos. Ou seja, “por esse novo systema o curso feito na Escola Normal de Natal compreenderá trez periodos: um de adaptação, de 2 annos; um de preparatório, de 3 annos e um outro de applicação ou profissional, de 2 annos (RIO GRANDE DO NORTE, 1930c, p. 53).

O curso de adaptação consistia em uma espécie de ampliação e consolidação dos conhecimentos adquiridos no ensino primário. Essa seria a nova denominação para os já existentes cursos complementares destinados para as cidades localizadas no interior do estado, aos quais seria acrescentada a prática profissional/pedagógica, que permitiria ao aluno diplomado, com média igual ou superior a nove, a efetiva nomeação para professor das escolas rudimentares (RIO GRANDE DO NORTE, 1930c)¹⁰. O curso preparatório de três anos consistia no aprofundamento das matérias do curso de adaptação, acrescentada de uma formação mais intelectualista, contendo também matérias voltadas para o desenvolvimento do raciocínio lógico, como Álgebra e Aritmética. Compreendia as seguintes disciplinas: Português, Francês, Álgebra, Aritmética, Geometria Plana, Geografia e Corografia do Brasil, Desenho Figurado, História do Brasil e Universal, Física, Química e História Natural, Moral e Civismo, Economia Doméstica, Trabalhos Manuais, Modelagem, Música e Canto Coral e Educação Física. O curso de aplicação ou profissional de dois anos compreendia Português, abrangendo história da literatura brasileira e redação oficial; Pedologia, Biologia, Higiene, Pedagogia, abrangendo sua história; Metodologia e Prática Profissional (RIO GRANDE DO NORTE, 1930c).

É possível perceber nesse currículo do curso normal uma certa ênfase na formação intelectual, apesar da introdução da matéria Biologia, uma novidade para o currículo do ensino normal potiguar daquela época, mas já presente em vários estados, influência das teorias da escola nova e do método ativo de aprendizagem. Trata-se de um contexto em que a “Psicologia e a Biologia [eram] consideradas ciências centrais para a educação” (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 27). Desse modo, não se pode deixar de ressaltar a ausência no currículo do curso normal dos estudos de Psicologia, mantendo-se a disciplina de Pedologia destinada à compreensão do comportamento infantil, remanescente das primeiras décadas do século XX.

10 No curso de adaptação, seriam lecionadas as seguintes matérias: Português, Francês, Aritmética e Geometria Prática, Geografia e História do Brasil, Noções de Ciências Físicas e Naturais, Educação Cívica, Educação Física, Desenho e Trabalhos Manuais.

Com essa reforma, o Governo pretendia, além de atualizar o ensino normal, expandi-lo, mesmo que para isso legitimasse uma formação diferenciada entre a capital do estado e os municípios interioranos. Nesses locais, era notória a ausência de qualquer curso normal, exceto em Mossoró/RN, acenando para uma realidade de despreparo dos docentes que ali atuavam.

Essa forma de organização do ensino normal se fez presente em vários estados nos anos de 1920, traduzindo-se nas modalidades de Escola Normal Primária (o curso de adaptação/complementar mais o curso de aplicação de um ou dois anos, dependendo do estado) e Escola Normal Secundária (o curso com as três etapas acima mencionadas). Tal iniciativa provocou uma dualidade de escolas de formação de professores, porém essa organização no entender de Tanuri (2000, p. 69) “foi de fundamental importância para que se pudesse expandir o sistema de formação de docentes em proporções significativas para a época e prover o ensino primário de pessoal habilitado”.

A reforma do ensino normal era prevista para 1931, mas não foi constatado nenhum vestígio sobre a sua efetivação em documentos oficiais nos primeiros anos da década de 1930, sinalizando que esta não chegou a se concretizar no estado potiguar, possivelmente em decorrência da deposição de Juvenal Lamartine em 1930.

Após a destituição do Governador em exercício, foi instituída uma Junta Governativa Militar com poderes que fechou a Assembleia Legislativa, nomeou novos diretores de serviços e extinguiu mandatos de prefeitos, o que deu início a uma administração que encontrou no decreto-lei a forma mais viável e também mais autoritária de se governar (SPINELLI, 1996). No âmbito nacional, essa prática marcou todo o período do Governo Vargas e foi utilizada tanto para mutilar poderes de um grupo, quanto para atribuir ou engrandecer o poder de outros. Como, por exemplo, a destituição de prefeitos no Rio Grande do Norte, conforme o Decreto nº 2, expedido pela Junta Governativa, em 8 de outubro de 1930 (Artigos 1º e 2º), estabeleceu que ficaria “extinto o mandato dos atuais prefeitos e intendentes de todos os municípios do Estado. A direção dos municípios ficará a cargo dos prefeitos provisórios que forem nomeados pela Junta Governativa, com as atribuições que lhes forem cometidas” (RIO GRANDE DO NORTE, 1930a, p. 6).

Em 12 de outubro de 1930, o paraibano Irineu Joffily foi instituído como presidente provisório do estado. Militar, estranho aos problemas e à vida potiguar, junto à sua nomeação, veio a do Professor Nestor dos Santos Lima para o cargo de Secretário Geral. Intelectual, atuante no setor público potiguar nas duas últimas décadas, tinha afinidades com os grupos políticos que governaram o Rio Grande do Norte nessa época. Do ponto de vista de Spinelli (1996, p. 29), “sua indicação, certamente, tranquilizava os tenentes das camadas tradicionais”, ou seja, ele teria também a função de ser o mediador entre as forças emergentes e os grupos oligárquicos do estado.

A 11 de novembro de 1930, o decreto federal criou o Governo Provisório da República e as interventorias estaduais. Dessa forma, Joffily passou de presidente provisório a interventor do estado potiguar. A instituição de interventoria no Rio Grande do Norte se deu a contragosto pelo fato de o nosso estado possuir uma cultura oligárquica muito arraigada. Logo, o professor Nestor dos Santos Lima seria o ponto de equilíbrio entre a política varguista e os grupos tradicionais. Entretanto, essa mediação teve vida curta, pois, ainda no mesmo ano (21 de novembro de 1930), Lima renunciou ao cargo de Secretário-Geral. Na compreensão de Spinelli (1996, p. 29), “este afastamento simbolizou a ruptura do equilíbrio de forças que dava sustentação política à interventoria”. Os constantes desentendimentos com os grupos tradicionais, e até mesmo com os oficiais tenentes, concorreram para o fim do Governo de Joffily em 28 de janeiro de 1931.

A segunda interventoria, a de Aluísio Moura, caracterizou-se pela aproximação com representantes das oligarquias potiguares ao nomear o Dr. Nestor dos Santos Lima para assumir novamente o cargo de Secretário-Geral do estado, distanciando-o do programa da revolução e levando-o, conseqüentemente, ao afastamento do governo em julho de 1931 (SPINELLI, 1996). A interventoria de Herculino Cascardo (11 de julho de 1931 a 1 de julho de 1932) marcou o auge do tenentismo no Rio Grande do Norte. Militar, estrangeiro e alheio aos grupos políticos potiguares, admitiu para seu Secretário-Geral o ex-governador Antônio de Souza. Em 29 de janeiro de 1932, Cascardo renunciou ao seu mandato, retornando ao cargo um mês após (fevereiro), permanecendo no governo até julho de 1932 (SPINELLI, 1996).

A quarta interventoria teve como representante o tenente Bertino Dutra (julho de 1932 a agosto de 1933), fortemente ligado a Café Filho, a quem nomeou como chefe de polícia, ganhando assim a adesão dos aliados deste e perdendo, por isso, o apoio de Dinarte Mariz (FERREIRA, 1997). A quinta e última interventoria do Rio Grande do Norte, do primeiro período do Governo Vargas, foi representada pelo civil, potiguar e funcionário público federal, Mário Leopoldo da Câmara, (agosto de 1933 a outubro de 1935). O Governo Mário Câmara foi marcado pela busca da conciliação entre as estruturas políticas regionais e o governo federal ao receber de “Vargas uma missão bem precisa: aproximar-se do grupo de José Augusto para dar, no Rio Grande do Norte, cobertura ao governo federal. Mas essa aproximação deveria se fazer de forma tal que Mário Câmara pudesse ser o poder decisório último” (SPINELLI, 1996, p. 131).

Para tanto, Mário Câmara forjou sem sucesso uma conciliação com membros dos grupos oligárquicos, a fim de montar uma chapa para concorrer às eleições constitucionais em junho de 1933, uma vez que a Assembleia Nacional Constituinte determinou eleições para a Câmara Federal, Assembleias Estaduais e Governadoria, previstas para 1934. Mediante conflituoso pleito, o candidato Rafael Fernandes,

vinculado aos representantes das oligarquias lideradas por José Augusto e Juvenal Lamartine, tornou-se governador eleito pela Assembleia Estadual em outubro de 1935 (SPINELLI, 1996). Assim, fechou-se o primeiro ciclo de atuação dos interventores no Rio Grande do Norte (1930-1935), passando o estado a ser comandado por um governador eleito, embora por voto indireto.

Convém ressaltar que esse cenário com elementos democráticos consistiu em apenas um episódio da história, pois a instituição do Estado Novo por Vargas e a exacerbação da centralização política impuseram novamente o sistema de interventorias. Logo, Rafael Fernandes, mais afinado com a política centralizadora, e em decorrência da capacidade de negociação e conciliação do presidente Vargas, passou de governador a interventor do estado, permanecendo no cargo até meados de 1943.

Os primeiros cinco anos dessa década se caracterizaram por uma instabilidade na política e na administração do estado potiguar, e, em consequência, nas suas instituições públicas, supostamente causada pelas constantes trocas de interventores e administradores nos diversos setores públicos.

Em contraste a essa situação local, ressurge de forma contundente o discurso da busca da identidade nacional, que partia não mais dos grupos de esquerda, como nos anos 1920, mas, no contexto dos anos 1930, como discurso oficial do Governo Vargas. Em nome desse nacionalismo, a autonomia política administrativa dos estados foi escamoteada e, ao mesmo tempo, foram criados mecanismos de controle e domínio do governo central. Os estados se tornaram arenas de lutas do centralismo contra o regionalismo. Ora, do ponto de vista do governo provisório,

o regionalismo desenfreado comprometia a todo momento a integridade nacional; a máquina político-administrativa estava em mãos de chefetes eleitorais e a serviço de inconfessáveis manobras partidárias de que se excluía o interesse geral; sob os efeitos de um liberalismo de aparência, explorado por numerosa clientela de agitadores oportunistas e de oligarcas experimentados na manipulação das fraudes, a democracia se tornara um mito e a opinião nacional, já cansada das demandas do poder também desiludida dos que antes conduziam para inoperantes campanhas demagógicas, traduzia o seu desgosto para forma neutra, porém desesperada, de uma indiferença desdenhosa (SCHWARTZMAN, 1983, p. 21).

O espírito nacionalista, diferenciando-se do idealismo que o caracterizou nos anos 1920, tornou-se a bandeira do novo governo, sendo imposto a todos de forma contundente, tal como expressa Schwartzman (1983, p. 21), pois “para assegurar a unidade do país e lhe coordenar as forças vivas em lamentável dispersão, devia ter o governante um ardente sentimento não só patriótico, mas sobretudo nacionalista”.

Associado à ideia de formação da *identidade nacional*, era apregoado também o discurso de *modernização* da sociedade brasileira, que até então era pensada e projetada nos limites geográficos e político-administrativos dos governos estaduais.

Assim, a proposta “para solucionar os grandes problemas econômicos e sociais [...] deveria ter igualmente o pensamento voltado para o panorama geral do mundo, mudando-lhe os rumos e vislumbrando qual teria de ser dentro deles o do Brasil” (SCHWARTZMAN, 1983, p. 26).

Assim sendo, foi apontado como caminho para o desenvolvimento econômico e social da atualidade que o Brasil elegeisse uma das nações modernas como modelo de modernização a ser seguido. Pode-se inferir que, entre as nações europeias, o próprio Vargas escolheu como fonte de inspiração para o seu governo os regimes autoritários e nacionalistas instalados na Alemanha e na Itália, denominados de nazismo e fascismo, respectivamente. Tornou-se imperante no discurso oficial a ideia de se criar uma nova nação, de formar o homem forte e capaz de doar-se pela sua pátria. Assim sendo, “o nacionalismo alemão transformou-se em fonte de inspiração, [...] um Estado nacional, unificado e padronizado culturalmente. Contrariava-se o ideal de um Estado multinacional e que abrigasse etnias diversificadas” (CARNEIRO, 1995, p. 134).

A apologia ao nacionalismo, ao patriotismo e à modernização esteve sempre em pauta e tornou-se a base ideológica dos projetos governistas com vistas a expandir-se nacionalmente. No âmbito da sociedade civil, os indivíduos ou grupos que não partilhassem desse pensamento caíam no limbo social, pois “a uniformização cultural, étnica e unificação ideológica implicava a exclusão de todos os grupos estranhos aos projetos de nacionalização e de qualquer forma de contestação ao regime imposto” (CARNEIRO, 1995, p. 134). Nesse sentido, foi implementado pelo governo um sistema imbatível de propaganda com o objetivo de difundir esses valores em todo o país com abrangência nas instituições públicas, no setor econômico e na sociedade civil.

Ao analisar o ensino normal norte-rio-grandense, parte-se do pressuposto de que este sofreu as implicações da ideologia nacionalista e centralizadora que se disseminou no país como discurso oficial do governo durante a década de 1930. Entretanto, há de se considerar que nesse período o ensino normal era organizado e regulamentado a partir de legislação estadual. Cabe destacar dois aspectos que marcaram o ensino normal potiguar: primeiro, as estratégias do governo federal por meio dos interventores, destinadas a incluí-lo no projeto de centralização do governo federal; o segundo se refere às ações de continuidade nesse processo, considerando que a legislação, o quadro de administradores e os docentes da Escola Normal de Natal passaram por poucas alterações com a instalação do governo de Vargas, salvo o cargo de direção da Escola Normal.

A Escola Normal de Natal e as alterações no regulamento de 1922 no decorrer da década de 1930

Apesar das mudanças políticas e econômicas ocorridas no cenário nacional e estadual no início da década de 1930, a Escola Normal de Natal não passou por nenhuma reforma orgânica, por isso mesmo continuou a seguir as normas estabelecidas pelo regulamento instituído em 1922. As modificações efetuadas no funcionamento da Escola Normal ocorreram por meio de decretos avulsos com a finalidade de consolidar no estado a política centralizadora do Governo da União.

O regulamento de 1922 foi o terceiro por que passou a Escola Normal de Natal, e o que vigorou por mais tempo, sendo substituído pelo Decreto nº 411, de 17 de janeiro de 1938, que reformou o ensino nas escolas normais do estado. Mesmo durante o período de transição da implantação do novo currículo entre 1938 e 1942, este documento continuou a normatizar a prática pedagógica da Escola Normal de Natal.

No decorrer da década de 1930, ou melhor, até 1937, as alterações ocorridas incidiram nas discussões e disposições legais sobre o processo avaliativo da prática pedagógica da Escola Normal de Natal. Isso se traduziu nas constantes variações das médias de promoção do aluno de um ano para outro, embora o regulamento da Escola Normal de Natal (Art. nº 34, § 2º) determinasse claramente que “não poderia ser promovido o aluno que em mais de uma disciplina tivesse média inferior a 6” (RIO GRANDE DO NORTE, 1922, p. 20). Esse dispositivo se tornou um ponto polêmico, motivando discussões no seio da Escola Normal de Natal, mediante as alterações das médias de promoção do ensino normal por várias vezes no decorrer dos anos 1930, por meio de decretos do governo estadual, os quais revelavam a vulnerabilidade no processo pedagógico e avaliativo, mediante a inconstância das médias exigidas para a promoção no ensino normal. Foi constatado tal fato em decretos despachados nos anos de 1930, 1932, 1933, 1934 e 1935, conforme trataremos da especificidade e natureza de cada um dentro do contexto em que foram instituídos.

Logo, em dezembro de 1930 (Decreto nº 22), iniciou-se a flutuação das médias dos exames finais do ensino normal, sendo considerados “aprovados nos exames finais todos os alumnos das Escolas Normaes de Natal e Mossoró e dos cursos complementares do Estado que tenham obtido media não inferior a 4” (RIO GRANDE DO NORTE, 1930b, p. 63). A nova regra reduzia a média exigida para a promoção e amenizava o rigor para os *exames de segunda época*, destinados aos alunos que não conseguiam passar nos exames finais. Tal prerrogativa antes era restrita somente às alunas e aos alunos que ficassem reprovados em apenas uma disciplina, o referido documento não fazia menção ao número de disciplinas que esse aluno estivesse com média quatro.

Na sequência de oscilação das médias exigidas para a aprovação, o Decreto de nº 385, de 03 de dezembro de 1932, alterou novamente a média final dos exames das escolas normais oficiais do estado, ao considerar “promovidos e aprovados nos exames finais, realizados em novembro último, todos os alunos das escolas normais de Natal e de Mossoró, que tiverem obtido média não inferior a 5” (RIO GRANDE DO NORTE, 1932b, p. 188). A mudança na média dos exames de promoção e dos finais ocorreu com o intuito de equalizar a avaliação do ensino normal norte-rio-grandense ao ensino secundário do país que admitia a média cinco. Essa foi uma das medidas tomadas para a efetivação da uniformização do ensino, uma marca do Governo Vargas. Confirmava-se pelo mesmo documento que o objetivo da “organização estadual do ensino, no que concerne aos processos de apuração de frequência e aproveitamento, [era] adaptar-se, para que [houvesse] uniformidade, aos regulamentos e instruções federais” (RIO GRANDE DO NORTE, 1932b, p. 188).

O ensino secundário acabara de passar por uma reforma que introduziu nele o curso seriado com normas e orientação federal¹¹. Cabe, pois, inferir que a inexistência da reforma federal para o ensino normal levou o governo estadual a introduzir aspectos de uniformização, implantando de forma desarticulada as normas de avaliação do curso secundário sem o devido estudo das especificidades e dos demais aspectos que envolviam o ensino normal.

Em 10 de fevereiro de 1933, o Interventor Bertino Dutra baixou o Decreto nº 429, que mais uma vez alterou o funcionamento do ensino normal potiguar, corroborando a média mínima de cinco para aprovação dos alunos nos cursos normais e de outros estabelecimentos de ensino do estado. A prescrição ainda dispunha (Art. 2º) sobre o acesso de alunos provindos de outros estabelecimentos no terceiro ano do curso normal, estabelecendo que

será permitida a matrícula no curso profissional da Escola Normal de Natal (3º ano) aos candidatos portadores de diplomas conferidos pela Escola Doméstica, Escolas do Comércio e Colégio da Imaculada Conceição desta capital, Curso Seriado do Atheneu Norte-Rio-Grandense e institutos equiparados ao Colégio Pedro II, e bem assim que apresentarem certificados de exames realizados em estabelecimentos de ensino secundário oficiais dos demais Estados e do Distrito Federal das matérias exigidas nos dois primeiros anos do curso normal (RIO GRANDE DO NORTE, 1933a, p. 177).

Para garantir o acesso dos alunos no terceiro ano do curso normal, essas instituições teriam que ministrar em seus cursos todas as disciplinas compreendidas nos primeiro e segundo anos do curso normal. A maior inovação se deu com o Decreto nº 455 de 1933 (Art. 1º), ao determinar que estes benefícios ficavam extensivos a outras instituições de ensino norte-rio-grandenses, a saber: “Nossa

11 A reforma do Ensino Secundário foi instituída mediante o Decreto nº 21.241 em 04 de abril de 1932, pelo Ministro da Educação e Saúde Pública Francisco Campos, que regulamentou também o ensino universitário e comercial (ROMANELLI, 1998, p. 134-135).

Senhora das Vitórias’, ‘Sagrado Coração de Maria’, ‘Santa Terezinha’ e ‘Nossa Senhora das Neves’, respectivamente das cidades de Assu, Mossoró e Caicó e desta capital, as vantagens constantes do art. 2º do Decreto n. 429” (RIO GRANDE DO NORTE, 1933b, p. 204, grifo do autor).

Mais do que a equiparação à Escola Normal de Natal, tal ato se traduziu em uma forma de uniformização do ensino do estado. Essas alterações implantadas no ensino normal potiguar, em um primeiro momento, foram o resultado da reivindicação das referidas instituições de ensino junto ao Diretor Geral do Departamento de Educação, sendo institucionalizadas pelo Governador do estado. Tal medida permitia o ingresso de discentes advindos dessas instituições, nos terceiro e quarto anos da Escola Normal de Natal. Ora, o acesso a essa última constituía-se em um obstáculo, manter-se no curso normal, então, exigia a união de comprometimento e disciplina por parte do discente, considerando-se que o rigor dos exames regulamentares da Escola Normal contribuía para a diminuição do número de formandos a cada ano.

De certo modo, essas reformulações no ensino normal aconteciam à revelia dos interesses de educadores locais, uma vez que eram norteadas por uma política de centralização nacional do ensino. A legislação impusera a equidade não só entre as diversas modalidades do ensino do Rio Grande do Norte, mas também com o ensino nacional, considerando que exigia uma equivalência nas matérias ao curso seriado do Atheneu Norte-rio-grandense aos institutos equiparados ao Colégio Pedro II, regido por leis federais. Percebe-se nas entrelinhas que essas mudanças estavam relacionadas ao projeto do governo federal de centralização e uniformização da cultura, por meio dos sistemas de ensino particulares e públicos, implicando neste o ensino normal.

As iniciativas de uniformização e racionalização provocaram também uma integração do curso normal com as diversas modalidades de ensino, tanto os de formação geral, como os cursos profissionalizantes de instituições educacionais situadas na capital e no interior do estado. De qualquer forma, tal iniciativa concorreu para que o ensino normal saísse do isolamento em que se encontrava em relação aos demais estados da federação e entre as demais modalidades de ensino do nosso estado.

Mediante a posse de cada interventor federal, era necessária a regulação legal a fim de equalizar a média geral no ensino normal. Seguindo essa linha, Mário Câmara emitiu o Decreto nº 727, de 17 de outubro de 1934, que adotava a média cinco para a aprovação de discentes nos cursos normais e complementares do estado sob a justificativa de atender a “conveniencia de estimular a formação de professores indispensaveis ao provimento das escolas, que está no programma

da administração do Estado aumentar na medida das necessidades da população” (RIO GRANDE DO NORTE, 1934, p. 127).

Não demorou muito para a média do ensino normal potiguar voltar a ser matéria legislativa no Governo Rafael Fernandes, que instituiu o Decreto nº 7, em 1935, a fim de dispensar das provas dos exames finais os alunos das escolas normais de Natal e Mossoró que obtivessem média anual cinco (RIO GRANDE DO NORTE, 1935). Isso demonstra a dificuldade de alguns/mas normalistas em alcançar a média final seis. Torna-se evidente que as medidas tomadas se dão em torno da nota atribuída e não do melhoramento dos métodos e processos de ensino.

Nos (des)caminhos da política-administrativa local, intermediada pelos interventores do governo provisório, e até mesmo do governo institucional, o ensino normal, ou melhor, a Escola Normal de Natal, seguia seu próprio caminho na direção que possibilitava a resolução de seus problemas, sobretudo, a partir de iniciativas daqueles que se encontravam no seu interior: diretor, docentes e discentes, que na verdade se tornaram vulneráveis às intempéries da política local e nacional.

O Estado Novo e a reforma do ensino normal norte-rio-grandense em 1938

A instalação do Estado Novo no Brasil (1937) se constituiu no ápice das medidas de centralização do poder político-administrativo no executivo federal, marca do Governo Vargas desde 1930, com a instituição da censura e a aplicação de táticas repressivas contra qualquer forma de dissidência, justificada pela defesa da unidade nacional. Esse contexto político se caracterizou especialmente pelos paradoxos modernidade/tradicionalismo, autoritarismo/nacionalismo, assim expresso por Levine (1980, p. 267):

depois de 1937, o governo tacitamente corporativo de Vargas teve papel francamente modernizador num quadro tradicionalista. Serviu de porta-voz à nova classe média urbana e aos setores industriais contra os interesses tradicionalmente centrífugos da elite rural da República Velha.

O discurso nacionalista pregava a uniformização cultural e política que iria consubstanciar e fortalecer o regime de ditadura populista do Estado Novo. Nesse sentido, o nacionalismo, que na década de 1920 foi bandeira de lutas de alguns grupos de esquerda, neste contexto “foi utilizado como um instrumento para os esforços do governo no sentido de firmar a supremacia da União contra o obstrucionismo estadual e regional” (LEVINE, 1980, p. 279).

Apesar de se constatar vários elementos de uma sociedade urbano-industrial no Brasil, continuou o estilo de política paternalista mais voltado para os setores urbanos, entre estes a indústria, tendo a classe média como intermediária. Nessa linha de pensamento, Herschman e Pereira (1994, p. 34) afirmam

que a década de 30 vai se encerrar debaixo do autoritarismo do Estado Novo (proclamado em 1937) configurando definitivamente um projeto de modernização autoritária. É neste contexto que vão se dar, paralelamente à institucionalização das ideias modernas geradas nos anos 20, significativas alianças entre os intelectuais e o Estado.

Essas alianças firmadas entre intelectuais e governos, características do processo de modernização autoritário implantado a partir de 1937, em geral, redundaram em reformas de ensino nos diversos estados brasileiros, inclusive no Rio Grande do Norte. No cenário vigente, emergiram novos objetos nas sombras de um governo que, apesar de autoritário, apresentava-se travestido de popularidade e enaltecia o processo de modernização da sociedade. Para tanto, o estado passou a recrutar intelectuais que, embora já tenham expressado ideias democráticas, atuavam no governo conforme estratégias previstas com a finalidade de controlar as instituições e a consciência das pessoas. Isso se intensifica a partir de 1937, quando forjou um referencial cultural centrado no moderno, porém, radicado num regime político autoritário.

A partir daí o Brasil passou a viver sob o regime denominado por Vargas de Estado Novo (1937-1945), que, na compreensão de Herschman e Pereira (1994, p. 37), “colocava-se a nu alguns aspectos fundamentais do modo como, no Brasil, se daria o processo de modernização”. Esse autoritarismo se legitimou ora por força da legislação, ora por meio de mecanismos ideológicos propagados pelos diferentes meios de comunicação, inclusive os livros didáticos.

Isso foi operacionalizado por meio dos órgãos de repressão, a começar pela criação do Departamento de Administração e Serviço Público (DASP) e logo depois o Departamento Oficial de Propaganda em 1930 (DOP), o qual em 1934 evoluiu para o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, culminando, em 1939, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que tinha o objetivo de, entre outros, “coordenar e incentivar as relações da imprensa com os Poderes Públicos, [...] bem como evitar que se [divulgassem] informações nocivas ao crédito e a cultura do país” (SCHWARTZMAN, 1983, p. 63). Esses, na realidade, tinham entre suas funções a de controlar e inspecionar os livros didáticos, o cinema educativo, o ensino religioso, os conteúdos e programas escolares, inclusive estimulando àqueles que davam ênfase à aptidão física, à moral e ao patriotismo. Diante de tal situação, pode-se afirmar que houve modernização não só no setor econômico e administrativo, mas também no campo das ideias, na cultura e na educação, certamente vigiada e controlada pelo governo federal. Do ponto de vista

de Herschman e Pereira (1994, p. 37), “isto consolidava uma aliança (nem sempre igualmente vantajosa para todas as partes) entre o Estado, o povo e os diferentes segmentos intelectuais”.

A Pedagogia Moderna foi disseminada nas décadas de 1920/1930 por educadores vinculados à Associação Brasileira de Educação, e no dizer de Nunes (1994, p. 197-198), “eram portadores de uma cultura clássica temperada pela cultura moderna e [...] foram também criadores de definições sobre o exercício de educação como profissão nas próprias escolas da rede pública e no aparelho administrativo”.

Nesse contexto, foram introduzidas no ensino novas disciplinas de caráter científico que iriam contribuir para o controle do comportamento dos alunos, cujos conteúdos vieram a calhar no novo quadro social e econômico por que passava o Brasil no final da década de 1930. Nesse sentido, Nunes (1994, p. 187) afirma que

o advento de uma biologia, de uma psicologia e de uma estatística aplicadas à educação confundiu-se com a necessidade que a ciência, no século XIX, exprimiu de controlar pela seleção e orientação escolar (embora não apenas escolar) as massas urbanas em plena emergência de novas condições de trabalho geradas pela sociedade industrial.

Assim sendo, o desenvolvimento industrial, a urbanização e a modernização da sociedade contribuíram para a expansão dos ensinos primário e normal. Nesse processo, registra-se também a ampliação e a incrementação do currículo do ensino normal em vários estados que realizaram reformas, nas quais foram introduzidas as disciplinas de análise sociológica e comportamental. A ampliação do currículo do ensino normal norte-rio-grandense ocorreu em 1938, consoante a impulsos de modernização do estado, ou até mesmo por influência dos centros urbanos de referência, como Rio de Janeiro e São Paulo, mediante a chamada reforma Fernando de Azevedo em 1933.

A Escola Normal de Natal e as medidas centralizadoras a partir do Decreto nº 411 de 1938: de Escola Normal Primária a Escola Normal Secundária

Nesse contexto político de autoritarismo marcado pelas medidas centralizadoras do governo federal, ocorreu no Rio Grande do Norte a reforma do ensino normal com a instituição do Decreto de nº 411, de 17 de janeiro de 1938, cujos dispositivos estabeleceram a sua equiparação ao ensino secundário e, consequentemente, atribuiu nova organização para as escolas normais do estado (RIO GRANDE DO NORTE, 1938a).

A equiparação do ensino normal ao secundário já vinha sendo efetivada em outros estados desde 1930 com o fim de transformar a Escola Normal em uma

instituição de caráter genuinamente profissional, excluindo de seu currículo o conteúdo propedêutico, que passaria a ser adquirido no curso secundário fundamental, o qual passou a ser uma exigência para o ingresso no ensino normal. Com a reorganização do ensino normal, se pretendia romper com a fragmentação do currículo do curso normal, que tinha as disciplinas humanísticas concentradas nos dois primeiros anos, desarticuladas daquelas de formação docente que só eram ministradas nos dois últimos anos.

As primeiras iniciativas dessa organização do ensino normal no Brasil ocorreram no início dos anos 1930 em um contexto de efervescência no campo educacional e disseminação das teorias da escola nova. Isso decorreu de uma efetiva atuação dos profissionais da educação mediante publicações, conferências, cursos, debates, compêndios com as ideias escolanovistas. Essas contribuíam para a formação de uma nova consciência educacional e do papel do estado como responsável pela expansão da escola pública, a fim de atender o direito de todos à educação, tendo em vista seu alcance político e social, a importância da racionalização da administração escolar, e a necessidade de implantação de uma política nacional de educação (TANURI, 2000).

Por outro lado, essa organização do ensino só foi instituída no Rio Grande do Norte em 1938 dentro de um contexto social e político não mais caracterizado pela ebulição cultural e pelos debates das questões educacionais, mas em uma época marcada pelo controle excessivo no âmbito das ideias, das instituições públicas, em particular as educacionais, pela intensa centralização do poder político e social imposta pelo Governo Vargas, o chamado Estado Novo.

A partir da reforma instituída pelo Decreto nº 411 em 1938, o curso normal passou de quatro para sete anos, sendo cinco de formação geral, humanística e científica, correspondentes ao curso secundário, regido por leis federais e obrigatório para o ingresso no ensino normal, mais dois anos de formação profissional/pedagógica (RIO GRANDE DO NORTE, 1938a).

Cabe ressaltar que, mediante essa reforma, a escola oficial de formação docente de Natal avançou de Escola Normal Primária a Escola Normal Secundária. Além disso, pela primeira vez o ensino normal potiguar passou a seguir princípios unificadores em todo o país, uma vez que toda/o candidata/o a normalista teria que antes cursar o ensino secundário regido por leis federais. Assim, muitas das determinações federais destinadas ao ensino secundário foram estendidas ao ensino normal norte-rio-grandense, conforme prescrevia o Decreto estadual nº 411, de 17 de janeiro de 1938, que reformou as escolas normais do estado, determinando que estas seriam constituídas da seguinte forma:

Art. 2º – Curso Secundario feminino, sob regime federal; b) Curso de Professores mixto, com caráter profissional.

Art. 3º – O Curso Secundario ministrará o ensino em cinco annos obedecendo á legislação federal em tudo quando se referir á seriação das materias, ao regimen didactico, para o fim de validade de seus diplomas e certificados junto aos estabelecimentos de ensino, officiais e equiparados (RIO GRANDE DO NORTE, 1938a, p. 13).

A federalização do ensino normal já havia sido garantida na Constituição Federal de 1937 como injunções da orientação centralizadora do novo regime político. A carta outorgada em 1937 não atribuía claramente aos estados a organização de seus sistemas de ensino, como fizera nas legislações anteriores, mas estabelecia que ficasse na competência da União fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deveriam obedecer à formação física, intelectual e moral da infância e da juventude (TANURI, 2000).

A exigência do curso secundário como pré-requisito para o ingresso no curso normal foi uma forma aligeirada que o governo federal encontrou de unificar o ensino nacional e adquirir controle na formação da consciência dos jovens. O ensino secundário era regulamentado pela união, sendo assim, todos os interessados no ensino normal teriam que passar primeiramente pela formação propedêutica e comum em todo o país, com extenso currículo de formação humanística e científica, distribuído em cinco séries, segundo o Art. 4º do Decreto nº 411:

1ª Serie – Portuguez – Francez – Historia da Civilização – Geographia – Mathematica – Sciencias Physicas e Naturaes – Desenho – Musica (Canto Orpheonico); 2ª Serie – Portuguez – Francez – Ingles – Historia da Civilização – Geographia – Mathematica – Sciencias Physicas e Naturaes – Desenho – Música (Canto Orpheonico); 3ª Série – Portuguez – Francez – Ingles – Historia da Civilização – Geographia – Mathematica – Physica – Chimica – Historia Natural – Desenho – Musica (Canto Orpheonico); 4ª Série – Portuguez – Francez – Ingles – Latim – Allemão (facultativo) – Historia da Civilização – Geographia – Mathematica – Physica – Chimica – Historia Natural – Desenho; 5ª Serie – Portuguez – Latim – Allemão (facultativo) – Historia da Civilização – Geografia – Mathematica – Physica – Chimica – Historia Natural – Desenho (RIO GRANDE DO NORTE, 1938a, p. 13).

Depois de realizar o curso secundário, tipicamente enciclopédico, a/o normalista iniciaria a formação docente, a qual era constituída por matérias do curso profissional, com duração de dois anos distribuídos da seguinte forma:

1ª – Serie – Antropologia Pedagogica – Psychologia Geral e Infantil, Sociologia, Methodologia Geral – Desenho e Artes Industriaes – Trabalhos Manuaes – Educação Physica – Musica – Pratica Pedagogica;

2ª – Serie – Hygiene e Puericultura – Psychologia Applicada à Educação – Pedagogia – Methodologia Especial – Desenho e Artes Industriaes – Economia Domestica – Educação Physica – Musica – Pratica Pedagógico (RIO GRANDE DO NORTE, 1938a, p. 13).

Comparando-se este currículo com o de 1922, percebe-se que houve uma intensificação da formação propedêutica. Observa-se também uma significativa mudança na formação docente com a introdução das matérias pedagógicas, isto

é, as chamadas Ciências da Educação, que proporcionariam ao professor melhores condições de entender o processo educativo.

A responsabilidade de ministrar os conteúdos de formação humanística e científica foi retirada da Escola Normal, que passou a se ocupar exclusivamente da formação profissional das/os professoras/es. Desse modo, a ênfase do ensino normal se deslocou da transmissão dos conteúdos a serem ensinados, que o caracterizou desde o início de sua instituição, para a apreensão dos métodos e processos de ensino, valorizando-se as Ciências da Educação, especialmente as contribuições da Antropologia, da Psicologia e da Sociologia.

A introdução de teorias educacionais, como a escola nova, fez emergir a necessidade de novos elementos de avaliação dos alunos, levando em conta suas necessidades sociais, biológicas, psicológicas e culturais (NUNES, 1994). Esses elementos introduzidos no trabalho educacional, por um lado, traduziram-se em um avanço por permitir um melhor conhecimento do comportamento dos alunos, mas, por outro lado, constituíram-se em um instrumento de controle psicológico e social dos discentes. Essas teorias se firmaram na educação brasileira em um período político marcado pelo autoritarismo, pela centralização do poder federal, pela exclusão de vários setores sociais e pela fragilidade da noção de cidadania apoiada pela classe média e pelos intelectuais.

Nesse sentido, evidencia-se a modificação significativa de algumas matérias e a introdução de outras no currículo do ensino normal. Destaca-se, entre as inovações deste currículo, a substituição da disciplina Pedologia por Psicologia, a qual se desdobrou em Psicologia Geral e Infantil, ministrada no primeiro ano, e em Psicologia Aplicada à Educação, compondo o segundo ano.

A Biologia e a Psicologia com aplicação na educação apresentavam entre suas preocupações centrais a compreensão das diferentes maneiras de o educando compreender e adaptar-se às regras de convivência social. Isso contribuía para prevenir ações que causassem o desequilíbrio social e racionalizar os procedimentos de intervenção (VEIGA, 2007). A Psicologia integrada aos estudos da Biologia tinha o objetivo de “definir de modo científico as capacidades mentais e emocionais de adaptação, tendo-se em vista a concepção de que o comportamento, diante de determinadas situações, define a personalidade do indivíduo” (VEIGA, 2007, p. 270-271).

Os estudos da Sociologia se mostram como a maior novidade, tornando-se útil em “pesquisas do meio social do educando, de forma a possibilitar a elaboração de planejamentos educacionais” (VEIGA, 2007, p. 279).

A disciplina Pedagogia, que no regulamento de 1922 abrigava variadas temáticas relacionadas à prática pedagógica – Metodologia, História da Educação, Economia e Leis Escolares – permaneceu no novo currículo, incluindo conteúdos

mais específicos e uma nova concepção de Antropologia Pedagógica. Já a Metodologia surgiu como matéria autônoma distribuída em Geral e Especial, cujos conhecimentos eram tomados como veículos da renovação pedagógica e, por se tratar dos estudos didáticos e pedagógicos, foi gradativamente ganhando prestígio para o desenvolvimento dos processos educativos, tal explica Veiga (2007, p. 280):

em fins da década de 30, a disciplina didática geral e especial foi incluída nos cursos de formação de professores, [...] Nos anos 50 os saberes das metodologias e técnicas de ensino se expandiram, integrados ao contexto de várias outras iniciativas em que o planejamento social, econômico e educacional se apresentava como fator preponderante de desenvolvimento.

Do mesmo modo, a disciplina Desenho também sofreu os efeitos das inovações, ressurgindo como Desenho e Artes Industriais, cedendo aos imperativos da ordem econômica rumo à consolidação do capitalismo industrial.

Entre as que permaneceram no currículo sem maiores alterações está a matéria Economia Doméstica, que se fez presente no currículo do ensino normal resistindo às várias reformas pelas quais esse já passou, continuando ao que Tanuri (2000, p. 78) chamou de “um desvirtuamento das finalidades das escolas normais”, empenhadas também no desenvolvimento de habilidades domésticas. Tal fato reitera a tese de que a sociedade brasileira passava por um processo de modernização em vários setores sociais, em específico, a educação, mas assentada em bases tradicionais. A permanência da disciplina Economia Doméstica e a ampliação da função propedêutica do curso demonstram que as práticas educativas no ensino normal oscilavam entre o velho e o novo.

Apesar de manter práticas tradicionais, a reforma se revestia de inovação por introduzir as ideias escolanovistas. Tais teorias propunham a renovação da prática pedagógica a partir de novas técnicas e metodologias de ensino. É fato que houve uma ampliação das disciplinas voltadas para a metodologia do ensino com vistas a viabilizar uma formação pedagógica ao aluno-professor. O fenômeno escolanovista já se fazia presente no universo educacional norte-rio-grandense, circulava não só no interior da Escola Normal de Natal, mas também integrava os conteúdos dos programas de concurso para o Magistério Primário público, conforme anúncio no jornal *A Republica* (DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, 1937, p. 7):

1º – ponto – A Educação. Métodos em geral; 2º – ponto – Metodologia da Leitura. Escolas Pré-Primárias; 3º – ponto – A Escola Nova. Suas características e seus fins; 4º – ponto – Educação Intelectual. Excursões e Museus Escolares; 5º – ponto – Metodologia da Língua Materna. Legislação e Escrituração Escolar; 6º – ponto – Educação Física. Prédios e Instalações Escolares; 7º – ponto – Noções Hodegética. História da Educação no Brasil; 8º – ponto – Metodologia da Matemática. História da Educação no Rio Grande do Norte; 9º – ponto – A Escola sua classificação e organização; 10º – ponto – Inspeção escolar.

O Decreto nº 411 de 1938 não fazia menção ao tipo de metodologia a ser aplicada no ensino normal, mas instituiu as disciplinas originadas no processo de educação renovada que traziam na sua essência as proposições das teorias da escola nova.

Além da reestruturação do currículo do ensino normal, outros pontos importantes foram modificados em decorrência da reforma, a saber: a organização e a admissão ao curso secundário e ao curso normal, as transferências, o regime de aulas, a elaboração e a aplicação de provas, o critério para a promoção e as atribuições da Congregação dos Lentes, entre outros.

No que dizia respeito à admissão, o exame com provas passou a ser uma exigência, os programas teriam que ser os mesmos expedidos pelo órgão federal competente (Art. nº 14). A banca examinadora, entretanto, era constituída por três professores da Escola Normal, sugeridos pelo então diretor, e depois nomeados pelo Departamento de Educação (Art. nº 12). Quanto aos procedimentos, na realização do exame de admissão (Art. nº 18) permaneceram os mesmos critérios e etapas, as mesmas matérias, modalidades de provas e a forma de apuração das notas. Foi alterado, entretanto, o valor da média que antes era seis e pelo novo sistema se passou a exigir a média igual ou superior a quatro, no conjunto das disciplinas (RIO GRANDE DO NORTE, 1938a).

Diante do exposto, percebe-se a materialização dos mecanismos de centralização impostos pela nova legislação no ensino normal norte-rio-grandense, à medida que tirava dos docentes da escola a atribuição de elaborar os programas do exame de admissão. Ao esmiuçar o conteúdo do Decreto nº 411 de 1938, é possível identificar, no conjunto dos seus dispositivos, prescrições que cerceiam a autonomia dos docentes no trabalho pedagógico. Além disso, constata-se uma ampliação dos critérios para o ingresso no curso de formação profissional/docente para o qual a/o normalista teria de atender aos seguintes preceitos:

Art. 24 – a) Certificado de aprovação na ultima serie do Curso Secundario da Escola Normal ou de outro estabelecimento secundário official equiparado; b) Atestado de idoneidade moral; c) Atestado medico provando que não sofre de moléstia infecto-contagiosa nem repugnante e não tem defeito physico que o incompatibiliza com o exercicio do magisterio; d) Certidão de registro que prove não ter menos de 16 e mais 25 annos de idade. Art. 25 – São considerados defeitos que impossibilitam para o exercicio do magistério: – miopia acentuada, surdez, disfonía, dystrophiasosseas, perturbações da marcha e outras a juizo de uma junta medica especialmente designada pelo Director Geral do Departamento de Educação (RIO GRANDE DO NORTE, 1938a, p. 15).

Fica evidenciado que houve um aprofundamento nas regras de ingresso para o curso normal, tornando o acesso mais rigoroso, o que de certa forma dificultava a popularização da formação docente. Tais medidas contrastavam com o discurso

oficial, que preconizava o propósito de expandir o ensino normal, a fim de resolver o problema do exíguo número de professores qualificados para atuação no ensino primário em vias de expansão.

Alguns dos critérios, além de excludentes, eram carregados de preconceitos, sobretudo àqueles relacionados à exclusão de pessoas com deficiência, à moralidade, ao limite máximo de idade etc. Nos dispositivos regulamentares, era forjado um perfil de aluno/a possuidor/a de características intelectual e física (saudável, forte e juvenil) que se enquadrassem nos padrões de uniformização ideológica do governo varguista. Certamente, tais exigências impediam jovens interessadas/os a se submeterem ao processo seletivo a uma vaga no ensino normal.

Mediante o acesso ao ensino normal, a/o discente seguia uma sequência rigorosa de avaliações, marcada pelo excesso de modalidades de provas orais e escritas. Destacam-se, como exemplo, as provas parciais que eram realizadas em cada semestre, e se tornaram mais rigorosas na forma de execução devido à introdução de procedimentos mais complexos pela nova legislação (Decreto nº 411, Art. nº 39).

§ 1º – As provas parciais não serão assignadas, mas recolhidas de modo que possam ser posteriormente identificados os respectivos autores; § 2º – As provas assignadas, ou com qualquer indício de identificação, terão a nota zero; § 3º – Somente depois de concluído o julgamento será feita a identificação dos autores das provas; § 4º – Na realização das provas será obrigatório o emprego de papel de acordo com o modelo indicado pelo poder federal competente; § 5º – O alumno que não comparecer a qualquer prova parcial, seja qual for o motivo, terá nota zero; § 6º – Não haverá segunda chamada para as provas parciais; § 7º – As provas parciais do Curso Secundário, depois de julgadas pelos professores e pelo inspector, serão encerradas, por disciplina e serie, em envolucro que será lacrado e rubricado pelo respectivo inspector e pelo director da Escola; [...] Art. 40º – As provas parciais do Curso de Professores serão realizadas e julgadas pelo mesmo systema (RIO GRANDE DO NORTE, 1938a, p. 16-17).

Nesse novo sistema avaliativo, as provas eram corrigidas sem nenhuma identificação pessoal do discente, a fim de evitar o julgamento protecionista por parte do/a docente. Esse sistema de avaliação seguia orientação federal e já era utilizado no Atheneu Norte-rio-grandense. E, antes mesmo de sua instituição no ensino normal, já havia sido requisitado ao Diretor Geral do Departamento de Educação pelo professor Clementino Câmara, Diretor da Escola Normal de Natal, a modificação dos procedimentos da avaliação, “a fim de que o lente [ficasse] a salvo de qualquer recriminação por parte do aluno, e [capacitado] a julgar com a maior isenção de ânimo” (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1938e, p. 26).

Os cursos secundário e normal passaram a desenvolver os mesmos procedimentos de avaliação, obedecendo à regulamentação e à inspeção da federal, exceção da média final exigida para a aprovação das/os discentes: na Escola Normal de Natal, era necessário obter uma média igual ou superior a cinco para

promoção anual, já no Atheneu Norte-rio-grandense era adotada a média final igual ou superior a quatro.

No que toca aos *exames de segunda época*, mais uma prova proporcionada àquelas/es alunas/os que não conseguissem passar no exame final, continuou a existir para ambas as instituições. Não constatamos no documento nem nos relatórios uma justificativa para a discrepância na exigência das médias finais entre as duas instituições, mas há de se considerar que no decorrer da década de 1930 esse ponto foi por várias vezes motivo de discussão na Escola Normal de Natal.

A despeito da Prática Pedagógica das/os normalistas, foi estabelecido que continuasse a ser orientada pelo regulamento de 1922, enquanto não houvesse a reforma do ensino primário, exceto no que diz respeito ao julgamento das avaliações, que deveriam obedecer ao Decreto nº 411 de 1938. Portanto, as/os discentes do 2º, 3º e 4º anos do curso normal, matriculados antes da reforma, continuariam a obedecer às disposições do Decreto nº 161, de 7 de janeiro de 1922, no que se refere aos exames e às promoções (RIO GRANDE DO NORTE, 1938a). Para além da apreensão dos dispositivos legais que normatizariam o ensino normal potiguar, mostra-se instigador compreender os caminhos trilhados para a reorganização do ensino normal que provocou uma verdadeira instabilidade no funcionamento das escolas normais norte-rio-grandenses e, principalmente, na rotina da Escola Normal de Natal sobre a qual trataremos a seguir.

A operacionalização da reforma da Escola Normal de Natal de 1938 a 1942

As novas determinações do ensino normal, instituídas pelo Decreto nº 411 de 1938, foram anunciadas sob o efeito da centralização e do controle do trabalho pedagógico na formação de professoras/es, na medida em que ficavam “revogadas as equiparações concedidas a estabelecimentos particulares de ensino normal, ressalvado o direito de transferência de seus alumnos para as séries correspondentes e em funcionamento nas Escola Normais do Estado” (RIO GRANDE DO NORTE, 1938a, p. 19).

Ora, no decorrer da década de 1930, foi concedida, por meio de decretos estaduais, a autorização para estabelecimentos de ensino particular ministrarem o ensino normal, equiparando-os à Escola Normal de Natal, desde que esses se submetessem à fiscalização pública, tendo, inclusive, direitos à emissão de diplomas às normalistas. Assim, foi autorizado o “curso normal mantido pelo Colégio N. S. das Vitórias, da cidade de Assu, dirigido por irmãs religiosas da Ordem do Amor Divino” (RIO GRANDE DO NORTE, 1936a, p. 151). Do mesmo modo, foi concedido “ao Colégio Santa Águeda, na cidade de Ceará-Mirim, o direito de ministrar o ensino

normal (RIO GRANDE DO NORTE, 1937a, p. 11)”. Na sequência, deu-se permissão para a Escola Doméstica de Natal (Lei nº 106) equiparar o seu ensino ao da Escola Normal de Natal (RIO GRANDE DO NORTE, 1937b).

Foi assim que se expandiram os cursos de formação de professores primários no estado na década de 1930. Mas, como já foi citado, todas essas concessões foram revogadas, e em consequência disso a formação docente ficou circunscrita às escolas normais oficiais, que no nosso estado se restringiam à de Natal e à de Mossoró. Tal fato se traduziu em um golpe à expansão dos cursos de formação docente no Rio Grande do Norte.

Relativamente à operacionalização da reforma do ensino normal, cabe frisar que houve uma significativa alteração no interior da Escola Normal de Natal durante o processo de transição entre o regime anterior e a nova legislação. A reforma de 1938 provocou uma graduada desacomodação na rotina da Escola Normal de Natal, diante das medidas de adaptação ao novo currículo, bem como a criação de uma seção feminina do curso seriado na referida escola. Para tanto, foi necessário contratar novos professores tanto para as cadeiras já existentes, a exemplo de Português, como para as novas cadeiras: Ciências Físicas e Naturais e Canto Orfeônico.

Sendo o curso secundário regulado pelo governo federal, fez-se necessário o registro imediato dos professores de Humanidades no Departamento Nacional de Educação no Rio de Janeiro, quando novos procedimentos burocráticos foram incorporados ao ensino. Ao que parece, tanto o Diretor da Escola Normal quanto os docentes foram tomados de surpresa em relação às medidas para efetivação da reforma de 1938, sendo necessário contornar os percalços diante da nova situação. Em relatório destinado ao Departamento de Educação, o Diretor da Escola Normal de Natal justifica:

acontecendo não termos conseguido equiparação, conforme despacho do Sr. Ministro da Educação e Saúde, de 31 de maio, do que só tivemos conhecimento em fins de junho após terem os alunos do 1º ano, feito a 1ª prova bimestral, recebeu o Sr. Inspetor federal junto ao Atheneu Norte-Rio-Grandense, Dr. Lucas Sigand, instruções no sentido de serem os aludidos alunos transferidos para aquele estabelecimento, o que foi feito a 8 de agosto, fazendo-nos entregar à mesma autoridade, que as solicitara, de todos os documentos pertinentes ao mesmo curso (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1938e, p. 24).

Embora o Decreto da reforma tenha sido expedido em janeiro de 1938, a Escola Normal de Natal iniciou o ano letivo sem nenhuma alteração, uma vez que não havia diretrizes estabelecidas para operacionalização da reforma, o que lhe rendeu alguns transtornos no funcionamento. Destaca-se nesse particular o episódio dos 101 discentes do primeiro ano que realizaram a matrícula na Escola Normal de Natal e em seguida tiveram que ser transferidos para o colégio Atheneu

Norte-rio-grandense. Nesse ano, a matrícula ficou assim distribuída: 1º ano, três classes, curso seriado, 101 alunos; 2º ano, normal em duas classes, 90 alunos; 3º ano, normal em uma só classe, 24 alunos, 4º ano, normal em uma só classe, 63 alunos (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1938e).

No período de aplicação da reforma (1938-1942), houve um profundo decréscimo no número de matrículas na Escola Normal de Natal, uma vez que parte de suas/seus alunas/os foi transferida para o Atheneu. Nessa fase, a Escola Normal funcionou apenas com as/os normalistas que haviam ingressado até 1937, vinculadas/os ao curso que correspondia ao currículo anterior, conforme explicita o Diretor da Escola Normal de Natal, Clementino Câmara, nas ocorrências de 1939 (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1940a, p. 34):

naturalmente pouco temos a relatar, dada a progressão decrescente que ela trilha [a Escola Normal] até terminar a organização vigente, em 1941, matrícula fechada aos dois primeiros anos, só entre os dois últimos desenvolvem-se a sua atividade que não teve incidentes de relevo, a não ser a do ritmo comum que regula instituições congêneres.

Em 1939, matricularam-se apenas 138 alunos, sendo 12 do sexo masculino e 126 do sexo feminino. A Escola Normal de Natal só poderia abrir novas matrículas para aquelas/es alunas/os que concluíssem o curso seriado/secundário. Enquanto isso não acontecia, a instituição passava por um progressivo esvaziamento a cada ano, conforme se pode ver no quadro abaixo:

Quadro Demonstrativo 1 – Número de alunas/os na Escola Normal de Natal (1938-1942)

Ano	Sexo masculino	Sexo feminino	Total
1938	15	183	198
1939	12	126	138
1940	09	104	113
1941	01	26	27
1942	02	03	05

Fonte: relatório anual da Escola Normal de Natal, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942

É visível a queda no número de matrículas da Escola Normal nos cinco anos de operacionalização da reforma. Esse período de transição foi marcado pela estagnação da formação docente do estado, repercutindo negativamente a partir de dois aspectos: primeiro, a impossibilidade de se efetuar novas matrículas nas escolas normais por quatro anos seguidos provocou um arrefecimento no desenvolvimento do ensino normal estadual. O segundo ponto refere-se à revogação das concessões dos estabelecimentos de ensino particular para ministrarem o ensino normal, sem oferecer nenhuma outra alternativa. Esses educandários eram os únicos a oferecerem o curso normal nos municípios, a exemplo de Assu e

Ceará-Mirim. Da mesma forma, retirou a possibilidade de outros se inserirem no processo, uma vez que restringiu a exclusividade da formação docente às escolas normais oficiais.

O prejuízo se tornou maior por ter sido interrompida a matrícula inicial em um período que a Escola Normal de Natal vivenciava o seu maior número de frequência já constatado, ou seja, um período de afirmação da Escola Normal de Natal, marcado por uma matrícula inicial vultosa, reconhecida até mesmo pelas autoridades do ensino potiguar, o que foi expresso na Mensagem Governamental de 1937: “a Escola Normal obteve tão excessiva matrícula no primeiro ano que motivou a sua mudança para o Grupo Escolar Antonio de Sousa” (RIO GRANDE DO NORTE, 1937d, p. 65).

Apesar do tom modernizador, paradoxalmente, a reforma de 1938 inibiu a expansão do ensino normal, pois a sua estrutura se constituía em um obstáculo para aqueles potiguares que intencionavam se profissionalizar no exercício do magistério. Em 1942, último ano de vigência do antigo currículo, a Escola Normal de Natal chegou a sua frequência mínima de cinco alunas/os na perspectiva de recomeço no ano vindouro com uma matrícula mais significativa.

A operacionalização da reforma requereu a criação de uma seção feminina no Atheneu Norte-rio-grandense onde funcionava a Escola Normal de Natal. Além dos colégios oficiais, equiparados ao Pedro II, o ensino secundário passou a ser ministrado também nas escolas normais oficiais que passaram a ter a obrigatoriedade de manter um “curso Secundario feminino, sob regime federal, ao lado do Curso profissional de professores mixto” (RIO GRANDE DO NORTE, 1938a, p. 65).

Nessa dinâmica, deu-se a instalação da Seção Feminina do Atheneu Norte-rio-grandense, em 02 de abril de 1940, dois anos após a instituição da reforma. Esta seguia orientações do Colégio Atheneu com autonomia em relação ao corpo administrativo, aos docentes, aos inspetores de ensino etc. No convívio das alunas dessas duas instituições, a comparação do comportamento das meninas se tornou inevitável, conforme expõe o Diretor da Escola Normal (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1940e, p. 45):

começaram a funcionar no edifício da Escola as aulas do elemento feminino do Atheneu Norte-Rio-Grandense. Com direção diferente e, sobretudo, parece que devido à deficiência de inspetoras enérgicas, falecem-me palavras para louvar a parte que se relaciona com a disciplina das meninas, material escolar estragado, parede do edifício riscadas e danificadas, peças de máquinas de costuras da Escola Normal subtraídas e até, o que é sobre-modo para lamentar os gabinetes sanitários com dizeres e pinturas de envergonhar, tais são os vestígios ali deixados e que, só por força da verdade sou constringido a dizer, em triste confronto com a disciplina da Escola.

A convivência das normalistas com as secundaristas em um mesmo espaço físico não foi tão harmoniosa, pois o comportamento irreverente destas últimas se chocava com as rígidas normas disciplinares que conduziam a rotina da Escola Normal e, simultaneamente, moldavam o comportamento das normalistas. Inevitavelmente, as alunas das duas instituições eram expostas à comparação no que concerne à conduta e à disciplina. Pode-se entender, por meio do relato, que as alunas demonstravam uma carência de referência institucional, porque, embora matriculadas no Atheneu, partilhavam do cotidiano da Escola Normal de Natal que, desde o princípio, tomou a disciplina como um dos aspectos de sua excelência. Esperava-se destas discentes a incorporação de comportamentos vivenciados pelas normalistas.

A aplicação do novo currículo na Escola Normal de Natal em 1942

Momentos de tensão, instabilidade e imprecisão marcaram o curso turbulento da implantação da reforma (Decreto nº 411) na Escola Normal de Natal, que se viu diante de sérios problemas, entre os quais dois reclamavam urgente providência: primeiro manter-se funcionando, ou seja, conseguir a adesão de candidatos ao prolongado curso, o que não era uma tarefa fácil para aquele momento; segundo, a implantação do novo currículo, que implicou em uma série de empecilhos tanto de ordem prática, como pela incompreensão do novo sistema por aqueles que faziam parte da Escola.

Muitas foram as tentativas com o intuito de manter a Escola Normal em atividade. Em 08 de fevereiro de 1942, o Diretor do Departamento de Educação despachou um ofício que permitia a matrícula, no ensino normal, aos candidatos portadores de certificado do Curso Ginásial do Atheneu e a outros equiparados ao Colégio Pedro II.

Lentamente, a Escola Normal de Natal retomava seu ritmo. Em 1943, contou com uma matrícula de 24 normalistas, sendo que 22 eram do primeiro ano do curso de professores, portadoras do certificado do 1º Ciclo do ensino secundário. No segundo ano, existiam 2 matriculados: 1 moça e 1 rapaz. Ao final desse ano (1943), contavam-se ao todo 21 discentes matriculados, tendo apenas 1 formanda, a aluna Igara da Fonseca Wanderley (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1943d). Não se pode deixar de frisar que houve uma redução também no quadro de docentes, pois em 1943 se contavam nove entre lentes e professores.

Passados os quatro anos de transição da antiga organização do ensino normal, foi chegado o momento de se aplicar o novo currículo que permitia a matrícula no curso de professores somente àqueles candidatos portadores de certificados do

curso secundário de cinco anos. Em 1942, quando se acreditava no deslanchar do curso de formação docente, foi instituída a Lei Orgânica do Ensino Secundário em abril do mesmo ano, que atribuiu uma nova organização para o ensino secundário nacional. Essa lei aumentou o curso seriado de cinco para sete anos, dividindo-o em dois ciclos, sendo o primeiro ciclo de quatro anos correspondente ao Ginásial. O segundo ciclo se desdobrou em dois cursos opcionais: o Clássico e o Científico, ambos com três anos de duração (BRASIL, 2004).

A aplicação da nova organização do ensino normal impôs grandes desafios, pois articular o currículo do ensino secundário em vigência com o novo currículo instituído pela Lei Orgânica em 1942 trouxe vários transtornos à Escola Normal de Natal, conforme expôs o diretor: “o curso Ginásial só se integra com o prolongamento de um ou outro desses cursos, formando os sete anos, os ciclos independentes do curso ginásial, não habilitava candidato algum” (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1943c, p. 70).

A nova organização do ensino normal imposta pela reforma de 1938 não foi acatada de bom grado pelos professores da Escola Normal de Natal. Estes alegaram falhas que variavam entre lacunas no currículo e incompatibilidade na metodologia do ensino secundário, tal como enfatizou o Diretor Clementino Câmara (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1943b, p. 69): “assiste-me concretos motivos para pôr em dúvida o ensino ministrado no Atheneu Norte-rio-grandense que é deficientíssimo, em vista da apresentação metodológica que imprime”. O professor continua seu apelo salientado que sempre se fizeram presentes nos programas do ensino normal quatro cadeiras indispensáveis ao magistério primário: Civismo, Física, Química e História Natural e estas não constavam no curso ginásial (1º ciclo), somente no Científico (uma das modalidades do 2º ciclo).

Isso implicava, portanto, em lacuna de conhecimento que, no ponto de vista dos docentes da Escola, seria nociva ao ensino normal norte-rio-grandense. A ausência de tais conhecimentos era prejudicial à formação docente, além de causar a incompatibilidade do currículo do ensino normal potiguar com o de outros estados. Nesse sentido, afirmava o Diretor da Escola Normal, Clementino Câmara, em relatório ao Departamento de Educação (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1943c, p. 70):

ignorando qual seja os critérios adotado pelos outros Estados, não querendo assumir a responsabilidade no caso, para que não venham a ser prejudicadas as futuras professora egressas desta Escola, no tocante a validade dos seus títulos, [...] devo sustar qualquer requerimento de matrícula até que o Governo – único competente no caso – resolva a situação. Caso reconheça o Governo o que exponho, isto é, que as quartanistas [do Curso Secundário] não podem ser matriculadas porque não tem o Curso de Português completo, nem estudo de Civismo, Física, Química e História Natural, imprescindíveis nos Cursos Normais de toda parte. Só haverá um meio

para se não fechar a Escola: Revogar o Decreto 411, de 17 de janeiro de 1938, e dar matrícula, digo e mandar revigorar o que se executava até aquela data, podendo até dar matrícula aos quartanistas no terceiro ano, afim de que possam [voltar], para concluir, o curso de Português e a ocasião de estudarem Civismo, Física, Química e História Natural. Mas, se efetivamente julgar na sua sabedoria que as quartanistas podem matricular-se no curso de professores, temos a liberdade de pleitear, por intermédio de V. S., a concessão das antigas cadeiras naquelas que criou o art. 5º do mesmo decreto.

Observando-se o conteúdo do relatório, percebemos o tom autoritário com que foi implantada a reforma do ensino normal em 1938, que ocorria à revelia da opinião dos docentes da Escola Normal de Natal, diferentemente das reformas realizadas anteriormente, para as quais foram formadas comissões organizadoras, discutidas em Assembleia, votadas e depois sancionadas. Os fatos expostos demonstram que os legisladores da citada reforma desconheciam a filosofia, a estrutura e o funcionamento do ensino normal do estado. A aplicação da nova organização levou a Escola Normal de Natal à iminência de extinção, instalando-se na instituição um clima de expectativa e instabilidade entre aqueles que realmente se preocupavam com o seu destino.

Somou-se a esta instabilidade a suspensão das matrículas por quatro anos e a exigência do curso secundário. Este também contava com uma nova organização, tendo o seu currículo ampliado o aspecto propedêutico, tornando-o demasiadamente enciclopédico, mas, paradoxalmente, ineficaz no que diz respeito à formação docente por omitir disciplinas que, para os mestres da Escola Normal, eram imprescindíveis à formação dos professores. Além das inúmeras críticas, os docentes, por meio do Diretor, que era o Presidente da Congregação, chegaram a solicitar a revogação da reforma, que concebiam como prejudicial ao ensino normal norte-rio-grandense, ainda exigiram a inclusão das disciplinas que para eles eram fundamentais ao curso de professores. No entanto, as sugestões se davam de forma sutil, mostrando-se os docentes sempre obedientes e atentando para que suas opiniões não fossem encaradas como oposição ao governo.

Em tempos de regime político fechado e de centralização de poder na esfera federal, a reforma se tornou, mesmo que indiretamente, um meio de impor normas federais no ensino normal por meio do ensino secundário. Talvez por isso, os catedráticos da Escola Normal não obtiveram êxito em suas últimas solicitações ao governo federal por via estadual. Primeiro, em 1938, no contexto da instituição do Decreto nº 411, de 17 de janeiro. Nesse mesmo ano, a Escola solicitou uma inspeção prévia para o curso secundário criado na Escola Normal, sendo o requerimento indeferido pelo Ministro da Educação e Saúde. Em 1943, foi sugerida pela Escola a revogação do decreto mencionado, não sendo atendido o pedido, “embora parecesse natural que o fosse”, no entender do Diretor Clementino Câmara (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1943d, p. 75).

Presume-se que a *inspeção prévia*, requisitada pelo Diretor da Escola Normal, consistia em uma adaptação do curso secundário, alterando, neste, elementos pedagógicos já presentes no ensino normal relacionados à metodologia de ensino, ao método de avaliação e à revisão do currículo. Essas mudanças deveriam ser orientadas e fiscalizadas pelo Diretor da Escola Normal. Sendo esse pedido negado, o curso normal perdeu sua especificidade, sendo-lhe imposto um ensino estranho aos seus objetivos e à sua realidade, o que foi expresso no relatório do Diretor Clementino Câmara:

o citado Decreto tem por finalidade precigna reformar as Escolas Normais do Estado, e que não conseguiu porque lhe foi negada fiscalização prévia para o Curso Seriado, ficando a Escola Normal de Natal, reduzida a um simples Curso de professores, sem sanção legal, para a minha direção (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1943e, p. 77).

Sem um devido estudo das necessidades e especificidades do ensino normal, a reforma se traduziu em uma mera imposição do curso secundário para as/os candidatas/os a normalistas, marcada também pela exclusão de elementos relevantes ao curso normal.

Concernente à metodologia de ensino, o Decreto nº 411 (Art. 3º) dispôs que o “regimen didactico deveria obedecer a legislação federal” (RIO GRANDE DO NORTE, 1938a, p. 13). Entretanto, não prescreveu nenhum dispositivo disciplinar e os procedimentos referentes à avaliação do comportamento do discente para efeito de classificação e promoção. A inobservância da avaliação da *disciplina* se constituía em uma grave lacuna, para os Lentes da Escola Normal, pois já pensou “uma pessoa portadora de um Diploma, cujo comportamento não se recomenda?” (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1943e, p. 77). Por isso mesmo, o aspecto disciplinar continuou a seguir as normas do Regulamento de 1922.

Quanto às provas e promoções, o Decreto de 1938 prescrevia (Art. nº 58) que, nas duas séries do curso de professores, fossem admitidos os critérios adotados no curso secundário, o que causou, digamos assim, uma certa indecisão ao Diretor da Escola, que em ofício ao Departamento de Educação expressou: “como devo proceder uma vez que não tenho tal curso?” (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1943e, p. 77). Aliás, essa foi a indagação que mais se repetiu na Escola Normal no decorrer da implantação da referida reforma.

No que diz respeito à Prática Pedagógica, o Decreto nº 411 de 1938 determinou que esta continuasse a obedecer à orientação do Regulamento de 1922 (Artigos nº 59 e 60). Os alunos do primeiro ano do curso de professores deveriam assistir às aulas do Grupo Modelo, e os do segundo ano faziam o que eles chamavam de Lição Geral e davam Dia ao curso durante todo o período escolar, ou seja, ministravam as aulas no grupo modelo (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1943d).

A Prática Pedagógica das normalistas voltou a ser ministrada no Grupo Escolar Augusto Severo em 1937, onde a Escola foi instalada. Essas duas instituições funcionavam no mesmo edifício com diretorias autônomas, e, ao que parece, não era permitida aos professores da Escola Normal a observação da prática pedagógica das normalistas efetivadas no referido Grupo, levando o Diretor da Escola a se queixar para o Departamento de Educação:

não me é possível observar conforme determina o Regulamento, se os alunos aplicam devidamente os princípios da Pedagogia que são ministrados em classe. As notas são dadas pelo simples relatório da professora em cuja classe dá aula e por elas tenho que me curvar. De vez que o Grupo-Modelo é anexo à Escola Normal, não pude ainda compreender porque há uma direção para ele e outra para a Escola, chegando [...] como já tem acontecido – haver situações em que as atribuições se chocam (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1944, p. 79).

As afirmações acima demonstram indícios da ausência de entendimento entre os diretores da Escola Normal de Natal e do Grupo Escolar modelo Augusto Severo, instituições que funcionavam no mesmo edifício e que estavam interligadas pela própria razão de sua existência. Ao se considerar que o grupo escolar era o local em que as normalistas exercitavam a disciplina prática pedagógica. Depreende-se daí que, além das dificuldades enfrentadas pela Escola Normal para se manter funcionando, ainda se deparava com outro problema, que era conciliar a incompatibilidade ou os conflitos administrativos com o diretor do grupo escolar modelo. Isso interferia de forma negativa no processo pedagógico, uma vez que os docentes ficavam impossibilitados de assistir às aulas práticas das/os normalistas, e em consequência reparar os equívocos, orientar e emitir parecer diante da prática pedagógica das/os normalistas em formação.

A aplicação do novo currículo provocou uma reorganização no quadro dos docentes da Escola Normal. Algumas disciplinas ministradas no curso normal passaram a ser ofertadas somente no curso secundário. Isso causou o remanejamento de alguns professores para o Atheneu, bem como demandou a exigência da contratação de docentes para as novas disciplinas do curso normal. Outros docentes mantinham-se no curso normal, ministrando as disciplinas de formação docente, adaptadas ou reformuladas, de acordo com o novo currículo, conforme dispõe o Decreto nº 1.162, de 24 de fevereiro de 1942, ao estabelecer que

os lentes catedráticos de Higiene, Pedologia, Pedagogia e Desenho passariam a reger respectivamente, mediante apostila em seus títulos, as cadeiras de Antropologia Pedagógica; Higiene e Puericultura; Psicologia Geral, Infantil e Aplicada à Educação; Pedagogia e Sociologia; Desenho e Artes Industriais (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1944, p. 80).

Na sequência da reforma regida pelo Decreto de 1938, foi extinta do Currículo a disciplina “Moral e Civismo”, cujos conteúdos se fizeram presentes nos Programas

do ensino primário, sob a designação de “Educação Moral” e da Escola Normal com a denominação de “Instrução Moral e Cívica”, desde 1908, quando se deu a instituição dos Grupos Escolares e da Escola Normal de Natal (RIO GRANDE DO NORTE, 1908a, 1908b). Na década de 1920, essa matéria foi introduzida no currículo do ensino primário de outros estados, como São Paulo, na Reforma Sampaio Dória, em 1920; no Ceará, em 1923, por Lourenço Filho; e na Bahia, em 1925, por Anísio Teixeira. Fez exceção à referida disciplina a reforma do ensino primário do Distrito Federal, elaborada por Carneiro Leão em 1926, e a de Minas Gerais, por Francisco Campos em 1927/28 (HORTA, 1994).

No decorrer da década de 1930, a referida matéria começou a ser extinta dos currículos escolares, a começar pelo ensino secundário com a reforma Francisco Campos, em 1931. Paradoxalmente a esse fato, engendrou-se um sistema propagandístico de abrangência nacional para difundir um sentimento patriótico e nacionalista. No primeiro momento, convém acreditar que a Educação Moral e Cívica poderia ser o veículo de disseminação da ideologia nacionalista, entretanto ela foi varrida dos currículos escolares.

Nesse sentido, Horta (1994) elucida que os programas de ensino dessa disciplina eram calcados em uma concepção liberal de educação impressa no Brasil no decorrer da década de 1920. Portanto, tornou-se incompatível com a tendência autoritária assumida pelo Governo Vargas. Em decorrência disso, passou a desaparecer dos programas escolares a partir de 1935, cujos conteúdos se deslocaram para o ensino religioso nas escolas com outra feição, conforme afirma Horta (1994, p. 142):

[Francisco] Campos elimina a instrução cívica cujo conteúdo, na forma como era ensinado, não se coadunava com a sua proposta antiliberal e autoritária nem se esquadra no projeto político de Getúlio Vargas. Com efeito, a instrução cívica anterior a 1930 estava preocupada em acentuar os direitos e deveres políticos do cidadão e em fazer conhecida a organização política do país, que Vargas e Campos pretendiam mudar. Além disso, Francisco Campos atende aos interesses dos militares. A estes não interessavam a instrução cívica nos estabelecimentos de ensino secundário, que estavam, em sua totalidade, nas mãos da Igreja.

Seguindo essa lógica de política educacional, que se acentuou em 1937 com a instituição do Estado Novo, foi retirada do currículo da Escola Normal de Natal, por meio da reforma de 1938, a disciplina Educação Moral e Cívica que, segundo o regulamento de 1922 (Art. 7º, § 1º, inciso, XIII), tinha entre outros objetivos:

[...] O estudo da organização política nacional, das liberdades públicas, dos direitos e deveres do cidadão, será completada pelo culto a pátria, avigorado nos apelos constantes à história dos grandes feitos e à biografia dos grandes homens. As noções de direito usual, que terminam o curso, serão práticas, educativas e instrutivas a um tempo, para utilidade na vida profissional do professor (RIO GRANDE DO NORTE, 1922, p. 8-9).

Como se pode constatar, essa disciplina na Escola Normal contemplava os estudos de noções de direitos políticos e públicos, temperados de elementos do liberalismo e da compreensão do sentido de cidadania, vocábulos que deveriam permanecer no anonimato face aos preceitos da nova ordem política. Todavia, a extinção dos estudos de civismo no ensino normal potiguar provocou uma reação de oposição por parte dos professores da Escola Normal de Natal, pois acreditavam que “Civismo era indispensável ao magistério de toda parte” (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1943d, p. 75), levando-os a solicitar a revogação da lei ou a reimplantação das disciplinas extintas.

Ao mesmo tempo em que foi suprimida a matéria Moral e Civismo, manteve-se de forma ampliada a disciplina Educação Física, à qual foram acrescentados temas relativos à saúde física e mental, cujo método de aplicação já era motivo de preocupação por parte dos professores da Escola. Nesse sentido, Horta (1994, p. 2) ressalta que “a ligação entre educação e saúde traduzir-se-á por uma ênfase cada vez maior na educação física, inicialmente voltada para o desenvolvimento físico individual e logo relacionada com o desenvolvimento da raça”. A fim de difundir a ideologia nacionalista de formação de um *Estado forte*, a partir de 1937 os militares passaram a intervir no sistema educativo, tomando o ensino de Educação Física como porta de entrada para a intervenção nas escolas. Logo, essa disciplina se tornou campo privilegiado na nova ordem educacional em todo o país (HORTA, 1994).

Nessa direção, a Diretoria Geral do Ensino do Rio Grande do Norte redefiniu o ensino de Educação Física na Escola Normal de Natal, centrado nas relações entre educação, saúde e formação militar, ao ressaltar que

a educação Física não tem por fim somente o benefício da saúde corporal para o equilíbrio da vida intelectual. Além da educação dos movimentos, ele terá fim instrutivo, por meio de jogos infantis desde os brinquedos dos exercícios pré-militares. [...] Terão grande influências os jogos ao ar livre e no recreio (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1944, p. 82-83).

Elementos como higiene, saúde mental e corporal foram temas que permearam a educação brasileira nesse período, produtos ou produtores de uma ideologia que buscava formar em cada criança um pequeno soldado, defensor da nação, identificando no ensino um campo fértil para tal fim. A partir daí, a Educação Física passou a ser alvo das estratégias militares no intuito de expandir sua área de atuação. Segundo Horta (1994), em 1943 o Ministério da Guerra já havia criado a Escola de Educação Física do Exército, que ministrava cursos de Educação Física no âmbito de cada região ou estado, os quais foram equiparados aos diplomas de licenciatura em educação física, o Exército “podendo conceder em suas escolas o diploma de licenciado em educação física para os oficiais nela formados, os militares tinham em suas mãos a educação física escolar do país” (HORTA, 1994, p. 73).

Mas, ao final do ano de 1943, o ensino de Educação Física da Escola Normal de Natal ainda não rendera os resultados previstos, conforme expressou o Diretor da Escola em relatório ao Departamento de Educação:

Não experimentou o ensino [de educação física] melhoria apreciável. A parte teórica se deve aliar à prática, o movimento mais variado, sem a qual não atingirá a finalidade requerida. Com um médico [para ministrar a teoria] e um professor especializado para a parte prática, as futuras professoras sairiam mais bem orientadas (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1944, p. 82).

Fica evidenciado que a reforma foi imposta, mas não foram criadas as condições de sua materialização, muitos eram os problemas: falta de professoras/es capacitados, de espaços e de aparelhos adequados, entre outros. Mas percebe-se que não eram poucos os esforços da Escola Normal a fim de cumprir tais imposições a que era submetida, embora nem sempre a Congregação dos Lentes se mostrasse desfavorável a algumas mudanças, como já foi enfatizado.

Naquele mesmo ano, os militares (sargentos e cabos) do Comando da Guarnição Federal intervieram no cotidiano da Escola Normal de Natal pela participação efetiva na orientação e na condução da tradicional *parada cívica* (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1944) que desfilava para as autoridades natalenses. Ora, incutir ideias militaristas no ensino normal consistia em uma estratégia eficaz para a difusão desses conhecimentos, considerando que as/os normalistas poderiam se tornar multiplicadoras/es potenciais dessa ideologia, mediante aplicação desses conhecimentos no exercício do magistério primário.

Outras disciplinas sofreram alterações, como Desenho, que se tornou Desenho e Artes Industriais, mas sem modificações significativas na prática, pois o Diretor da Escola Normal de Natal, em relatório destinado ao Departamento de Educação, expressou que

[chegou] mesmo a comprar livro que [pôs] a disposição da professora, notando, entretanto, que as lições não foram além da rotina que se processava antes da reforma, isto é, pôr-se um modelo, no caso, um chapéu, um livro, e mandar os alunos pintá-los. Fato, porém, não é Arte Industrial (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1944, p. 82).

Assim, a implantação de novas disciplinas, pelo menos nos primeiros anos, não apresentou avanços teóricos e metodológicos significativos para o ensino na Escola. A reforma de 1938 permitiu o avanço da Escola Normal de Natal Primária a Escola Normal de Natal Secundária. Com isso, elevou também o nível de exigência, sobretudo, da formação intelectual. As ações da reforma promoveram uma certa relação entre a Escola Normal de Natal e o Atheneu Norte-rio-grandense, pois, apesar da aproximação geográfica, mantinham-se distanciados na prática pedagógica. Nesse contexto, essas instituições ficaram susceptíveis à comparação do currículo e da metodologia, resguardadas as especificidades nas suas aproximações e nos

seus distanciamentos como instituições educacionais de referência na formação docente e no ensino secundário do estado.

Instituída de forma impositiva e sem a participação dos docentes, a reforma não discorria sobre a avaliação e a prática pedagógica das/os normalistas ou a metodologia de ensino, embora tenha adotado as disciplinas escolanovistas, as chamadas Ciências da Educação. A sua operacionalização conturbada levou a Escola Normal de Natal a um progressivo esvaziamento, além de que as mudanças incidiram mais na organização do ensino do que na prática pedagógica.

Entretanto, a organização do ensino advinda com o Decreto nº 411, de 17 de janeiro de 1938, implantada a partir de 1942, logo foi substituída pela Lei Orgânica do Ensino Normal, instituída pelo Decreto Federal nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946. No mesmo dia em que foi promulgada, a Lei Orgânica do Ensino Primário, Decreto nº 8.529, pela primeira vez impôs uma organização de cunho nacional a esses níveis de ensino (ROMANELLI, 1998).

Tais decretos resultaram do projeto de centralização política imposto por Getúlio Vargas, embora tenham sido instituídos somente após o fim do Estado Novo. Por isso mesmo, não traduziram na íntegra o espírito autoritário presente na Lei Orgânica do Ensino Secundário em 1942. Diferentemente, as Leis Orgânicas do ensino normal e do ensino primário foram projetadas quando Vargas deu uma guinada para as esquerdas, mostrando-se receptível às ideias democráticas que circulavam nos cenários nacional e internacional com o fim da Segunda Guerra Mundial.

A maior importância da Lei Orgânica do Ensino Normal é que pela primeira vez foram fixadas normas e diretrizes para o ensino normal em todo o país. Este fato foi um dos emblemas da luta dos educadores brasileiros nos anos vinte, junto a ABE (Associação Brasileira de Educação), que reivindicavam não só o reconhecimento dos diplomas do ensino normal entre os diferentes estados, mas também a sua unificação, a fim de possibilitar a identidade entre os professores primários do Brasil. Averiguar se isso realmente ocorreu com a implantação da reforma de 1946 extrapola as pretensões do presente trabalho.

Os diretores da Escola Normal de Natal na década de 1930

Em novembro de 1930, a Escola Normal de Natal passou a ser dirigida pelo professor Antônio Gomes da Rocha Fagundes (1930-1938), o mesmo que dirigiu a Escola Normal de Mossoró no Governo de Juvenal Lamartine (1928-1930), já sob o novo regime político das interventorias. Acrescenta-se também em seu currículo a atuação em vários Grupos Escolares de Natal e o dinâmico trabalho como Inspetor de ensino na Região Oeste (CAVALCANTE, 1999). Intelectual, professor renomado, conhecedor dos meandros da educação norte-rio-grandense, e bem articulado

com os grupos políticos tradicionais locais, o professor Antônio Fagundes se afinou também aos moldes administrativos dos interventores, permanecendo na direção da Escola Normal ininterruptamente até 19 de abril de 1938, quando se afastou para assumir o cargo de Diretor Geral do Departamento de Educação (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1938c).

Clementino Câmara (1938-1944) assumiu a direção da Escola Normal de Natal em 05 de maio de 1938, conforme ofício de nº 1, que designou o professor Clementino Hermógenes da Silva Câmara para os cuidados administrativos da instituição (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1938d). Jornalista, maçônico, de família humilde, era autodidata no ofício de ensinar, criou e dirigiu várias escolas de ensino primário e externatos em diferentes locais do país, até firmar-se em Natal, onde ficou reconhecido como uma das mais altas expressões entre o professorado norte-rio-grandense, atuando, sobretudo, na Escola Normal de Natal e no Colégio Atheneu Norte-rio-grandense (NATAL, 2000).

Na Escola Normal de Natal, teve atuação de destaque, quando assumiu a direção em 1938, comandando-a com firmeza e lucidez nos anos mais difíceis por que passou a instituição por ocasião da reforma de ensino (1938-1942). Nesse período, o referido educandário passou por profundo decréscimo na matrícula sob a iminência de fechamento, além dos desafios enfrentados advindos da instituição do curso normal secundário. Clementino Câmara, como era mais conhecido, permaneceu na direção da Escola Normal até 1944, notabilizando-se também no campo literário com a publicação de vários livros: *Novo Compêndio de Análise Portuguesa* (1925), *Origem e Desenvolvimento da Língua Portuguesa* (1934), *Romance do Atheneu Norte-rio-grandense* (1945), *Décadas* (1936), *Geografia e História do Rio Grande do Norte* (1952), entre outros (NATAL, 2000).

O Diretor da Escola Normal de Natal era uma figura que exercia uma representação significativa perante a sociedade natalense e prestígio face aos grupos políticos e administrativos do estado. Além de conduzir a instituição, observando a rigor os preceitos regulamentares, eram-lhe atribuídas funções proeminentes como convocar e presidir a Congregação dos Lentes, entre outras.

Dada a importância do cargo de Diretor da Escola Normal, tornou-se uma tradição esta figura alcançar nomeação para ser Diretor do Departamento de Educação, a exemplo dos professores Nestor dos Santos Lima e Antônio Gomes da Rocha Fagundes. Ao lado do Colégio Atheneu Norte-rio-grandense, a Escola Normal de Natal era a mais reconhecida instituição pública de ensino e disseminação cultural do estado.

Capítulo 4

As práticas, os percalços, as conquistas na trajetória da Escola Normal de Natal

A Congregação dos Lentes da Escola Normal de Natal

A Congregação dos Lentes da Escola Normal de Natal era o cérebro da instituição, pois partiam de suas reuniões todas as decisões e os procedimentos que davam suporte e complementavam o ensino da Escola. Conforme dispunha o regulamento (Art. nº 104) da escola, a “Congregação, composta por todos os lentes, professores e adjunctos da Escola Normal, será presidida pelo director da mesma escola que deliberará por maioria de votos, sempre que estiverem presentes metade e mais um dos membros” (RIO GRANDE DO NORTE, 1922, p. 38).

As reuniões poderiam ser ordinárias e extraordinárias, realizadas no salão da Diretoria, com data e hora previamente estabelecidas, sendo simultaneamente registradas em atas pelo Secretário da Escola, que colhia a assinatura de todos os docentes presentes. Seguiu sempre o mesmo ritual: o Diretor da Escola Normal, que também era presidente da Congregação dos Lentes, abria a sessão e conduzia a pauta que, independente do seu grau de importância, era discutida entre os professores; posteriormente, procedia-se a votação (RIO GRANDE DO NORTE, 1922).

O primeiro regulamento da Escola Normal de Natal (1908) mencionava ligeiramente o grupo dos professores, designando-os como Conselho de Professores da Escola Normal de Natal. Este seria convocado pelo Diretor da Escola com dia e hora marcados para a realização das seguintes atividades: apurar as médias das/os alunas/os, realizar a prova oral das/os normalistas, conferir aos alunos habilitados o diploma de professor em reunião solene (RIO GRANDE DO NORTE, 1908).

Já no regulamento de 1917, e sem nenhuma alteração no de 1922, foram ampliadas as atribuições da Congregação, conferindo-lhe mais autonomia e soberania no tocante às deliberações sobre os assuntos que lhe competiam. Com a complexidade do curso normal e do funcionamento da Escola Normal de Natal, as atribuições da Congregação dos Lentes se ampliaram e progressivamente ganharam mais espaço no regulamento da instituição em cada reforma por que passou esse ensino.

O salão da Diretoria da Escola Normal de Natal foi palco de fervorosos debates entre os docentes, resultando em decisões que dia a dia construía a história, o presente e o futuro da Escola. Discussões sobre os procedimentos referentes à organização dos programas e à metodologia de ensino, à apuração das notas, a promoções dos alunos, ao planejamento e ao julgamento dos exames, à escolha dos compêndios a serem adotados, à introdução de novas disciplinas, ao horário de cada matéria, à substituição de professores, à organização das pautas e dos quesitos dos exames básicos, finais e de segunda época, bem como à apuração das médias anuais (de aproveitamento, comportamento e de frequência), ao julgamento dos exames finais e de aptidão pedagógica (RIO GRANDE DO NORTE, 1922). Isso instigava o debate, levando os mestres a tomarem posições que, de certa forma, revelavam a sua ética e a sua credibilidade no interior da escola.

Na década de 1930, a apuração das médias se dava em meio a fervorosas discussões, em decorrência das constantes alterações do valor mínimo da média final, por meio de decretos, já mencionados neste trabalho. A título de ilustração serão demonstradas algumas das situações que instigaram debates contundentes entre a Congregação dos Lentes da Escola Normal de Natal relacionados à apuração de médias finais.

Nesse sentido, notabilizou-se a sessão ordinária de Congregação do dia 14 de novembro de 1936, que, após a apuração das médias anuais, o professor Oscar Wanderley se manifestou, demonstrando sua indignação com a aplicação da Lei Estadual nº 25, que ele a considerava “incongruente, alienante dos mais conhecidos princípios de hermenêutica jurídica” (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1936, p. 4). A referida lei dispensava dos exames finais os alunos da Escola Normal de Natal que obtivessem média cinco. Na opinião do professor, isso feria o regulamento da instituição, que exigia a média seis, considerando-a inconstitucional e supérflua, uma vez que a relação das notas oficiais dos alunos já tinha sido divulgada anteriormente a esta norma, não tendo, portanto, nenhum efeito de obrigatoriedade (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1936).

Outra situação de destaque era o julgamento de requerimentos de alunos que solicitavam o direito de se submeterem a exame final com média inferior a quatro, levando o professor Manuel Varela de Albuquerque a se manifestar contrariamente, expressando que nada justificava não terem conseguido a média quatro, exigida pelo regulamento, a não ser a falta de esforço para estudar as suas lições. Na mesma reunião, foram julgados outros processos referentes à promoção de algumas alunas, propostos pelo professor Alfredo Lyra sob a justificativa de que “somente por sentimento de humanidade trazia aquela proposta ao julgamento da Congregação e sabia que a concessão daquele favor ia ferir os preceitos

regulamentares, mas que fazia por justiça em face de outras concessões já feitas a outros alunos” (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1937, p. 8).

Cabia também à Congregação selecionar, por meio de votação, as/os alunas/os que seriam isentas/os da taxa de matrícula e de frequência. Tais taxas eram prescritas pelo Decreto nº 463, de 4 de julho de 1938 (Art. 3º), que determinava a obrigatoriedade para as/os discentes das escolas normais de Natal e de Mossoró pagar “sessenta mil réis por ano lectivo, divididos em quatro prestações de quinze mil réis, recolhidos nos dez dias antecedentes à realização de cada prova parcial” (RIO GRANDE DO NORTE, 1938b, p. 80).

O pagamento desse tributo consistia em um requisito para a matrícula, assim como a sua inadimplência impossibilitaria as/os normalistas de participarem das provas parciais (bimestrais). A Escola Normal era uma instituição pública estadual, mas a cobrança de tributos, de certo modo, constituía mais um obstáculo, entre outros já mencionados, para o acesso e a permanência de seus candidatos, considerando-se que essa instituição era frequentada por jovens da classe média e de setores mais humildes da sociedade.

Dadas essas condições, o Decreto nº 463 (Art. 5º) previa também a isenção dessas taxas para as/os discentes que atendessem aos seguintes critérios:

serão isentos de emolumentos de matrícula e frequência: a) os alunos que, no ano anterior, tenham sido aprovados em todas as matérias do curso seriado com média geral, igual ou superior a 60 e no curso normal com média geral, igual ou superior a 80; b) os alunos em número não excedente a cinco, que no ano anterior, e, a juízo da congregação dos Professores, hajam tido comportamento exemplar; c) aqueles que, reconhecidamente pobres e aplicados aos estudos forem indicados pelo governador, até no máximo de cinquenta alunos em todas as séries, para o Atheneu Norte Rio-grandense, 40 para a Escola Normal de Natal e de 30 para a Escola Normal de Mossoró (RIO GRANDE DO NORTE, 1938b, p. 80)

Como se pode constatar, o Governador do estado exercia maior poder de decisão sobre tais cotas de isenção em detrimento da Congregação. Ressalta-se, então, mais uma expressão do poder da política centralizadora e de suas formas de intervir com base legal dentro das instituições educativas, a marca dos governos do estado na década de 1930.

Isso posto, a Congregação em sessão extraordinária do dia 11 de abril de 1938 elegeu as/os cinco alunas/os que tinham se destacado no ano anterior (1937) pela assiduidade, pelo interesse pelos estudos e, sobretudo, pela disciplina, tomando como referência de análise os mapas com as notas de comportamento (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1938a). De certo modo, as cotas de isenção contribuíam para a permanência dessas/es discentes no curso normal. Por isso mesmo, a seleção envolvia senso de ética e rigor, além de demonstrar a identidade da instituição que historicamente primou pela disciplina mediante valorização das notas de comportamento.

As reuniões da Congregação dos Professores eram sempre um momento de pensar e repensar a escola no que diz respeito às práticas, às condições de ensino etc. Era o espaço de que dispunham os professores para manifestar seus questionamentos e suas reivindicações, revelar suas convicções e suas posições ideológicas.

A exemplo da sessão ordinária do dia 11 de março de 1938, que depois de concluídos os procedimentos normais, o professor Francisco Ivo Cavalcante se pronunciou em tom de oposição, questionando a diferença entre os vencimentos dos professores do Atheneu Norte-rio-grandense e os dos professores da Escola Normal de Natal, ao expressar que

sua voz naquele momento erguia-se em sinal de protesto contra o ato do Governo que colocou em nível inferior aos professores do Atheneu Norte-Riograndense, os professores da Escola Normal desta cidade, elevando os vencimento daqueles a 600\$000 mensais enquanto estes ficaram com os seus de 583\$333. Disse o professor Ivo Cavalcante que a diferença de 16\$667 era nada, na sua receita mensal arcada, como nada representava na receita de todos os seus colegas, mas essa diferença que coisa alguma materialmente, representava, tinha um elevado valor moral, dada a humilhação a que a Congregação desta Escola foi submetida com a sua desequiparação dos professores do Atheneu, desde que esses dois estabelecimentos sempre se mantiveram em pé de igualdade, a começar da fundação da Escola Normal desta cidade (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1938a, p. 9).

Dada a devida importância, certos conteúdos debatidos durante as sessões da Congregação extrapolavam o salão da Diretoria da Escola Normal. A exemplo dessa reunião em que o professor Francisco Ivo solicitou o registro do seu protesto na ata da sessão, e ainda sugeriu o encaminhamento das cópias desse documento para apreciação pela Secretaria Geral e pelo Departamento de Educação do Estado. Submetida à votação, a proposta do professor foi aprovada por unanimidade, ressaltando-se a abstenção do presidente da sessão (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1938a, p. 9).

Outra atribuição da Congregação era julgar os processos de indisciplina das/os discentes e aplicar-lhes as respectivas penas. O julgamento dos processos de indisciplina das/os normalistas provocava certa tensão ao deliberar por qualquer uma das penalidades previstas (RIO GRANDE DO NORTE, 1922)¹².

12 As penalidades previstas no Art. 81 do regulamento de 1922 eram: a) advertência reservada; repreensão em aula; redução até metade do número de faltas estabelecidas para efeito da perda do ano; d) exclusão da escola por um ano; quando a falta, na escola ou fora dela, consistir em apodos, ameaças, assuadas ou vaias; e) exclusão da escola por dois anos, se a falta consistir em injúria ou calúnia, tanto verbal como escrita ou impressa, tentativa de agressão, ou violência contra qualquer professor, funcionário da escola ou aluno; f) exclusão definitiva da Escola, quando a agressão ou a violência se realizar, ou a falta consistir em ofensa moral e g) retenção do diploma por um ou dois anos, nos casos previstos de exclusão, quando não seja possível a aplicação dessa pena (RIO GRANDE DO NORTE, 1922).

As sessões extraordinárias podiam ser convocadas pelo diretor a qualquer data mediante determinada eventualidade. Mas em geral se davam em função de algum comunicado advindo do Departamento de Educação, ou diante da ocorrência de indisciplina grave nas dependências da escola por parte das/os alunas/os. Já as ordinárias, marcadas previamente, ocorriam três vezes ao ano. A disciplina, por ser muito valorizada nesta instituição, recorrentemente era pautada nessas reuniões.

Nesse particular, destaca-se a sessão do dia 06 de setembro de 1940, para a qual os docentes se reuniram a fim de julgar um ato de indisciplina. Nesta, o professor Alfredo Lyra se pronunciou enfatizando a necessidade de “aplicar um corretivo”, mas que não implicasse na perda do aluno, pois se tratava de um “aluno pobre que com sacrifício do próprio pai vinha cursando este estabelecimento, [mas] fosse aplicada uma suspensão e baixada-lhe a nota de comportamento” (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1940b, p. 18).

A atribuição de notas pela inobservância das normas regulamentares traduzia-se em um exame cotidiano do comportamento, compondo uma dinâmica em que “a superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo o seu brilho visível” (FOUCAULT, 1987, p. 154). E, nesse processo, “o que pertence à penalidade disciplinar é a inobservância, tudo o que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, os desvios. É passível de pena o campo indefinido do não conforme” (FOUCAULT, 1987, p. 149). Ora, a redução da nota de comportamento se constituía em uma penalidade de grande pesar por contribuir na representação da/do aluna/o, não só no interior da escola, mas também no âmbito da vida social ou profissional.

Nos regulamentos de 1917 e 1922 (Art. nº 106, inciso IV) era garantida à Congregação dos Professores no uso de suas atribuições a autonomia para propor ao “Governador do Estado, ou ao Director do Departamento de Educação, por intermedio do Director da Escola, as medidas e reformas que achar convenientes ao desenvolvimento do ensino normal” (RIO GRANDE DO NORTE, 1922, p. 39). Esse dispositivo foi mantido no Decreto nº 411 (Art. nº 62, § 1º) que reformou as escolas normais do estado em 1938 (RIO GRANDE DO NORTE 1938a).

Com base nesse princípio regulamentar, os lentes poderiam sugerir e elaborar reformas relativas ao ensino, à metodologia, à organização e à composição das disciplinas, à conduta disciplinar e a outros assuntos pertinentes ao ato educativo. No relatório anual de 1938, foi possível encontrar algumas das sugestões dos professores destinadas ao Diretor do Departamento de Educação do Estado, como se segue.

A primeira solicitava uma modificação na metodologia da disciplina Educação Física, cujas aulas eram quase que totalmente teóricas. No relatório, o Diretor da Escola Normal afirmava com veemência “ser deficientíssimo o aludido ensino, aberrante da importância que para ele se reclama em todos os programas de ensino.

[Sugere que] se aplique a ginástica sueca” (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1938e, p. 23). E ainda reforça explicitando que, quando praticada articulando teoria e prática, provoca um sentimento de estética.

No mesmo relatório, o diretor sugeriu que o modo de conduzir as provas da Escola Normal de Natal deveria seguir o mesmo regime do Atheneu Nortério-grandense, pois, no dizer dele, em nada feria o regulamento; ao contrário, esse procedimento já tinha até sido instituído pela reforma do ensino normal daquele ano, que ainda se encontrava em fase de transição de sua aplicação. Tais sugestões ocorreram no contexto em que estava sendo operacionalizada a reforma de ensino de 1938 a 1842.

Ainda relativo à avaliação, o diretor denunciou que grande parte dos alunos, ao conseguir a média exata para a promoção, não fazia a última prova bimestral e, em consequência, deixava de aprender o conteúdo ministrado. Quanto a isso, ressaltava o relator que era preciso

reprimir essa usança, muito cômoda para o aluno que não quer estudar os pontos da matéria dada, mas muito prejudicial ao magistério, que se vai ressentindo de elementos capazes, dia a dia mais raros com o agravante ainda de fazer-se recair a responsabilidade sobre a escola, propomos ainda ao poder competente um ato obrigando aos alunos faltosos a fazer após todas as provas de cada bimestre, aquelas a que faltaram, sendo o programa, toda a matéria anteriormente estudada (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1938e, p. 26).

Todas essas sugestões eram amplamente discutidas e passavam por votação na Congregação dos Lentes da Escola antes de chegarem ao seu destino. Esta tinha autonomia de sugerir, opinar e deliberar questões relativas ao ensino normal, desde que não fossem de encontro aos determinantes da legislação e dos decretos impostos pelo Governo.

A Congregação dos Lentes da Escola Normal tinha presença cativa na solenidade de colação de grau dos normalistas. Esta cerimônia sempre se configurou em um momento relevante entre as atividades da escola desde sua instituição em 1908, cujo regulamento estabelecia que os diplomas fossem entregues aos alunos em reunião solene dos Lentes da Congregação da Escola.

Contudo foi a partir do regulamento de 1917 (Art. nº 60) que o evento foi normatizado, dispondo que “é permitido aos alunos-mestres dar caráter festivo à colação de grau, em sessão solene da Congregação da Escola Normal sob a presidência do respectivo diretor” (RIO GRANDE DO NORTE, 1917, p. 102). A solenidade assumiu na dimensão legal a importância que há muito tempo já tinha na prática, dada a repercussão que alcançou no setor cultural da sociedade natalense. Contava com a presença de autoridades e políticos do estado potiguar, motivo de orgulho para o Diretor Clementino Câmara ao expor que

a exemplo dos anos anteriores, revestiu-se de um cunho verdadeiramente nobre a solenidade da Colação de Grau das professorandas, no dia 12 de dezembro, presidida que foi por sua Excia. o Interventor Federal, tendo ainda a presença do Exmo. Sr. Secretário Geral do Estado, do Exmos. Srs. Almirante Ary Parreiras, General Cordeiros de Farias, Dr. Marculino Dantas; por seus representantes e pelo Sr. Diretor do Departamento de Educação, as normalistas receberam os seus diplomas (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1942, p. 59).

A solenidade de colação de grau da Escola Normal de Natal era reconhecida por sua pompa e sua sutileza. No ano de 1942, teve um grande número de formandas/os, e contou com a participação do Interventor Federal do Estado — o Dr. Rafael Fernandes –, do Secretário-Geral do Estado — Aldo Fernandes de Melo –, o Diretor do Departamento de Educação — Antônio Gomes da Rocha Fagundes –, entre outras autoridades.

Diferentemente do que foi exposto acima, a colação de grau do ano de 1943 se realizou na secretaria da Escola Normal de Natal, conforme prescrevia o regulamento, diante da Congregação dos Lentes. Uma cerimônia simples que teve uma única concluinte (Igara da Fonseca Wanderley), circunscrita ao universo da Escola Normal sem os contornos festivos que historicamente marcaram a trajetória da Colação de Grau dessa instituição. É possível que essa solenidade tenha passado despercebida aos olhos da sociedade exatamente em um período em que a Escola passava pela operacionalização da reforma do ensino normal no estado (1938-1942), o que motivou a ausência de um número maior de formandas.

A Escola Normal de Natal consistia em uma referência em educação no estado, a única instituição oficial de formação docente de Natal, não só pela relevante atribuição social de formar os novos mestres, mas também pelo elevado reconhecimento intelectual da Congregação de Professores perante a sociedade local.

No decorrer da década de 1930, identificamos pelas atas das sessões da Congregação dos Lentes da Escola Normal de Natal a presença dos seguintes professores: Clementino Câmara, Nestor dos Santos Lima, Francisco Ivo Cavalcante, Antônio Gomes de Rocha Fagundes, Alfredo Lyra, José Ivo Moreira, Oscar Wanderley, Manuel Varella de Albuquerque, Thomaz Babine Câmara, Júlio Regis, Manuel Vilar de Melo, Esmeraldo Siqueira, José Saturnino de Paiva, Monsenhor José Alves Landim, Maestro Maurílio Lira, Emericiano da Câmara, Waldemar de Almeida, Eileen Bard, Alice Ramalho Pessoa, Maria de Lurdes Guilherme, Doralina E. de Câmara, Maria da Costa Marinho, Francisca Soares da Câmara, Etelvina E. de Medeiros, Maria de Belém Câmara, Berthilde de Guerra Cunha Lima, Júlia Barbosa Cavalcante e Etelvina Dalva de L. Carvalho (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1936; 1937; 1938b; 1940a; 1943a).

Esses foram os professores identificados entre os anos de 1935 a 1943, a partir das assinaturas nas atas, sendo possível a existência de outros aqui não

mencionados. Todos e todas contribuíram para o desenvolvimento do ensino normal norte-rio-grandense, alguns com passagem efêmera na Escola, outros com décadas dedicadas ao magistério, entrelaçando no período as suas histórias de vida com a própria história da Escola Normal de Natal. Resguardando as especificidades individuais, esses mestres se notabilizaram em vários aspectos: pela atuação no exercício da docência, pela administração na direção da Escola e do Departamento de Educação, por meio da produção literária, e em outras funções além do magistério. Verdade é que esses professores deixaram para as gerações seguintes um legado de confiança e credibilidade naquela que era a instituição de formação docente de referência no estado potiguar.

Observando os relatórios e as atas da Congregação, percebe-se a seriedade e o compromisso dos professores e das professoras ao fundamentar seus argumentos nos debates ali empreendidos. A Congregação dos Lentes era soberana nas suas deliberações, desde que não se contrapusesse ao regulamento da Escola, portanto, autônoma para opinar, sugerir mudanças no ensino, emitir pareceres e assim apontar caminhos para a Escola Normal de Natal.

Na tarde do dia 25 de março de 1943, a Congregação dos Lentes da Escola Normal de Natal se reuniu em sessão especial no salão principal do edifício Augusto Severo, onde funcionava a Escola Normal de Natal, para homenagear o Dr. Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão como forma de demonstrar “o reconhecimento por ter sido sua senhoria, em 1908, o fundador do ensino normal no Rio Grande do Norte e tendo ainda presidido a solenidade de diplomação da primeira turma de professores em 1910” (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1943a, p. 24).

Além da Congregação dos Lentes, fizeram-se presentes à solenidade o Interventor Federal interino – Aldo Fernandes –, o Diretor Geral do Departamento de Educação – o prof. Antônio Gomes da Rocha Fagundes –, alunas e alunos, autoridades, militares, eclesiásticos do estado e membros da primeira turma de diplomados da Escola Normal de 1910. Muitos deles já haviam cravado seus nomes na história da educação norte-rio-grandense por suas atuações no magistério durante décadas.

Tratava-se de um momento festivo, e como tal procedeu-se ao ritual esperado para uma solenidade daquela natureza, na qual os discursos tomaram espaços significativos, sobretudo, nas palavras lisonjeiras do professor Nestor dos Santos Lima, orador oficial da cerimônia, que relembrou os tempos difíceis e os esforços empenhados pelo homenageado para reorganizar os ensinos primário e normal do estado, quando em 1908 lhe convocara para juntos comandarem o processo de consolidação do ensino normal no estado potiguar. Chegado o momento de o homenageado se pronunciar, emitiu “conceitos e elogios aos governos que lhes sucederam e ao progresso que constatou com a visita ao Estado” (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1943a, p. 24).

Nessa sessão especial, não se abordou a crise por que passava a Escola Normal, pois na ata não há registro dos problemas ali vivenciados, sobretudo da redução progressiva na frequência, depois de mais de três décadas de pleno funcionamento, cuja existência era motivo de orgulho para os norte-rio-grandenses. A única formanda daquele ano leu, desenvolta, um discurso sobre a história da Escola Normal.

De certo modo, a solenidade se revestiu de um espírito nostálgico ao rememorar os primeiros passos para a instalação da Escola Normal de Natal, as dificuldades, expectativas e as perspectivas, ressaltando também o prestígio que esta instituição alcançou nessas décadas de efetivo trabalho pedagógico. Pode ser entendido como um momento simbólico e de reafirmação da Escola Normal, útil para a superação dos desafios impostos pela nova legislação.

A Escola Normal de Natal, a APRN e a validade nacional dos diplomas do ensino normal

Até a fundação do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Norte, a Associação dos Professores do Rio Grande do Norte (APRN) era o único órgão de agremiação de professores do estado. Criada em 04 de dezembro de 1920, mobilizada principalmente por força dos professores da Escola Normal de Natal e do Atheneu Norte-rio-grandense, passou a polarizar e irradiar os debates de maior destaque na educação potiguar. A partir de então, a APRN passou a alavancar as discussões resultantes das inquietações dos professores, sobretudo os da Escola Normal de Natal, e disseminá-las entre docentes norte-rio-grandenses, bem como estimular discussões que estivessem na pauta dos debates educacionais do país. Apesar da existência do sindicato, a APRN continuou a ser a maior representação docente, destacando-se na década de 1930 na luta pela unificação do ensino normal e pelo reconhecimento dos diplomas das normalistas entre os estados brasileiros.

No que se refere ao sindicato dos professores do Rio Grande do Norte, este foi criado no cerne das medidas centralizadoras adotadas pelo Governo Vargas que alcançaram praticamente todas as esferas da sociedade nacional. No seio desse movimento de reestruturação da sociedade brasileira, e na consolidação do estado burguês altamente intervencionista, surge no Brasil a legislação sindical, pensada e elaborada pelo governo central não somente para garantir os direitos dos trabalhadores, mas também como forma de controlar as organizações sindicais e coibir as agremiações de trabalhadores não oficiais. Do ponto de vista de Ferreira (1997, p. 20), tal projeto “revela a ambiguidade de que é portador ao reconhecer as demandas históricas dos trabalhadores, incorporando-as como cidadãos ao mesmo tempo em que definiu os limites institucionais de suas ações, através do decreto de sindicalização”.

A Legislação de sindicalização e o Decreto nº 19.770, empreendidos nos moldes do Governo Vargas, difundidos por um aparato propagandístico ofensivo, não demoraram a penetrar nas instituições estaduais e ganhar adeptos em todo o país. Tal projeto repercutiu de forma diferente nas instituições ao provocar resistências, adesões ou indiferença. Nesse sentido, Ferreira (1997, p. 161) afirma que

as organizações livres e autônomas recebem o impacto do Decreto de sindicalização e buscam respostas para o controle e a burocratização que o decreto traz embutido; os sindicatos passam de figuras de direito privado para figuras de direito público, integrados ao aparelho de Estado; as influências ideológicas sofrem um rearranjo à medida que os comunistas elegem o movimento sindical como campo prioritário de atuação. [...] por outro lado, o Estado busca harmonizar o capital e o trabalho na tentativa de anular o conteúdo de violência implícita na relação.

Historicamente, a relação trabalho-capital foi marcada por fortes conflitos. Os grupos com tradição no movimento sindical não demoraram a perceber a ambiguidade de intenções embutida no projeto, ou seja, o propósito do governo central em controlar e calar o conflito de classe emergente, próprio de uma sociedade dividida em classes. Por outro lado, o projeto de sindicalização obteve boa aceitação entre algumas categorias, a maior parte ainda não sindicalizada no interior dos estados. Particularmente, os professores do Rio Grande do Norte até então não tinham organização sindical.

A APRN não foi uma instituição criada com o fim de questionar ou se contrapor à política governamental. Ao contrário, surgiu no seio de instituições estaduais e caminhava lado a lado com a política social empreendida pelo governo do estado. Segundo Duarte (1985, p. 24), na APRN “eram expressamente proibidas as discussões políticas religiosas, pois ela nada tem que ver com qualquer movimento que não se relacione com seus próprios fins e objetivos”, e entre os seus propósitos não se inseriam os questionamentos relacionados à política pública educacional do estado. Essa agremiação se destacou pelo combate ao analfabetismo e, especialmente, pela defesa da valorização do magistério, dos professores, além da melhoria da instrução, da educação da mulher e das lições cívicas (DUARTE, 1985). É perceptível que a preocupação incidia em trabalhar temas relacionados à formação moral e comportamental, difundidas por meio da *Revista Pedagogium*.

Parece conveniente afirmar que esta entidade foi pensada e criada para auxiliar na validação das propostas educacionais, partilhando dos programas do governo, à medida que os agremiados mantinham aproximação com os políticos. Entretanto, a “Associação apresentava-se como apartidária. [...] procurava evitar qualquer atrito com os representantes do poder público, razão pela qual os militantes ponderavam na hora de fazer críticas à omissão do Estado, diante dos problemas educacionais” (CAVALCANTE, 1999, p. 68).

Trata-se então de identificar a interseção entre o projeto sindical do RN, a APRN e o ensino normal de Natal. Ora, se a Associação partilhava das políticas sociais empreendidas pelo governo, endossou de imediato o projeto de sindicalização do governo federal, providenciando, inclusive, a criação do sindicato dos professores do Rio Grande do Norte, que se deu no seio da APRN, e, consequentemente, da Escola Normal de Natal, considerando a relação intrincada entre essas instituições, uma vez que o Diretor da Escola Normal de Natal era membro da Presidência de Honra da Associação (CAVALCANTE, 1999)¹³.

Inserida em um contexto de forte controle das instituições culturais e educacionais por parte do estado, a APRN intermediou a criação do sindicato dos professores do Rio Grande do Norte nos moldes da legislação federal. De outubro a dezembro de 1932, foi o período necessário para a formação da comissão e a elaboração do anteprojeto que, com o apoio do Interventor Federal e do Diretor Geral do Departamento de Educação, possibilitou a fundação do Sindicato dos Professores em 08 de dezembro do mesmo ano por total iniciativa da APRN (DUARTE, 1985). Esse sindicato, forjado nos moldes do governo federal, não teve atuação de relevo, nem postura crítica frente ao poder político, considerando que não foram encontrados registros ou estudos da sua atuação no decorrer da década de 1930, sendo provável que tenha seguido a política da APRN. Portanto, a Associação dos Professores continuou a ser a maior representação dos docentes do estado e, como tal, encabeçava os debates educacionais. Nesse sentido, destaca-se a luta pela validade dos diplomas do ensino normal no âmbito nacional.

É sabido que desde o contexto imperial, com a instituição do Ato Adicional de 1834, prevaleceu a descentralização da instrução no Brasil. Assim, desde a criação das primeiras escolas normais, ainda no Império, estas funcionavam conforme as condições e as vicissitudes das administrações provinciais. A mudança do regime político brasileiro em 1889 não modificou tal situação, pois a Constituição Republicana de 24 de fevereiro de 1891 confirmou a descentralização do ensino já existente, trazendo embutida a dualidade do ensino, um signo da educação brasileira na Primeira República. Desse modo, cabia exclusivamente à União legislar sobre o ensino superior na capital da República e aos “estados se permitia organizar os sistemas escolares, completos” (RIBEIRO, 1998, p. 71).

Como se pode perceber, foi atribuída a cada estado a responsabilidade de promover e organizar os sistemas de ensino, sem nenhuma preocupação com a unidade organizacional ou metodológica do ensino em nível nacional. Assim, os

13 A Presidência de Honra da APRN era composta por quatro membros, o presidente e três vice-presidentes, respectivamente: o Governador do Estado, o Diretor Geral da Instrução Pública, e os Diretores da Escola Normal de Natal e do Atheneu Norte-rio-grandense (CAVALCANTE, 1999).

ensinos primário e normal foram seriamente marcados pela ausência de uma política nacional que promovesse ou normatizasse os sistemas de ensino.

A descentralização do ensino sofreu os efeitos das diferenças econômicas e administrativas, além de aprofundar a discrepância no desenvolvimento educacional dos estados. Em decorrência disso, surgiu um movimento que reclamava ao governo central a unificação do ensino normal e o reconhecimento de seus diplomas em todo o país, inspirado no movimento nacionalista que fazia a defesa da unidade nacional.

As discussões pertinentes à organização e à uniformização do ensino normal no país marcaram toda a década de 1920 e tomaram maior dimensão na Conferência Interestadual de Ensino Primário, realizada pelo Governo Federal em 1921, na qual foram discutidos inúmeros projetos em trâmite no Congresso Nacional e nas Conferências Nacionais de Educação promovidas pela Associação Brasileira de Educação no final dos anos 1920 (TANURI, 2000).

Muitas das reformas reclamadas na década de 1920, especialmente as referentes à saúde e à educação pública, só se efetivaram na década de 1930 em decorrência das mudanças políticas instituídas pelo Governo Vargas com a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930. A nacionalização já se fazia presente nos ensinos secundário e comercial em 1931, por meio da reforma Francisco Campos que instituiu também o Estatuto das Universidades Brasileiras (AZEVEDO, 1963). Tais reformas contemplaram apenas os ensinos secundário e superior, e deixaram de incluir os ensinos primário e normal, que continuaram a seguir organização específica em cada estado.

O movimento em prol da validade dos diplomas do ensino normal se configurou em uma causa abraçada também pelos intelectuais norte-rio-grandenses, ligados ao ensino normal e representados pela APRN, os quais propugnavam a unificação do magistério nacional, e, como consequência, a validade dos diplomas das escolas normais entre as diferentes unidades federativas. Para Nestor dos Santos Lima, o então Diretor da Escola Normal de Natal e membro da presidência da APRN,

a tese é simples reduz a reconhecer a validade dos diplomas expedidos pelas Escolas Normais dos Estados Brasileiros, dentro do território dos outros Estados e para o gozo das prerrogativas inerentes ao professorado oficial, mediante a prova cabal da sua suficiência técnica (LIMA, 1923b, p. 5).

A reivindicação empreendida consistia na aceitação de que um professor formado em qualquer estado da federação, após o exame de aptidão pedagógica, realizado pela Escola Normal, pudesse atuar no magistério com as mesmas prerrogativas do professorado daquele estado, onde se propunha a se dedicar. Lima, N. (1923b) acrescentou que o reconhecimento de diplomas para outros profissionais

já se fazia presente no Rio Grande do Norte em várias situações, como os títulos adquiridos no exterior, os diplomas de profissionais de diversas áreas formados em faculdades superiores, tanto as federais, como as estaduais, equiparadas ou não. Sendo estes isentos de qualquer exame para provar a sua capacidade.

Daí o empenho dos professores em conseguir a extensão deste direito ao magistério primário, pois sentiam-se subjugados em relação aos outros profissionais e viam-se prejudicados pelo isolamento político entre os estados. Assim explicita Lima (1923b, p. 7-8):

não posso admitir que só o professorado, que hoje em dia é formado cuidadosamente e, com franqueza, num regimen muito mais apertado, sério e moralizado do que nossas Escolas Superiores, cause medo e seja temido na invasão das cadeiras de ensino primário dos Estados, deixando em situação crítica os professores aí diplomados.

Os intelectuais, em específico os professores da Escola Normal, representados pela APRN, empenharam-se na luta pela validade dos diplomas das escolas normais interestaduais em toda a década de 1920. Propugnavam uma reforma do ensino normal, com currículo equiparado, inspirada no espírito de nacionalidade predominante daquela década, sendo, portanto, uma reivindicação também de outros estados brasileiros.

Mas o Governo Federal não implementou, até o final da Primeira República, nenhuma ação normalizadora ou financiadora destinada aos ensinos normal e primário, de modo que estes níveis continuaram a funcionar de forma desarticulada entre os estados. Entretanto, as primeiras iniciativas de unificação do ensino normal no país só foram vislumbradas no decorrer da década de 1930, decorrentes das injunções do projeto de centralização do Governo Vargas, que agia nos estados por intermédio dos seus interventores.

No estado potiguar, a primeira medida a fim de reconhecer a validade dos diplomas das escolas normais dos outros estados da federação só ocorreu em 1932, durante a interventoria de Bertino Dutra, por meio do Decreto Estadual nº 337 (Art. 1º), ao determinar que “ficam considerados válidos no Rio Grande do Norte os diplomas de normalistas conferidos pelas Escolas Normais Oficiais dos Estados e do Distrito Federal” (RIO GRANDE DO NORTE, 1932a, p. 128). A essa altura, alguns estados, como Pará, Piauí, Ceará e Paraíba, já tinham feito o tal reconhecimento. O referido documento alega ainda que essa medida tinha a finalidade de ajustar o ensino normal do estado potiguar ao espírito liberal do momento, concorrendo para a unificação do ensino do país.

É possível perceber que a unificação que se obteve em 1932 se caracterizou em uma medida de ajuste do ensino normal à política centralizadora do governo federal, não implicando em uma conquista ou na valorização do ensino normal e da profissão docente, que nesse período histórico já era predominantemente feminina.

A Escola Normal de Natal e suas conexões com a educação feminina

A Escola Normal de Natal já inicia o ano de 1908 com uma frequência predominantemente feminina, implicada no processo que ficou conhecido como “feminização do magistério”, ou seja, a ocupação majoritária das mulheres nos cursos normais, e também no Magistério Primário público. Este educandário já iniciou suas atividades sob o efeito da feminização progressiva do ensino normal, a observar pela primeira turma em que se formaram apenas 7 rapazes *versus* vinte 20 moças.

Nessa direção, Silva (2002), Louro (1997a) e Almeida (1998) afirmam que esse processo está intrinsecamente ligado à expansão do ensino primário público e, simultaneamente, à luta das mulheres pela instrução no intuito de se estabelecerem profissionalmente e ingressarem no mercado de trabalho. Um processo rápido, embora subordinado a princípios conservadores e controlado pelo sexo masculino, que monopolizava as instâncias administrativas da sociedade brasileira.

Por isso, ao se debruçar sobre o estudo do ensino normal, tornou-se inevitável abordar o processo de feminização por que passou o exercício do magistério e, em consequência, a formação docente. Nesse percurso, estão implicados determinantes políticos e culturais que se construíram sorrateiramente ao longo dos anos e, por isso mesmo, são suscetíveis a uma explicação histórica.

Sendo o Brasil um país caracterizado por uma sociedade patriarcal, na qual o papel da mulher era zelar pela harmonia do lar, eram-lhe atribuídas funções como a procriação, a educação dos filhos e o que mais se referisse às tarefas domésticas. Era subjugado o potencial intelectual feminino, bem como sua capacidade de intervenção no espaço público.

No final do século XIX, acentuam-se as discussões sobre a atuação da mulher na sociedade, associado a isso se deu um aumento do número de meninas que ocupavam os bancos escolares. Essa foi uma tendência mundial, mas chegou ao Brasil mais tarde, principalmente no estado do Rio Grande do Norte. De forma que na última década do século XIX, entre a população escolar do nosso estado, 37% era feminina (STAMATTO, 1996). A urbanização contribuiu para maiores contatos das mulheres com as atividades culturais em contraponto à rigidez da sociedade patriarcal, que aos poucos cedia espaço para a atuação feminina no setor público.

A princípio, as mulheres lutaram pelo acesso à instrução, em seguida se viram diante da possibilidade de assumir um trabalho remunerado fora do reduto doméstico, encontrando, no ensino normal e, em consequência, no magistério primário, um espaço de trabalho possível em um terreno que antes era dominado por homens. No início do século XX, já se constatava certo incentivo às mulheres quanto ao exercício do magistério, justificado por estas possuírem o instinto

maternal que lhes era natural. Associou-se a isso a ideia de que a escola seria o prolongamento de suas funções como mãe e educadora, uma vez que já desempenhavam tais tarefas no âmbito doméstico. Nesse sentido, o magistério era uma profissão que permitia a conciliação do trabalho com as tarefas caseiras e até mesmo fortalecia essa cultura, por meio de matérias destinadas para a formação dessas habilidades, por exemplo, a matéria Economia e Artes Domésticas, que se fez presente no currículo da Escola Normal de Natal desde 1916.

A feminização do magistério tem levado os estudiosos a várias interpretações, apontando inclusive os aspectos negativos desse fenômeno, como, por exemplo, a incorporação por parte da escola da ideologia da domesticidade e da submissão feminina. Outros estudiosos mais pessimistas estabelecem uma relação direta entre a feminização e a queda do nível de qualidade do ensino. Junto a esse fato, demonstrou-se por meio de pesquisas estatísticas que as mulheres, apesar da grande maioria, passaram a ocupar funções hierarquicamente inferiores dentro do sistema de educação (CATANI, 1997).

Outros defendem a tese de que a feminização do magistério provocou a queda não só do conhecimento, mas também dos salários, tal como denuncia Tanuri (2000, p. 67), ao afirmar que “a feminização precoce do magistério tem sido responsabilizada pelo desprestígio social e pelos baixos salários da profissão”. Seguindo essa linha de pensamento, entende-se que a desvalorização econômica e social do magistério não esteve ligada a um processo natural e inevitável, mas foi o “resultado de escolhas e decisões políticas, optando por associar o magistério e a formação docente, ao menosprezo pelo feminino, não exposto no discurso, mas manifestado na prática de salários irrisórios” (CATANI, 1997, p. 26).

Concernente à feminização do magistério, há quem atribua este fator à manutenção da dimensão missionária do magistério, pois

a feminização do corpo docente primário – fenômeno que, apesar das especificidades de cada país, pode ser claramente percebido no conjunto das sociedades ocidentais a partir de meados do século XIX – contribuiu para uma desvalorização relativa da profissão. Esta tendência é favorecida pela não discriminação entre salários masculinos e feminino: historicamente, apesar de algumas exceções, a atividade docente é um dos primeiros domínios em que as mulheres obtiveram os mesmos privilégios econômicos que os homens, o que de um ponto de vista sociológico é significativo, pois em alguns decênios o ensino primário vai se tornar um domínio majoritariamente feminino, mas coloca obstáculos à ação dos docentes com vista à melhoria de seu estatuto econômico e social, pois que o salário de mulher é visto como uma espécie de renda suplementar [...] e porque a situação que as mulheres ocupam na hierarquia social é mais determinada pela posição de seus maridos que por sua atividade profissional (NÓVOA, 1991 apud PIMENTA, 1997, p. 32).

Não se pode deixar de observar que antes mesmo das mulheres predominarem na profissão docente, este ofício já era castigado pela má remuneração, o que

contribuiu para que os homens o abandonassem e procurassem alternativas para poder prover as necessidades da família. A evasão dos homens pode ter contribuído para a invasão das mulheres no universo da docência, seja na condição de aluna das escolas normais, ou de professora primária, ficando o magistério rotulado como profissão para mulher.

Com base em pesquisas estatísticas, constatou-se que a feminização do magistério coincidiu com a queda da qualidade das escolas normais femininas e “as mulheres ocuparam o reduto da educação pelos postos mais baixos da hierarquia do sistema” (CATANI, 1997, p. 26). A exemplo da própria Escola Normal de Natal (1940d) que se configurava na época como um reduto de intelectuais do estado, já que todos os diretores até então eram homens, e o seu quadro docente era predominantemente masculino. Em um universo de quinze, apenas seis eram mulheres, entre essas professoras, no mínimo duas eram destinadas para o ensino de cânticos infantis e de economia doméstica. Enquanto que outros setores da educação, como o ensino primário, eram totalmente dominados pelo trabalho feminino.

Esse quadro se configurou em nível nacional, indicando que o magistério feminino surgiu como uma alternativa para ocupar as cadeiras vazias no exercício do magistério primário, uma vez que houve uma efetiva evasão dos rapazes tanto nas escolas normais, quanto nas salas de aula, especificamente do ensino primário.

No Rio Grande do Norte, por volta dos anos 1930, tornou-se quase uma raridade alunos do sexo masculino na Escola Normal de Natal, causando preocupação às autoridades estaduais, expressa em mensagem governamental:

o nosso magistério vem sofrendo uma verdadeira crise relativamente ao elemento masculino. Nas Escolas Normais de Natal e Mossoró grande é o número de alunas, ao passo que o número de aluno é sempre diminuto. Turmas há que se diplomam sem que haja um rapaz sequer e, entretanto, estamos observando que o ensino publico não se pode privar da cooperação do elemento masculino, pois a pratica nos tem demonstrado que, nos estabelecimentos dirigidos por homem, a atuação sobre o meio é muito mais intensa do que nos dirigidos por senhoras. Os rapazes que se diplomam não se demoram muito, em procurar um outro meio de vida, que melhor lhes garanta o conforto seu e de sua família, e isto porque, sendo o professor um elemento de representação no meio em que vive, não pode sustentar-se acompanhado dessa representação, com os vencimentos que atualmente recebe. Infelizmente a situação financeira do Estado, atualmente não nos permite falar em qualquer aumento de despesa (RIO GRANDE DO NORTE, MENSAGEM, 1930c, p. 57).

É importante observar a simbologia na mensagem governamental. Primeiro, faz alusão ao homem como sujeito mais competente que a mulher. Segundo, ressalta a importância da presença dele nos cargos de comando. Concomitante a isso, o próprio governador justifica não ser possível a permanência do elemento masculino no magistério, porque os baixos salários não compensavam o seu trabalho. Salários que eram pagos às professoras sem maior constrangimento, nem

expectativa de melhoramento. Assim, o recrudescimento no número de mulheres no universo educacional ocorreu mais intensamente no aspecto quantitativo, pois na prática eram submetidas a exercer funções subordinadas aos homens, que em geral assumiam os cargos de comando.

Incorporou-se socialmente uma representação do ensino normal como veículo de educação feminina. Uma vez estigmatizado como tal, foram-lhe inseridos atributos específicos relacionados com a formação moral em prejuízo do desenvolvimento intelectual e profissional. A correlação estabelecida entre o ensino normal e a educação feminina foi resguardada no currículo por meio de disciplinas que aprimoravam aspectos considerados adequados ao comportamento feminino, tais como o instinto maternal, as boas maneiras, as prendas domésticas, a aceitação da vigilância, a obediência, o cuidado com a aparência, a abnegação, o recatamento e a disciplina.

Conformar as alunas dentro dos dispositivos regulamentares era imprescindível para o bom funcionamento da escola. Entretanto, é preciso considerar também que as normas vão sendo modificadas diante das resistências, e por vezes causam situações de tensão entre o novo e velho.

O cultivo de habilidades consideradas pertinentes ao ser feminino possivelmente contribuiu para a fragilidade da formação intelectual das normalistas, fortalecendo, assim, o regime de submissão a que foi submetida a mulher, imprimindo-lhe o espírito de obediência que estas deveriam manifestar tanto no âmbito doméstico, quanto na vida pública. Quanto a isso, Catani (1997, p. 28) ressalta que as mulheres

educadas dentro e fora da escola para serem submissas – era-lhes natural a percepção do conhecimento como algo exterior a si mesmas, algo fora do seu alcance pela representação de si e da própria formação como limitada – a ideia era que o saber emanava do livro, do diretor, do topo da pirâmide acadêmica ou administrativa – de resto era desperdício conhecer verdadeiramente para se ensinar crianças.

Imbuídas em uma cultura que supervaloriza a capacidade intelectual do elemento masculino, as mulheres desde cedo eram submetidas às funções subalternas em casa, na sociedade ou no trabalho. A título de ilustração, destaca-se uma ocorrência na Escola Normal que não diz respeito à docência, mas às condições de inferioridade a que eram relegadas as mulheres. O relatório registra que a Escola Normal sempre manteve uma “mulher servente, encarregada de serviços subalternos, tais como limpezas de gabinetes sanitários. Com a aposentadoria da funcionária, entrou esta escola em crise, [...], de vez que os servidores contínuos se sentem diminuídos com tal gênero de trabalho” (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1944, p. 82).

Nas variadas ocupações funcionais, é possível constatar a desvalorização do trabalho feminino. A ideologia que consubstanciou a feminização do magistério perpassou e fundamentou também a formação docente. Os cursos normais se

tornaram escolas para mulheres, intensificando e reafirmando costumes conservadores. Tanto que se mantinha nesses cursos uma vigilância permanente sobre as jovens normalistas,

muitas delas atraídas para o magistério por necessidade, outras por ambicionarem ir além dos tradicionais espaços sociais e intelectuais, seriam também cercadas por restrições e cuidados para que sua profissionalização não se chocasse com sua feminilidade (LOURO, 1997b, p. 453).

A feminização do magistério e dos cursos de formação docente se consolidou a partir dos anos de 1930, impulsionada pela expansão do ensino primário, advinda das mudanças políticas, econômicas e sociais. Nesse contexto, as escolas normais passaram a ser frequentadas, principalmente, pelas mulheres da classe média. Alguns estudiosos, como Pimenta (1997, p. 33), chegam a afirmar que “a finalidade real [das Escolas Normais] era preparar para o desempenho do papel social de esposas e mães de famílias”.

A autora assume uma posição extremista ao asseverar que a formação docente ocupou um papel secundário nas escolas normais. Todavia, há de se considerar que estas instituições certamente tiveram papel importante para a formação profissional de moças de várias gerações, embora a sua prática tenha sido pautada por valores conservadores. Nessa perspectiva, articulava-se no trabalho docente o aspecto missionário, as atribuições do cuidar e o devotamento como um conjunto de características que representavam as/os normalistas, conforme expôs o Diretor Clementino Câmara em relatório da Escola Normal de Natal (1938e, p. 25) sobre as/os formandas/os de 1938:

são novos elementos que se dispõem a cerrar as fileiras com toda essa plêiade de abnegados professores, obscuros trabalhadores, que militam em prol da desanalfabetização do povo do Rio Grande do Norte, de onde redundará o seu engrandecimento e bem assim deste Brasil imenso, justo orgulhoso de todos nós.

A Escola Normal de Natal desde a sua origem foi marcada pela predominância das mulheres, portanto, já nasceu sob o efeito da feminização e, por isso, preocupou-se em moldar comportamentos femininos por meio de variados instrumentos: os regulamentos, o currículo, as normas, os exames, o uniforme, a estrutura do prédio, enfim, um conjunto de elementos constituintes de uma rotina disciplinadora do corpo e da mente.

Presume-se que, mesmo dentro de uma visão conservadora sobre o papel social da mulher, as escolas normais tinham entre seus propósitos formar a professora eficiente que assumisse o ofício como sacerdócio, conciliando-o com as tarefas domésticas. Portanto, não se opôs à sociedade patriarcal, porém constituiu-se em um caminho para a mulher chegar a atuar no mercado de trabalho e vislumbrar novos horizontes.

O peso do atraso sobre a insígnia do moderno: uma escola sem edifício, um corpo sem face

A Escola Normal de Natal, fundada em 1908, traduziu-se em uma iniciativa acertada depois de várias tentativas frustradas de se instituir o ensino normal no estado potiguar. O processo de criação das primeiras escolas normais no Brasil teve início ainda no Império e consolidou-se durante a Primeira República, conforme já foi mencionado. É sabido que até o final do século XIX eram poucos os registros de prédios escolares adequados para o ensino.

No Rio Grande do Norte, a falta de estabelecimentos escolares era ainda mais grave. No início do século XX (1908), foi instalada a Escola Normal de Natal como anexo em um dos salões do Atheneu Norte-rio-grandense, situado na Avenida Junqueira Aires no Bairro da Ribeira, o centro socioeconômico e cultural da cidade de Natal no início do século, como afirmou Cascudo (1999, p. 198), ao dizer que “hospedou-se no Atheneu até 31 de dezembro de 1910”. Essa instituição permaneceu por muito tempo sem dispor de um prédio próprio, tornando-se *nômade* devido às recorrentes mudanças a que foi submetida durante sua trajetória por mais de cinco décadas seguidas.

A Escola Normal de Natal permaneceu como anexo do Atheneu Norte-rio-grandense no período de 1908 a 1910. Todavia, o seu funcionamento neste estabelecimento ficou inviável em decorrência do aumento da demanda de mais uma sala a cada ano, para acomodar as/os alunas/os que se matriculavam na primeira série.

Outro fator a se considerar é que a Escola Normal ficava desintegrada do Grupo Escolar Modelo Augusto Severo, onde as normalistas realizavam a prática pedagógica, dificultando com isso o trabalho das/os discentes e docentes. Nessas condições, a Escola Normal de Natal permaneceu no prédio do Atheneu durante dois anos, mudando-se para o edifício do Grupo Escolar Augusto Severo em 31 de dezembro de 1910, face ao início das aulas de prática pedagógica no ano seguinte (1911).

No prédio do Grupo Escolar Augusto Severo, a Escola Normal de Natal funcionou de 1911 até 1937, ininterruptamente, por vinte e seis anos. A partir de 1911, concentraram-se nesse edifício três instituições que integravam o cenário da moderna educação propagada pelo discurso educacional no início do século XX: o Jardim de Infância Modelo, o Grupo Escolar Modelo¹⁴ e a Escola Normal de Natal.

14 O Grupo Escolar Augusto Severo foi convertido em Escola Modelo anexa à Escola Normal de Natal pelo Decreto 198, de 10 maio de 1909 (CASCUDO, 1999).

Imagem 1 – Grupo Escolar Augusto Severo, sede da Escola Normal de Natal nos períodos de 1911-1937 e 1942-1953



Fonte: acervo particular de Ana Zélia Maria Moreira (Cedida em 2007)

Fisicamente, a escola de formação de professoras do ensino primário se conjugava aos locais de realização da prática pedagógica. O curso primário funcionava no horário matutino, o curso normal, no vespertino, das 13h30 às 17h30. Em 1914, foi ali instalada a Escola Isolada Noturna (CASCUDO, 1999).

O edifício do Grupo Escolar Augusto Severo se aproximava do padrão dos demais prédios públicos implantados na época, caracterizados pela utilização de materiais nobres nos tijolos, tendo nas fachadas ornamentos e técnicas importadas da Europa (MOREIRA, 2005).

A edificação e a criação dos Grupos Escolares no início do século XX passaram a simbolizar a capacidade dos diferentes estados em investir na modernização do ensino. O discurso modernizador circulou nos quatro cantos do país, radicando-se nas culturas locais, no período entre o final do século XIX e o início do século XX. A partir daí, uma moderna arquitetura escolar pública começou a ser gestada, aliando os contornos do espaço físico às concepções pedagógicas e às finalidades atribuídas à escola primária moderna, como resultado de um processo que atingiu outras cidades no Brasil e no mundo (AQUINO, 2007; SAVIANI, 2008; SOUZA, 1998).

A transferência da Escola Normal de Natal para o prédio do Grupo Escolar Augusto Severo remediou a situação, mas não resolveu os problemas demandados pela escola para o bom desempenho de suas atividades, sobretudo aqueles mais urgentes: a insuficiência de salas de aula, a falta de biblioteca, laboratório de química e física, entre outros. Com o progressivo aumento da matrícula anualmente, revelava-se a inviabilidade de a Escola Normal permanecer naquele estabelecimento.

Essa situação se agravou em 1937, quando inevitavelmente a escola passou por mais uma mudança ao ser transferida para o edifício onde já funcionava o Grupo Escolar Antônio de Sousa, assim confirmada em mensagem governamental (RIO GRANDE DO NORTE, 1937d, p. 65): “a Escola Normal de Natal, obteve tão excessiva matrícula no primeiro ano que motivou a sua mudança para o Grupo Escolar Antônio de Sousa. Era insuportável o seu funcionamento no Grupo Escolar Augusto Severo”.

Esse prédio inaugurado a 12 de maio de 1923 era situado no bairro de Tirol, na rua Jundiaí nº 641, e pertencia à Associação de Professores do Rio Grande do Norte. Planejado para sediar o Grupo Escolar Antônio de Souza e a APRN, dispunha de seis salões com diferentes dimensões, foi cedido gratuitamente ao Governo do Estado (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1940d). Fazia fronteira com Petrópolis, compondo a chamada cidade nova. “Assim como a sede da associação dos professores, [...] deu ensejo a instalar-se a Escola Normal em prédio mais amplo, isolado e de boas condições de higiene, situado no salubre bairro de Tyrol” (RIO GRANDE DO NORTE, MENSAGEM, 1937d, p. 65).

Imagem 2 - Grupo Escolar Antônio de Souza - Sede da Escola Normal de Natal (1937-1941), [192-?]



Fonte: imagem cedida pela Fundação José Augusto (2006)

Assim como o Grupo Escolar Augusto Severo, a edificação do Grupo Escolar Antônio de Souza demonstra traços inspirados na arquitetura escolar de estilo Neoclássico, uma predominância nacional, cuja tendência estilística se difundiu entremeada à difusão das teorias da Escola Nova em que os seus idealizadores se esforçavam para avançar e demarcar o espaço escolar, contrapondo-se à Escola Tradicional ou à Pedagogia Tradicional (AQUINO, 2007).

Era premente a necessidade da edificação do prédio da Escola Normal de Natal, mas o Governador Rafael Fernandes argumentou ser impossível tal empreitada naquele momento. Sob o pretexto da falta de recursos, tentava dissimular o que na realidade consistia em descaso.

Seguindo o itinerário da Escola Normal de Natal, são perceptíveis as dificuldades por que passava essa instituição para se manter funcionando regularmente, considerando que, em menos de três décadas de atividades, já havia sido instalada em três lugares diferentes. Isso caracteriza o descaso e a ausência de política pública estadual destinada à formação docente. Haja vista que a Escola Normal de Natal era referência cultural para o estado, não houve, por parte deste, interesse em unir esforços para edificar a sua sede.

Por outro lado, identificamos no decorrer da trajetória da Escola Normal de Natal iniciativas com vistas à edificação de seu prédio. Algumas coincidiam com a época em que a escola passava pelo transtorno da mudança de um edifício para outro. Constatamos a primeira iniciativa em 1919, no Governo de Joaquim Ferreira Chaves, que em mensagem ao Congresso Legislativo informava o início da construção de um edifício próprio para a Escola Normal de Natal, “mas que foi obrigado a suspender, como outras obras, pela superveniência da seca” (RIO GRANDE DO NORTE, MENSAGEM, 1919, p. 16).

A outra iniciativa ocorreu em 1937, quando a Escola Normal teve um avultado número de alunos matriculados, fato que levou à tona essa necessidade de um espaço próprio, levando-a a integrar os projetos governamentais, conforme a Lei nº 116 de 1937, que autorizava o Governo do Estado “a abrir um crédito especial, limitado até 600\$000, necessário a construção de um prédio para a Escola Normal da capital” (RIO GRANDE DO NORTE, 1937c, p. 17).

Entretanto, houve apenas tentativas que não saíram do papel e, por isso mesmo, a Escola Normal de Natal continuou a funcionar de forma improvisada em edifícios inadequados e em precárias condições físicas. Era sentida também a carência de material didático e pedagógico, além das reduzidíssimas verbas destinadas à escola, o que dificultava a realização de ações mais simples até as mais complexas, conforme o relatório da Escola Normal de Natal (1938e, p. 26) para o Departamento de Educação:

a exígua verba destinada a pequenas despesas da Escola, mal deu para satisfazê-la, em virtude dos seguintes gastos: Reparos e retelhamento de todos os salões das aulas; concertos do órgão; aquisição de umas bobinas para as máquinas de costura; idem de duas lousas de madeira envernizada, idem de dois livros de canções para o Orfeão. Reparos na fossa. Concerto na máquina de escrever.

A pouca verba que a Escola recebia se dissolvia, na maioria das vezes, em concertos na estrutura física do prédio, causando prejuízo ao aspecto metodológico. Por outro lado, apesar das apelações do Diretor da Escola Normal ao Departamento de Educação, nada foi feito para sanar a situação e as péssimas condições físicas do prédio, que não deixavam de interferir no bom desempenho de professores e alunos da Escola, expressado ano a ano nos relatórios da instituição (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1940a, p. 35):

o edifício da Associação de Professores onde presentemente se acha funcionando a Escola, vem de há muito reclamando não só uma limpeza como condição higiênica, senão também alguns reparos de certa monta. Pequenos concertos foram feitos no teto por causa das fortes chuvas. Entretanto, há portais bichados, janelas desmanteladas a se estragarem mais ainda pela falta de conservação, ferrolhos enferrujados, bandeiras com vidros partidos, parede e assoalho sujos. Além disso a exterior ao edifício reclama caiação.

Chegaram os anos 1940, e a Escola Normal de Natal ainda não dispunha de prédio próprio, assim como não se tinha melhorado as condições do edifício onde se encontrava instalada. A situação se agravou de tal modo que o Diretor da Escola Normal, o professor Clementino Câmara, mandou um ofício especial para inteirar o Diretor do Departamento de Educação da real situação do prédio, ao mesmo tempo em que solicitava providências:

com as pesadíssimas chuvas do inverno deste ano, o salão desta escola no qual funciona o 4º ano apareceu com o ferro afastado da parede cerca de uns dois centímetros. Imediatamente mandei verificar por um perito mestre-de-obra, que verificou estarem duas tesouras com as pontas roladas, repousando sobre os caibros [...]. Sobre o telhado, opinou ele, fosse imediatamente retiradas todas as aulas, pois segundo afirmou, de um momento para outro, pode tudo desabar, mesmo sem chuva forte e ventania. Na iminência de um sério desastre que bem pode ser fatal a centenas de crianças e senhoritas, tanto da Escola Normal como da Seção do Atheneu, venho reclamar as mais urgentes medidas que o caso exige (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1940c, p. 42).

Todavia, chegou ao término o ano de 1940, e a situação se agravava sem ser reconhecida pelo poder público. O Diretor Clementino Câmara advertiu novamente:

são mais para não dizer péssimas as condições do prédio da Associação dos Professores, onde presentemente funciona a Escola Normal de Natal. Desde o teto até o piso tudo reclama reparo. Linhas roladas, paredes sujas, vidros das bandeiras quebradas a cair, como aconteceu certo dia ferindo na mão uma quartanista, ferrolhos e fechaduras a pedir substituição, portas reclamando pintura, gabinetes sanitário sem caixas de descarga, eis o estado do edifício, pelo que se

fazem necessários, urgentes reparos. Uma aberração é manter duas cadeiras: Uma de Pedagogia e outra de Higiene num prédio escolar em tal Estado, prestes à ruína (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1940e, p. 46).

A descrição da real situação do prédio do Grupo Escolar Antônio de Sousa, onde funcionava a Escola Normal de Natal em 1940, em nada se assemelhava ao que prescrevia o Art. nº 13 da Lei Orgânica do Ensino Estadual (nº 405 de 1916) a respeito da edificação e da manutenção dos estabelecimentos de ensino.

II - Haverá nos edifícios as aberturas necessárias para que as classes de alunos recebam a luz e o ar da maneira mais higiênica; III - Os edifícios serão pintados a cores neutras, de preferência o azul ou verde; IV - Cada sala de aula terá como dependência um vestiário guarnecido de cabides, para os alunos (RIO GRANDE DO NORTE, 1916, p. 41).

Constata-se, portanto, uma assimetria ao confrontar as condições do edifício em que funcionava a Escola Normal de Natal com o que prescrevia a legislação para os prédios escolares.

As considerações citadas possibilitam o acesso ao imaginário entre os salões daquele edifício, deteriorado, desgastado pelo tempo, marcado pelo abandono. Contrariamente a esse cenário de decadência, o ano de 1940 transcorreu em um clima festivo, no qual se registrou o maior número de formandas/os desde a existência da Escola. Em dezembro desse ano, ocorreu a solenidade de Colação de Grau de 80 professorandas/os, das/os quais 8 eram rapazes e 72 eram moças (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1940a). Mas o elevado número de formandos, associado às implicações da reforma de ensino de 1938, provocou um profundo esvaziamento de alunas e alunos na Escola Normal de Natal.

Nesse mesmo prédio (Grupo Escolar Antônio de Souza), repleto de problemas na sua estrutura física, como já foi evidenciado, a Escola Normal de Natal, a partir de 1940, passou a dividir o espaço com a seção feminina do Atheneu Niterói-grandense, que seguia as orientações do ensino secundário, tendo direção, professores e inspetores próprios (ESCOLA NORMAL DE NATAL, 1940d).

No início de 1941, deu-se o retorno da Escola Normal de Natal ao Grupo Escolar Augusto Severo, onde permaneceu até 1953. Isso decorreu com a finalidade de ceder o espaço do Grupo Escolar Antônio de Souza ao Atheneu feminino.

Embora a Escola Normal de Natal tenha sido exaltada desde a sua instituição como uma insígnia do moderno, carregou em sua trajetória o peso do atraso, uma escola sem edifício, um corpo sem face. Esse descaso com os prédios escolares públicos esteve presente na história da educação brasileira nos diferentes locais e regiões, como afirma Souza (1998, p. 154): “pedidos, queixas, reclamações faziam parte das negociações entre as escolas e o governo. Essa pauperização deve ser compreendida no campo de luta e representação dos profissionais do ensino primário e os órgãos do poder”.

O problema da falta de edifício adequado para a Escola Normal e o Atheneu Norte-rio-grandense, vivenciado por décadas seguidas, tornou-se quesito sempre presente nas mensagens governamentais, a exemplo da menção feita em 1936 por Rafael Fernandes:

o Atheneu Norte-Rio-Grandense, funcionando no seu velho edifício, mostra-se incapaz para o número elevado de alunos, 357. [...] A Escola Normal de Natal, instalada no mesmo prédio do Grupo Modelo Augusto Severo, precisa, como o Atheneu, de uma nova sede apta a conter a alta frequência de alunos que já excedem de 300 (RIO GRANDE DO NORTE, 1936b, p. 48).

Ambos os edifícios se mostravam impróprios e insuficientes para o elevado número de alunas/os matriculadas/os. As constantes mudanças de endereço da Escola Normal, juntamente com o remanejamento de alunos do Atheneu, requerem uma reflexão acerca dos arranjos e da distribuição dos espaços educativos no estado potiguar.

Nessa tessitura, questionam-se as circunstâncias que levaram a Escola Normal a sair do prédio do Grupo Escolar Augusto Severo em 1937, e aquelas que concorreram para que ela retornasse a este edifício em 1941. Ora, a partir de 1935 aumentou progressivamente a matrícula na Escola Normal, atingindo sua expressão máxima em 1937, de maneira que se tornou inviável a sua permanência no Augusto Severo.

Após 1938, em virtude da reforma do ensino normal, ocorreu o inverso, ou seja, houve um decréscimo progressivo na matrícula do ensino normal, tornando-se possível a Escola Normal voltar a se instalar no Grupo Augusto Severo. À medida que diminuía o número de alunos no ensino normal, aumentava excessivamente a matrícula do ensino curso secundário do Colégio Estadual do Atheneu, que em 1940 contava com 602 alunas/os, enquanto que a Escola Normal mantinha uma matrícula de 113 cursistas (RIO GRANDE DO NORTE, MENSAGEM, 1936b).

A partir de então, houve um recrudescimento progressivo no número de matrículas em todos os níveis de ensino, mesmo sem ter o nosso estado uma infraestrutura que atendesse a essa demanda. A incipiente expansão do ensino, com uma forte tendência a se solidificar, teve que enfrentar vários obstáculos, sendo um dos mais preocupantes a falta de espaço escolar para acomodar as/os discentes, ao lado da falta de professor qualificado.

A construção de um prédio para a Escola Normal de Natal foi um reclamo constante e repetido, submetendo sempre a direção, os professores, as professoras, as alunas e os alunos à árdua condição de esperar. Depreende-se, então, que o ensino normal foi afetado mais intensamente pela negligência da política educacional do estado.

E mesmo sendo a Escola Normal de Natal ostentada como uma referência cultural, não houve interesse do poder público em unir esforços para edificar

uma sede própria para o curso de formação de professoras primárias. Assim, na dimensão material, faltava o espaço escolar adequado, e, no imaginário, faltava a face daquela que seria a Escola Modelar de formação docente do estado potiguar.

Como se pode observar durante todo o contexto analisado (1908-1938), a Escola Normal de Natal funcionou em instalações improvisadas em vários prédios escolares. Somente em 1965 foi definitivamente instalada em prédio próprio, mediante a inauguração do Instituto de Educação Presidente Kennedy. Todavia, o desencadear do enredo impõe a necessidade de tecer algumas considerações sobre o percurso percorrido por esta instituição entre as décadas de 1940 a 1965. Evidentemente que aqui se trata de um breve esboço, ponderando-se que este tema já foi discutido de forma mais ampla em uma publicação que consistiu em uma continuidade e um aprofundamento a este estudo (AQUINO, 2007).

Prosseguindo no rasto do itinerário da Escola Normal de Natal, é possível ressaltar que somente em outubro 1946 se iniciou em Natal/RN a construção de um estabelecimento, cujas instalações passariam a acomodar as instituições de ensino modelares do estado, tais como o Atheneu e a Escola Normal de Natal sob a denominação de Instituto de Educação. Essa construção se conduziu por etapas intercaladas e longos períodos de paralisação, de maneira que se estendeu por um período de quase dez anos, sendo concluída em 1955, no último ano do Governo de Sylvio Piza Pedroza (RIO GRANDE DO NORTE, 1951).

Apesar da insuficiência e da precariedade dos edifícios escolares na capital do estado, era ali mesmo que se edificavam os prédios escolares modelos, conforme a tendência e o padrão de exigência de cada época. Geralmente, estes eram destinados àquele nível de ensino de maior valorização para a época, a exemplo dos Institutos de Educação que, a partir da metade da década de 1940, tornaram-se componentes dos discursos governamentais como símbolo da modernização e da inovação do ensino.

O monumental prédio em forma de X, edificado no elegante bairro de Petrópolis, era esperado há anos por discentes, docentes e pela sociedade natalense, conforme mensagem governamental, ali funcionaria o Instituto de Educação do Rio Grande do Norte¹⁵, que teria por finalidade unir os diversos cursos secundários desarticulados por vários edifícios, bem como acomodar a Escola Normal de Natal e o Jardim de Infância modelo (RIO GRANDE DO NORTE, 1952).

15 Mediante a inauguração deste prédio, passaram a funcionar nele a Escola Normal de Natal e o Colégio Atheneu Norte-rio-grandense. Mas, a partir de 1956, com a saída da Escola Normal de Natal, tornou-se exclusivamente destinado ao ensino ministrado pelo Colégio Atheneu até os dias atuais.

Considerando esses critérios, foi inaugurado na cidade de Natal o Instituto de Educação no dia 11 de março de 1954, pelo Governador Sylvio Piza Pedroza (INAUGURAÇÃO..., 1954). Fato amplamente divulgado pela imprensa local, que exaltava claramente a importância dessas instituições para o estado.

Contudo, a Escola Normal permaneceu nesse edifício por apenas dois anos (1954/1955), uma convivência marcada por conflitos diante da disputa pelo uso e pela gestão do espaço, pois, embora parecesse um colosso, o prédio se tornou insuficiente para duas instituições de tal porte. Nesse particular, Dona Chicuta Nolasco, a então Diretora da Escola Normal, ressalta que quando se deu a mudança, o Instituto de Educação fora absorvido pelo Atheneu Norte-rio-grandense. “O Instituto de Educação que era bom, nada. A escola Normal ocupou uma perninha do X” (FERNANDES, 1973, p. 130).

No princípio da década de 1950, deu-se o encontro dessa instituição com a professora Chicuta Nolasco, a qual, depois de assumir a direção da instituição, passou a protagonizar a luta por uma sede para a Escola Normal de Natal, ou melhor, para o Instituto de Educação.

Entre as contínuas tentativas de prover a Escola Normal de Natal de estabelecimento próprio, ocorreu a edificação do Instituto de Educação, que deveria compreender a Escola Normal de Natal e a Escola de Aplicação. Esse prédio foi inaugurado no último mês do mandato do Governador Sylvio Pedroza, em janeiro de 1956, situado no Bairro de Petrópolis em frente à Praça Pedro Velho, hoje Praça Cívica, onde atualmente funciona a Escola Estadual Anísio Teixeira.

O novo edifício ladeava o Jardim de Infância Modelo, que havia sido inaugurado em maio do ano de 1953, localizado na Avenida Prudente de Moraes, construído conforme “a planta do INEP, com todas as exigências técnicas e pedagógicas” (RIO GRANDE DO NORTE, MENSAGEM, 1954, p. 235). Já o prédio que passou a ser chamado de *o novo Instituto de Educação*, construído às pressas, em torno de um ano, foi entregue para uso com graves falhas de engenharia, faltando elementos básicos, como bebedouros, torneiras, além de apresentar problemas na estrutura, de infiltração, iluminação etc. (FERNANDES, 1973). Isso provavelmente era desfavorável a uma prática pedagógica técnico-racional preconizada pelas novas teorias.

Em condições adversas, a Escola Normal de Natal permaneceu nesse estabelecimento por quase uma década (1956-1965). Foi nele que se tornou, oficialmente, um Instituto de Educação por conveniência da reforma dos ensinos primário e normal do estado, em 1957. Mesmo passando por reparos e reformas de ampliação, alegava-se a falta de espaço no Instituto de Educação/Escola Normal de Natal, apontado desde a aula inaugural, agravando-se a cada ano (AQUINO, 2007).

A ausência de um espaço adequado com os requisitos e as dependências exigidas para o funcionamento de um Instituto de Educação, bem como os arranjos

e improvisos para o seu funcionamento, traduziram-se em recorrentes denúncias por parte da direção e dos professores do Instituto de Educação de Natal.

Em circunstâncias históricas e contextuais que extrapolam as pretensões deste estudo, a edificação do prédio, que decisivamente pôs fim às migrações da Escola Normal de Natal/Instituto de Educação de Natal, ocorreu durante o Governo Aluísio Alves (1961-1966) e foi inaugurado por ele no dia 22 de novembro de 1965 com a denominação de Instituto de Educação Presidente Kennedy, situado na Rua Jaguarari, Lagoa Nova. A construção se deu graças a um convênio firmado com a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), e a USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), obtendo financiamento da Aliança para o Progresso, e por isso se justifica a denominação “Instituto de Educação Presidente Kennedy”, atualmente conhecido como “Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy”.

Considerações finais

As elaborações então apresentadas compreendem uma narrativa historiográfica problematizada com o objetivo de construir/reconstituir a trajetória da Escola Normal de Natal desde sua instituição em 1908 até 1938, e as repercussões no início dos anos de 1940. Para a reconstrução histórica, se fez necessário transitar pelos caminhos da memória, solidificada nos registros e na cultura material desta, atentando que o passado não é conhecido na sua totalidade, mas é passível de ser entendido a partir da análise de suas partes.

Portanto, a análise da memória possibilitou a reconstituição histórica dessa instituição, considerando as práticas educativas e culturais ali realizadas e as inter-relações com o contexto sociopolítico, econômico e cultural em que foram desenvolvidas. Da mesma forma, foram refletidas as representações sedimentadas na trajetória dessa instituição, redefinindo-as como produto das práticas daquelas/es que faziam a escola.

A Escola Normal de Natal foi estabelecida no ano de 1908, em um momento histórico em que o poder público procurou inserir no contexto norte-rio-grandense elementos educativos já solidificados nas sociedades que experimentavam os efeitos da modernização. Nesse ano, foi criado o curso primário seriado e a Escola Normal de Natal, estabelecendo mecanismos normativos e de organização educacional inovadores para o ensino primário, ao mesmo tempo em que se instituiu e normatizou a escola oficial de formação de professores do estado potiguar. Acarretava-se à instituição a incumbência de ministrar os novos conhecimentos relacionados aos métodos de ensino e de aprendizagem propugnados pelos preceitos da nova pedagogia.

A nova organização educacional e social no estado, propugnada por políticos, educadores e intelectuais norte-rio-grandenses, traduziu-se em tentativas governamentais de integrar o contexto local ao processo de modernização educacional e cultural já presentes em alguns setores do país, marcando a disputa entre o velho e o novo no cotidiano dessas sociedades.

Como entidade formadora, a Escola Normal de Natal já nasceu com a finalidade de difundir, não somente os conhecimentos relacionados às novas

práticas pedagógicas, mas também os novos símbolos, novos hábitos de civilidade e urbanismo condizentes com os padrões de comportamento exigidos pela sociedade emergente.

As pretensões a uma sociedade moderna certamente contribuíram para a criação de novas instituições, as quais ganhavam expressão material nos prédios escolares, que no início do século XX se tornaram as vitrines dos governos estaduais, a insígnia do progresso, ostentados em pontos estratégicos da capital do estado, a exemplo do Grupo Escolar Modelo Augusto Severo, edificado no bairro da Ribeira em Natal.

Em 1916, a Escola Normal de Natal foi submetida a sua primeira reformulação pedagógica, mediante reforma do ensino norte-rio-grandense que, por força da Lei nº 405, reorganizou os cursos primário e normal, tornando-os mais complexos ao inserir novos mecanismos de disciplinamentos, materializados no controle de aspectos, como o acesso, a frequência, o comportamento, o uso de diários de classe, entre outros. Já na primeira década de sua existência, a Escola Normal de Natal, sob a direção do professor Nestor dos Santos Lima, destacava-se entre as instituições educacionais e culturais da sociedade natalense, embora ainda se encontrasse em fase de autoafirmação na construção de uma identidade educativa.

Nos anos de 1920, a Escola Normal de Natal despontou como centro irradiador dos debates sobre os problemas educacionais, como a equiparação dos diplomas de normalista e, conseqüentemente, a unificação do magistério nacional, notabilizando-se também pela contribuição na criação das várias instituições culturais, como a APRN em dezembro (1920), a Escola Normal de Mossoró (1922), o Departamento Estadual da Associação Brasileira de Educação – ABE (1929).

Essas entidades surgiram da preocupação de intelectuais norte-rio-grandenses, muitos deles professores e gestores da Escola Normal de Natal, em disseminar os novos conhecimentos educacionais no estado, e ao mesmo tempo estabelecer interlocução com os centros culturais do país. Nesse particular, destacam-se também as viagens do professor Nestor dos Santos Lima para as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas e outras da América do Sul, a fim de observar práticas pedagógicas inspiradoras ao melhoramento dos ensinos primário e normal potiguar.

Algumas das reivindicações educacionais pleiteadas nos anos vinte foram incorporadas ao discurso governamental de Getúlio Vargas na década de 1930, e passaram a integrar seu projeto de centralização política por meio de decretos deliberados pelos diversos interventores, sendo compreendidos entre estes o reconhecimento dos diplomas do ensino normal de outros estados, além da sindicalização dos professores do Rio Grande do Norte em 1932.

Foi dado destaque especial aos últimos anos da década de 1930, com o advento da reforma do ensino normal do Rio Grande do Norte, normatizada pelo Decreto nº 411 de 1938, que propiciou a transição da “Escola Normal de Natal Primária” à “Escola Normal de Natal Secundária”, exigindo-se o ensino secundário, regido por leis federais, como pré-requisito ao ingresso no curso normal. Por um lado, essa reforma resultava das medidas centralizadoras do governo federal, por outro, elevava o grau de exigência referente aos conhecimentos gerais, além de introduzir as Ciências da Educação, a exemplo da Psicologia, da Antropologia e da Sociologia.

Foram observadas as práticas daqueles que fizeram a Escola Normal de Natal, apreendendo-se dos bens simbólicos, como os documentos, em especial os regulamentos da escola, que produziam usos e significações diversas nas diferentes épocas que foram instituídos, obtendo adesão de alguns e rejeição de outros. Da mesma forma, foi lançado um olhar no sentido de entender as práticas culturais dos Lentes pelos debates durante as sessões e foram reinterpretados os bens simbólicos, como as festas de Colação de Grau, as homenagens a autoridades, entre outras.

A Escola Normal de Natal era a instituição de referência na formação docente do estado, tendo sua trajetória marcada por avanços e retrocessos. Na passagem da década 1930/1940, muitos eram os desafios enfrentados, sobretudo, os relacionados à falta de um edifício adequado à aplicação das modernas teorias pedagógicas, um percalço que levou esta instituição a conviver em constante iminência de transferência de sua sede.

Desde a sua instituição, a Escola Normal de Natal teve uma frequência majoritariamente feminina, mas assentada nos moldes de uma sociedade conservadora e patriarcal que atribuía lugares sociais a partir da oposição binária: masculino/feminino. Por isso mesmo, preservou no seu currículo disciplinas destinadas a formar comportamentos femininos, solidificados nas matérias relacionadas à “economia domésticas” e ao controle disciplinar do corpo e da mente. Primou pela formação da professora eficiente, abnegada, inculcando-lhe também o tom missionário da profissão docente. Por outro lado, contribuiu para a transição da atuação da mulher, anteriormente circunscrita à vida privada para assumir funções remuneradas no setor público, portanto um espaço passível de muitas conquistas.

Referências

- ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998. (Prismas).
- APPLE, Michael W. *Trabalhos docentes e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação*. Tradução Thomaz Tadeu da Silva, Tina Amado, Vera Maria Moreira. Porto Alegre: Artmed, 1995.
- AQUINO, Luciene Chaves de. *De Escola Normal de Natal a Instituto de Educação Presidente Kennedy (1950-1965): configurações, limites e possibilidades da formação docente*. 2007. 259 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.
- ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de. *Modernismo: anos 20 no Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 1995.
- ARAÚJO, Marta Maria de. *José Augusto Bezerra de Medeiros: vida, educação, política*. 1995. 198 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- ARAÚJO, Marta Maria de; AQUINO, Luciene Chaves de; LIMA, Thaís Christina Mendes de. Considerações sobre a Escola Normal e a formação de professor primário no Rio Grande do Norte (1839-1938). In: ARAÚJO, José Carlos S.; FREITAS, Anamaria G. B. de; LOPES, Antônio de P. C. (Org.). *As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Alínea, 2008, p. 191-202.
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4. ed. Brasília: Editora UnB, 1963.
- AZEVEDO, Fernando de. *A transmissão da cultura*. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- BRASIL. *Lei Orgânica do Ensino Normal*: Decreto-lei nº 8.530, de 2 janeiro de 1946. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinormal.htm>>. Acesso em: 24 jul. 2004.
- CARNEIRO, Maria Luíza Tucci. *O antisemitismo na era Vargas: fantasma de uma geração (1930/1945)*. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Brasileira, 1995.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. 3. ed. Natal: RN Econômico, 1999.
- CATANI, Denice Bárbara et al. História, memória e autobiografia na pesquisa educacional e na formação. In: CATANI et al. *Docência, memória e gênero*. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 15-48.

CAVALCANTE, Francisca Wilma. *Associação de Professores do Rio Grande do Norte: a missão de educar (1920-1933)*. 1999. 102 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1999.

CERTEAU, Michael de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1982. p. 65-119.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Homero de Oliveira. *A Insurreição Comunista de 1935: Natal – O primeiro ato da tragédia*. São Paulo: Ensaio; Natal: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995.

DUARTE, José Haroldo Teixeira. *História da Associação de Professores do Rio Grande do Norte*. Natal: Cia Editora do Rio Grande do Norte, 1985.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. 3. ed. Tradução: Leonor Martinho Simões; Gizela Moniz. Lisboa: Presença, 1989.

FERNANDES, Francisca Nolasco. *Menina feia e amarelinha*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1973.

FERREIRA, Brasília Carlos. *Trabalhadores, sindicatos, cidadania: Nordeste em tempos de Vargas*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem; Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramalhete. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Da “normalista-espera-marido” ao exercício profissional no magistério: trajetórias de ex-alunas do Instituto de Educação Rui Barbosa (Aracajú/SE – 1920/1950). In: CAMPOS, Maria Christina S. Souza; SILVA; Vera Lúcia G. da. (Org.). *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p. 141-162.

HERSCHMANN, Michael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: HERSCHMANN, M.; PEREIRA, C. A. M. (Org.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 9-42.

HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

KUHLMANN JR., Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KULESZA, Wojciech Andrzej. Formação histórica da Escola Normal da Paraíba. In: ARAÚJO, José Carlos S.; FREITAS, Anamaria G. B. de; LOPES, Antônio de P. C. (Org.). *As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Alínea, 2008.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão et al. 3. ed. Campina, SP: Editora da Unicamp, 1994.

LEVINE, Roberto M. *O regime de Vargas: os anos críticos 1934-1938*. Tradução Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LIMA, Lauro de Oliveira. *Estórias da educação no Brasil de Pombal a Passarinho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasília/Rio, s.d. Coleção Pedagogia.

LIMA, Nestor dos Santos. *Melhoramentos technicos do ensino primario e normal*. Natal: Typ. do Instituto, 1913.

LIMA, Nestor dos Santos. Synthese do nosso movimento pedagogico. *Separata da Revista Pedagogium*, Natal, 1921. p. 3-19. Conferência inaugural da Associação de Professores, a 4 de dezembro de 1920.

LIMA, Nestor dos Santos. A questão educativa. *Pedagogium: Revista oficial da Associação de Professores*, Natal, v. 3, n. 9, p. 21-26, jul./set. 1923a.

LIMA, Nestor dos Santos. Pela unidade do magisterio nacional. *Pedagogium: Revista oficial da Associação de Professores*, Natal, v. 3, n. 9, p. 3-9, jul./set. 1923b.

LIMA, Nestor dos Santos. *Um século de ensino primário*. Natal: Typ. d'“A República”, 1927.

LOPES, Eliana Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstom. *Introdução ao estudo da Escola Nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea*. 12. ed. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstom. *A formação de professores: da Escola Normal à Escola de Educação*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001. (Coleção Lourenço Filho).

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e magistério: identidade, história, representação. In: CATANI, Denici Bárbara et al. *Docência, Memória e Gênero: estudos sobre formação*. São Paulo: Escrituras, 1997a.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/UNESP, 1997b.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. *Rui Barbosa: pensamento e ação*. Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro, RJ: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

MOREIRA, Ana Zélia Maria. *Um espaço pioneiro de modernidade educacional: Grupo Escolar “Augusto Severo” – Natal/RN (1908-1913)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1974.

NATAL. *400 nomes de Natal*. Natal (RN): Prefeitura Municipal de Natal, 2000, p. 171-172.

NUNES, Clarice. A escola reinventada. In: HERSCHMANN, Michael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Org.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 180-201.

OLIVEIRA, Lêda Maria Nunes de. *Uma escola pioneira na formação do professor primário no Rio Grande do Norte: reconstruindo sua memória*. 1990. 315 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Natal, 1990.

PIMENTA, Selma Garrido. *O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

PINHEIRO, Rosa Aparecida. *Henrique Castriciano: educação e modernização no limiar do século XX*. 1996. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1996.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. A contribuição da categoria gramsciana de sociedade civil no entendimento da constituição histórica da organização escolar na sociedade brasileira. *Educação em Questão*, Natal, v. 4, n. 1-2, p. 49-60, jan./dez. 1992.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 15. ed. ver. ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon (Org.). *Estado Novo, um autorretrato*. Brasília: Editora UnB, 1983. (Coleção Temas Brasileiros).

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

SPINELLI, José Antonio. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930/35*. Natal: EDUFRRN, 1996.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. As meninas iam à escola no século passado?. In: _____ (Org.). *Recortes: momento da educação norte-rio-grandense*. Natal: EDUFRRN, 1996. p. 13-26.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 14, p. 61-87, maio/ago. 2000.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da educação*. São Paulo: Ática, 2007.

VILLELA, Heloísa de O. S. Concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: ARAÚJO, José Carlos S.; FREITAS, Anamaria G. B. de; LOPES, Antônio de P. C. (Org.). *As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Alínea, 2008.

Documentos Oficiais

Leis, Decretos e Mensagens Governamentais

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 178, 29 de abril de 1908. Restabelece a Directoria Geral da Instrução Publica, crea a Escola Normal, Grupos Escolares e Escolas Mixtas e dá outras providencias. *Actos Legislativos e decretos do governo*. [Typ. d' "A Republica"], Natal, RN, p. 46-75, 1908a.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 174, 5 de março de 1908: Regimento do Grupo Escolar Augusto Severo. *Actos legislativos e decretos do governo*. [Typ. d' "A Republica"], Natal, RN, p. 83-99, 1908b.

RIO GRANDE DO NORTE. Instrução Pública. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo Estadual em 1º de novembro de 1909, pelo Governador Alberto Maranhão*. [Typ. d' "A Republica"], Natal, RN, p. 08-09, 1909.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 405, de 29 de novembro de 1916. Reorganiza o ensino primário, secundário e profissional, no Estado. *Actos legislativos e decretos do governo* [Typ. d' "A Republica"], Natal, RN, p. 69-103, 1916.

RIO GRANDE DO NORTE. A reforma de ensino: Ligeiro comentário à Lei nº 405. *Actos legislativos e decretos do governo* [Typ. d' "A Republica"], Natal, RN, p. 2-27, [1917?].

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 69, de 24 de novembro de 1917. Na Escola Normal de Natal, será observado o Regulamento que com este baixa, revogadas as disposições em contrário. *Actos legislativos e decretos do governo* [Typ. d' "A Republica"], Natal, RN, p. 80-121, 1917.

RIO GRANDE DO NORTE. Instrução Pública. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo Estadual em 1º de novembro de 1919, pelo Governador Desembargador Joaquim Ferreira Chaves*. Typ Comercial – J. Pinto, Natal, p. 16-17, 1919.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 161, de 07 de janeiro de 1922. A Escola Normal de Natal reger-se-á pelo regulamento, que a este decreto acompanha. *Actos legislativos e decretos do governo* [Typ. d' "A Republica"], Natal, RN, p. 1-21, 1922.

RIO GRANDE DO NORTE. Acto de 10 de março de 1925. O Governador do Estado resolve aprovar e mandar publicar o Regimento Interno elaborado pelo Conselho de Educação e assignado pelo Director Geral do respectivo Departamento, presidente do mesmo Conselho. *Actos legislativos e decretos do governo* [Typ. d' "A Republica"], Natal, RN, p. 31-45, 1925.

RIO GRANDE DO NORTE. Departamento de Educação. *Mensagem apresentada pelo presidente do Estado Juvenal Lamartine de Faria à Assembléia Legislativa*. Imprensa Oficial, Natal, RN, p. 50-65, 1929.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 2, de 8 de outubro de 1930. Extingue o mandato dos Prefeitos e Intendentes de todos os Municípios. *Decretos do Governo Revolucionário* [Imprensa Oficial], Natal, RN, p. 6, 1930a.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 22, de 27 de dezembro de 1930. Considera aprovados nos exames de promoção e finaes todos os alumnos da Escola Normal de Natal e Mossoró e dos cursos complementares do Estado que tenham obtido media não inferior a 4 e dá outras providencias. *Decretos do Governo Revolucionário* [Imprensa Oficial], Natal, RN, p. 63, 1930b.

RIO GRANDE DO NORTE. Departamento de Educação. *Mensagem apresentada pelo presidente do Estado Juvenal Lamartine de Faria à Assembléia Legislativa*. Imprensa Oficial, Natal, RN, p. 51-65, 1930c.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 337, de 17 de setembro de 1932. Manda considerar válidos os diplomas de normalistas conferidos pelas Escolas Normais Officiais dos Estados e do Distrito Federal. *Decretos do Governo Revolucionário*. Imprensa Oficial, Natal, RN, p. 128, 1932a.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 385, de 03 de dezembro de 1932. Considera promovidos nos exames de promoção e finais, realizados em novembro ultimo, todos os alunos das Escolas Normais de Natal e Mossoró, que tiveram obtidos media não inferior a 5. *Decretos do Governo Revolucionário* [Imprensa Oficial], Natal, RN, p. 188, 1932b.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 429, de 10 de fevereiro de 1933. Adota a media mínima de cinco para aprovação dos alunos nos cursos normais e complementares e dá outras providências. *Decretos do Governo: 1933* [Imprensa Oficial], p. 177, 1933a.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 455, de 06 de maio de 1933. Torna extensivas a outros estabelecimentos de ensino as vantagens do art. 2º do Decreto nº 429, de 10 de fevereiro do corrente ano. *Decretos do Governo: 1933* [Imprensa Oficial], Natal, RN, p. 204, 1933b.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 727, de 17 de outubro de 1934. Adota a media 5 para a aprovação dos alunos dos cursos normais e complementares do Estado. *Decretos do Governo: 1934* [Imprensa Oficial], Natal, RN, p. 127, 1934.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 7, de 06 de novembro de 1935. Dispensa de exame os alunos do curso normal que obtiverem media cinco (5). *Decretos do Governo: 1935* [Imprensa Oficial], Natal, RN, p. 306, 1935.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 82, de 10 de dezembro de 1936. Equipara à Escola Normal de Natal o curso normal mantido pelo Collegio N. S. das Victorias de Assú. *Decretos do Governo: 1936* [Imprensa Oficial], Natal, RN, p. 151, 1936a.

RIO GRANDE DO NORTE. Educação e Ensino. *Mensagem apresentada pelo Governador Rafael Fernandes Gurjão à Assembléia Legislativa do Estado em 1º de setembro de 1936*. Imprensa Oficial, Natal, RN, p. 47-54, 1936b.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 105, de 20 de outubro de 1937. Concede ao Collegio “Santa Agueda” de Ceará-Mirim, os favores da Lei nº 82, de 10/12/36. *Actos Legislativos e Decretos do Governo: 1937*. Imprensa Oficial, Natal, RN, p. 11, 1937a.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 106, de 20 de outubro de 1937. Concede à Escola Domestica de Natal, os favores da lei nº 82 de 10/12/36. *Actos Legislativos e Decretos do Governo: 1937*. Imprensa Oficial, Natal, RN, p. 12, 1937b.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 116, de 04 de novembro de 1937. Auctoriza o Governo do Estado a abrir um credito especial para a construcção de um predio destinado à Escola Normal de Natal. *Decretos do Governo: 1937*. Imprensa Oficial, Natal, RN, p. 17, 1937c.

RIO GRANDE DO NORTE. Educação e Ensino. *Mensagem apresentada pelo Governador Rafael Fernandes Gurjão à Assembléia Legislativa do Estado na 1ª de setembro de 1937*. Imprensa Oficial, Natal, RN, p. 61-65, 1937d.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 411 de 17 de janeiro de 1938. Reforma as Escolas Normaes do Estado. *Decretos do Governo: 1938*. Imprensa Oficial, Natal, RN, p. 12-19, 1938a.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 463, de 04 de abril de 1938. Crêa no Atheneu e nas Escolas Normais o emolumentos de freqüência e dá outras providencias. *Decretos do Governo: 1938*. Imprensa Oficial, Natal, RN, p. 80, 1938b.

RIO GRANDE DO NORTE. Departamento de Educação. *Mensagem do Governado Sylvio Piza Pedroza à Assembléia Legislativa, apresentada na abertura da sessão ordinária de 1951*. Departamento de Imprensa, Natal, RN, p. 77-109, 1951.

RIO GRANDE DO NORTE. Aspectos Educacionais. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1952 pelo Dr. Sylvio Piza Pedroza Governador do Estado*. Departamento de Imprensa, Natal, RN, p. 08-13, 1952.

RIO GRANDE DO NORTE. Departamento de Educação. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa estadual na abertura dos trabalhos do ano de 1953, pelo Governador Sylvio Piza Pedroza*. Departamento de Imprensa, Natal, RN, p. 235-250, 1954.

Livros da Escola Normal de Natal

ESCOLA NORMAL DE NATAL. *Livro dos Diplomados da Escola Normal de Natal*. Diplomados da Escola Normal de Natal em 1910. Natal, 1910. p. 1. Manuscrito.

ESCOLA NORMAL DE NATAL. *Livro de atas*. Ata da sessão ordinária da Congregação dos Lentes da Escola Normal de Natal, em 14 de novembro de 1936. Natal, 1936. p. 4. Manuscrito.

ESCOLA NORMAL DE NATAL. *Livro de atas*. Ata da sessão ordinária da Congregação dos Lentes da Escola Normal de Natal, em 13 de dezembro de 1937. Natal, 1937. p. 6-8. Manuscrito.

ESCOLA NORMAL DE NATAL. *Livro de atas*. Ata da sessão extraordinária da Congregação dos Lentes da Escola Normal de Natal, em 11 de março de 1938. Natal, 1938a. p. 9-10. Manuscrito.

ESCOLA NORMAL DE NATAL. *Livro de atas*. Ata da sessão extraordinária da Congregação dos Lentes da Escola Normal de Natal, em 11 de abril de 1938, às 14 h. Natal, 1938b. p. 11-12. Manuscrito.

ESCOLA NORMAL DE NATAL. *Livro de correspondência da Escola Normal de Natal*. Of. nº 29, em 19 de abril de 1938. Natal, 1938c. p. 10-11. Manuscrito.

ESCOLA NORMAL DE NATAL. *Livro de correspondência da Escola Normal de Natal*. Of. nº 1, em 05 de maio de 1938. Natal, 1938d. p. 10-12. Manuscrito.

ESCOLA NORMAL DE NATAL. *Livro de correspondência da Escola Normal de Natal*. Of. nº 83, em 26 de dezembro de 1938: Relatório das ocorrências da Escola Normal de Natal referente ao ano de 1938. Natal, 1938e. p. 23-26. Manuscrito.

ESCOLA NORMAL DE NATAL. *Livro de correspondência da Escola Normal de Natal*. Of. nº 1, em 4 de janeiro de 1940: Relatório das ocorrências da Escola Normal de Natal referente ao ano de 1939. Natal, 1940a. p. 34-36. Manuscrito.

ESCOLA NORMAL DE NATAL. *Livro de atas*. Ata da sessão extraordinária da Congregação dos Lentes da Escola Normal de Natal, em 06 de setembro de 1940, às 15 h. Natal, 1940b. p. 18. Manuscrito.

ESCOLA NORMAL DE NATAL. *Livro de correspondência da Escola Normal de Natal*. Of. nº 44, em 04 de novembro de 1940. Natal, 1940c. p. 42. Manuscrito.

ESCOLA NORMAL DE NATAL. *Livro de correspondência da Escola Normal de Natal*. Of. nº 48, em 05 de novembro de 1940. Natal, 1940d. p. 43-44. Manuscrito.

ESCOLA NORMAL DE NATAL. *Livro de correspondência da Escola Normal de Natal*. Of. nº 56, em 05 de dezembro de 1940: Relatório das ocorrências da Escola Normal de Natal referente ao ano de 1940. Natal, 1940e. p. 45-48. Manuscrito.

ESCOLA NORMAL DE NATAL. *Livro de correspondência da Escola Normal de Natal*. Of. nº 03, em 13 de janeiro de 1942: Relatório das ocorrências da Escola Normal de Natal referente ao ano de 1941. Natal, 1942. p. 58-59. Manuscrito.

ESCOLA NORMAL DE NATAL. *Livro de atas*. Ata da sessão extraordinária da Congregação dos Lentes da Escola Normal de Natal em homenagem ao Dr. Alberto Maranhão, em 25 de março de 1943, às 14 h. Natal, 1943a. p. 24. Manuscrito.

ESCOLA NORMAL DE NATAL. *Livro de correspondência da Escola Normal de Natal*. Of. nº 01, em 07 de janeiro de 1943: Relatório das ocorrências da Escola Normal de Natal referente ao ano de 1942. Natal, 1943b. p. 66-69. Manuscrito.

ESCOLA NORMAL DE NATAL. *Livro de correspondência da Escola Normal de Natal*. Of. [I], em 01 de fevereiro de 1943. Natal, 1943c. p. 69-70. Manuscrito.

ESCOLA NORMAL DE NATAL. *Livro de correspondência da Escola Normal de Natal*. Of. nº 33, em 12 de outubro de 1943. Natal, 1943d. p. 75. Manuscrito.

ESCOLA NORMAL DE NATAL. *Livro de correspondência da Escola Normal de Natal*. Of. nº 35, em 05 de novembro de 1943. Natal, 1943e. p. 76-77. Manuscrito.

ESCOLA NORMAL DE NATAL. *Livro de correspondência da Escola Normal de Natal*. Of. nº 01, [janeiro de 1944]: Relatório das ocorrências da Escola Normal de Natal referente ao ano de 1943. Natal, 1944. p. 79-82. Manuscrito.

Matérias de jornais

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO. Concurso para primeira classe. *A República*, Natal, p. 7, 21 jan. 1937.

INAUGURAÇÃO amanhã do prédio do Instituto de Educação. *Diário de Natal*, Natal, 10 mar. 1954. (Sem paginação).



Este livro foi projetado pela equipe editorial da Editora
da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.